

Jara Lourenço da Fontoura,  
Edilma Fernandes da Silva  
Jose Ricardo Caetano Costa,  
(Organizadores)

# VIVÊNCIAS DO PROJETO ATENDENDO AO POVO DAS ÁGUAS



Rede  
de  
Pensar

**EDITORA REPENSAR**

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Carlos André Birnfeld

Prof. Dr. Felipe Franz Wienke

Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. Hector Cury Soares

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues

Prof<sup>a</sup>. Dra. Liane Francisca Hüning Pazinato

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sheila Stolz



**VIVÊNCIAS DO  
PROJETO  
ATENDENDO AO POVO  
DAS ÁGUAS**

**Copyright**© 2025 by Editora Repensar  
Projeto livrosparaomundo.com  
Editor Responsável:Mara Vahl  
Projeto Gráfico e Diagramação: Mara Vahl  
Imagens: autores e autoras, conforme identificadas no texto  
Revisão português: autores e autoras dos textos  
Normas Técnicas(ABNT): autores e autoras dos textos  
Capa: Mara Valh, a partir de fotos dos autores e autoras

As ideias e opiniões expressas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora, que não as aprova, nem reprova.

*É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, físico ou digital, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais, sem autorização da editora.*

*Nos termos do projeto @livrosparaomundo.com, desde que mantida a absoluta integralidade da obra, fica excepcionalmente autorizada a reprodução e distribuição em caráter não comercial, em formato digital PDF, sendo permitida, também, independentemente de autorização específica, a inclusão da obra em quaisquer repositórios institucionais, de quaisquer instituições de ensino.*

A violação de direitos autorais constitui crime, sujeitando quem praticá-la à sanções penais, busca e apreensão e indenização pelos danos morais e materiais. Todos os direitos desta edição e de reprodução, em formato físico ou digital, reservados à Editora Repensar conforme respectivos termos de cessão e o projeto livrosparaomundo.com.

Organizadores:

Jara Lourenço da Fontoura

Edilma Fernandes da Silva

Jose Ricardo Caetano Costa

**VIVÊNCIAS DO  
PROJETO  
ATENDENDO O POVO  
DAS ÁGUAS**

**Pelotas  
Editora  
REPENSAR  
2025**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

V857 Vivências do projeto atendendo ao povo das águas  
Organizadores: Jara Lourenço da Fontoura, Edilma  
Fernandes da Silva, José Ricardo Caetano  
Costa. – Pelotas/RS: Editora Repensar, 2025.

**LIVRO DIGITAL (e-book):**

70.000 KB; PDF

ISBN: 978-65-83766-00-7

Inclui Bibliografia.

1.Cidadania. 2.Direitos sociais. 3. Extensão.II  
Fontoura, Jara Lourenço da.(org.) III Silva, Edilma  
Fernandes da (org.).IV Costa, José Ricardo Caetano  
(org.)

CDD: 342.71

CDU: 341.271

*Homenagem ao nosso amigo Ilton Khun (“Doca”)*

*(in memorian)*

*No dia 19/07 nosso Projeto “Atendendo ao Povo das Águas” faz sua quarta saída de água na comunidade de São Lourenço do Sul. Foi pelas mãos do nosso amigo “Doca” que construímos este e tantas outras ações junto à Colônia de Pescadores Z.8, presidida por nosso querido Ivan Khun, seu irmão.*

*Saiba, Bianca e seus filhos, que a semente de luta, perseverança, honestidade, lealdade e solidariedade singular legados por nosso amigo que deixou este plano material, se fará presente para sempre.*

*DOCA PRESENTE!*

*Receba onde estiver nossa homenagem sincera e grata.*

*Homenagem a Sr<sup>a</sup> Silvia Marisa de Oliveira Colvara*  
*(in memorian)*

*A Sra. Silvia Marisa de Oliveira Colvara foi uma guerreira na luta da pesca artesanal na comunidade de Santa Isabel, Arroio Grande/RS. Destacava-se pelo seu otimismo e alegria de conviver com as pessoas ao seu redor, foi referência feminina junto aos pescadores da Lagoa Mirim/Colônia Z24, assim como também da Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel.*

*No dia da visitação do Projeto Atendendo ao Povo das Águas, na comunidade pesqueira, organizou e preparou pratos típicos a base de peixe, dentre eles a famosa Moqueca de Santa Isabel, a qual foi seu destaque e criação na culinária arroio-grandense.*

*O seu legado de amor, luta, resistência, solidariedade e alegria será sempre lembrado por todos! A saudade será eterna, mas sua presença estará viva dentro de cada um de nós.*

*Saudações dos amigos do Projeto Atendendo o Povo das Águas.voto acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas.  
Parceiros do Projeto: Robson e Regininha(EMATER).*

*Homenagem ao querido Rafael Casser Sanches*

*(in memorian)*

*Nas saídas junto ao Projeto Atendendo ao Povo  
das Águas fomos a várias localidades  
pesqueiras para atender as demandas das  
enchentes junto aos (às) pescadores (as),  
nesta ocasião estive conosco na comunidade  
Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS o  
funcionário da agência do Banrisul de Pelotas  
Rafael Casser Sanches, atendendo a  
comunidade com muita competência,  
responsabilidade, simplicidade e acolhimento.*

*A vida é efêmera, mas as lembranças da  
presença amiga e acolhedora ficarão  
eternizados em cada um que teve o privilégio  
de conviver com o Rafael.*

*Saudações dos amigos do Projeto Atendendo o  
Povo das Águas.*

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>PARTE I – HISTORIOGRAFIA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS CONTEMPLADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO “ATENDENDO AO POVO DAS ÁGUAS”.....</b>	<b>18</b>
1.1 Ilha dos Marinheiros-RS.....	18
1.2 Contexto histórico da colônia de pescadores Z3.....	27
1.3 Contexto histórico de Santa Isabel –Arroio Grande.....	28
1.4 São Lourenço do Sul– RS.....	30
1.5 São José do Norte – RS.....	31
1.6 Pontal da barra de Pelotas.....	34
1.7 Comunidade pesqueira de Torotama.....	36
<b>PARTE II – RELATO DE EXPERIÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>2.1 ATENDENDO AO POVO DAS ÁGUAS: NARRATIVAS E PERSPECTIVAS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO ANCORADO NO EMAJ/CIDIJUS/FURG.....</b>	<b>47</b>
Introdução.....	48
1 Os auxílios governamentais e as estratégias para garantir os direitos ao povo das águas.....	55
2 Saída de água á Ilha dos Marinheiros (Rio Grande).....	68
3 Saída de água na colônia Z3 (Pelotas).....	72
4 Saída de água em Santa Isabel (Arroio Grande).....	75
5 Saída de água em São Lourenço do Sul.....	78
6 Saída de água na várzea (São José do Norte).....	80
7 Saída de água no Pontal da Barra (Pelotas).....	82
8 Saída de água na Ilha de Torotama (Rio Grande).....	84
Considerações finais.....	86

## **2.2 A DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DEDICADAS À PESCA ARTESANAL NA REGIÃO DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS – RS.....90**

Introdução.....92

1 Seminário “A ciência no enfrentamento ao desastre de 2024 no RS: da emergência à reconstrução”.....95

2 Vista de trabalho ao Brasil da Relatoria Especial para os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos..... 100

Considerações finais..... 103

## **2.3 A PESCA ARTESANAL TRADICIONAL NO SUL DO BRASIL E SEUS DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ENCHENTES..... 105**

## **2.4 AÇÕES DE EXTENSÃO: ATENDENDO O POVO DAS ÁGUAS..... 126**

## **2.5 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE JUSTIÇA SOCIAL: CONCRETIZANDO A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE NO CASO ILHA DE TOROTAMA.....134**

## **2.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS ENTRE A LUTA ECOLÓGICA E JUSTIÇA SOCIAL.....144**

## **2.7 RELAÇÃO COM AS ÁGUAS E COM A PESCA: DA INFÂNCIA A MATURIDADE..... 155**

## **2.8 VIVER NA BEIRA D'ÁGUA FAZ PARTE DO NOSSO MODO DE VIDA TRADICIONAL: ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA NA COMUNIDADE DA BARRA DE PELOTAS/RS..... 163**

Introdução..... 163

I – Nem ocupação irregular, nem zona de risco: a Barra é uma comunidade-território tradicional pesqueira..... 165

II – Resistências ambientais na barra de pelotas para enfrentamento da crise climática..... 178

Enchente de setembro de 2023.....	179
Enchente de maio de 2024.....	195
Considerações Finais.....	205
<b>2.9 AS VIDAS DE PESCADORES(AS) IMPORTAM? UM OLHAR SOBRE SAÚDE EM COMUNIDADES PESQUEIRAS.....</b>	<b>208</b>
1 Introdução.....	208
2 Um cuidado necessário: proteção solar e cuidados femininos para os pescadores (as):.....	210
3 Impactos ambientais e econômicos das enchentes na pesca.....	213
4 Consequências sociais e necessidade de intervenções.....	214
5 Impactos na saúde e medidas de prevenção.....	215
6 Considerações finais.....	217
<b>2.10 ARTICULAÇÃO DE <i>SENTIPENSARES</i> E EXTENSIONISMO CRÍTICO NO PROJETO ATENDENDO AS ÁGUAS – MAPEAMENTO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RUMO À EDUCAÇÃO PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL.....</b>	<b>219</b>
<b>2.11 VIVÊNCIAS DE UM EXTENSIONISTA JUNTO AOS(ÀS) PESCADORES(AS) DA COMUNIDADE DE SANTA ISABEL. .</b>	<b>229</b>
<b>2.12 ATENDIMENTO AS COMUNIDADES DAS ÁGUAS: UMA EXPERIÊNCIA QUE TRANSCENDE A ALMA.....</b>	<b>237</b>
<b>2.13 ATENDIMENTO ÀS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA ZONA SUL DO ESTADO ATINGIDAS PELAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>242</b>
<b>2.14 VIVÊNCIAS DE UM EXTENSIONISTA RURAL NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE PELOTAS.....</b>	<b>260</b>
<b>2.15 VIVÊNCIAS DE UM EXTENSIONISTA RURAL NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE RIO GRANDE-RS.....</b>	<b>266</b>
<b>PARTE III – ENTREVISTAS.....</b>	<b>270</b>
3.1 – ENTREVISTAS COM OS(AS) PESCADORES(AS).....	271

01 – Pescador Sr. Adilson Campos Ortiz.....	271
02 – Pescadora Sra. Jocasta Bernardes.....	273
03 – Pescadora Sra. Suzimar.....	283
04 – Pescadora Sra. Nelly.....	284
05 – Pescadora Sr. Jorge Lucio.....	285
06 – Pescadora Sra. Irene.....	285
3.2 ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS GESTORES DA PESCA.....	286
ENTREVISTADO 01 – Sr. Ivan Kuhn.....	286
ENTREVISTADO 02 – Sra. Viviane Alves.....	287
ENTREVISTADO 03 – Sr. Newton Alves Sabino.....	290
ENTREVISTADO 04 – Srta. Fabiana Fagundes Fonseca.....	300
3.3 ENTREVISTAS REALIZADAS A PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E CONSELHO TUTELAR NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	303
<b>ANEXOS: REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO FURG E UFPEL.....</b>	<b>314</b>

## APRESENTAÇÃO

Este livro é produto do Projeto de Extensão intitulado “Povos das águas” desenvolvido pela FURG – Universidade Federal do Rio Grande, UFPEL – Universidade Federal de Pelotas e demais instituições parceiras. Como as Universidades trabalham com o Tripé (Ensino, pesquisa e extensão), foi pensado, organizado e realizado um projeto que pudesse assistir comunidades atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul, que vem ocorrendo periodicamente, sem que haja uma política pública efetiva direcionada para as comunidades pesqueiras do Estado do Rio Grande do Sul, sabemos o quanto essas comunidades são carentes dos serviços básicos e o quanto elas são vulneráveis a desastres naturais. Pensando nisso, formamos um grupo coeso e multidisciplinar para efetivação do projeto que aqui apresentamos com alguns relatos de experiências emocionantes e gentilmente relatados pelos participantes do projeto.

Contamos aqui uma pequena historiografia de cada comunidade contemplada no projeto de extensão “Atendendo ao povo das águas”, que com muito carinho e satisfação contamos com diferentes colaboradores extensionistas, seja, docentes de Universidades, bolsistas de projetos de extensão acadêmica, Batalhão dos bombeiros de Pelotas, agentes

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

públicos, assistentes sociais do CRAS, funcionários de agências bancárias, presidentes de colônias de pescas, profissionais de educação (professores e gestores), que contribuíram, direto e indiretamente para realização de uma ação que significou muito para essas comunidades assistidas.

O primeiro relato que apresentamos, se origina do projeto “Atendendo os povos das águas” nasceu em Junho de 2024, buscando auxiliar os pescadores tradicionais, via assistência Jurídica da FURG, estas comunidades se situam as margens da lagoa dos Patos, Lagoa Mirim e São Gonçalo, que alimenta centenas de famílias no Sul do Brasil. Estas por sua vez, vem sofrendo nos últimos anos com as mudanças climáticas, ocasionando enchentes deixando-os desabrigados e com rastro de destruição em suas casas e em suas vidas, interferindo na subsistência dessas comunidades.

Os demais relatos descrevem bem os desafios enfrentados nos últimos anos por pescadores e pescadoras que convivem com as mudanças ambientais decorrentes do capitalismo selvagem que tende a desafiar a resiliência do meio ambiente, impactando severamente o meio de sobrevivência das comunidades tradicionais que sofrem em diferentes aspectos pela ausência do poder público para restauração e preservação de um meio de vida milenar que é a pesca artesanal, abandonada por parte dos gestores e políticas efetivas que possam valorizar essas culturas.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Falar da cultura de comunidades tradicionais, é reconhecer sua identidade, é reapropriar-se de uma história de vida e da Terra, do ser que se fez e que foi habitando e geografando um território, e significando o mundo a partir de sua cultura, como já dizia Enrique Leff (2003).

Edilma Fernandes da Silva

## **PARTE I – HISTORIOGRAFIA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS CONTEMPLADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO “ATENDENDO AO POVO DAS ÁGUAS”**

Edilma Fernandes da Silva <sup>1</sup>

### **1.1 Ilha dos Marinheiros-RS**

O município de Rio Grande está localizado na Planície Costeira do Rio Grande do Sul, entre as paralelos 31°47'02” e 32°39'45” de latitude Sul e entre os meridianos de 52°03'10” e 52°44'10” de longitude oeste. As principais vias de acesso terrestre ao município estão representadas pelas rodovias federais BR- 392 (Pelotas - Rio Grande) e a BR-471 (Chuí - Rio Grande) e pela ferrovia da RFFSA. Por água, há vias navegáveis que dão acesso pela Laguna dos Patos e por via marítima até o Porto de Rio Grande.

A Ilha dos Marinheiros tem uma área de 40 km<sup>2</sup>, pertence ao segundo distrito de Rio Grande, e situa-se na

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Geografia, (LEAA) UFPel – edilma.silva@ufpel.edu.br

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

posição central de uma grande enseada no estuário da Laguna dos Patos, uma região compreendida entre a barra do Rio Grande e uma linha imaginária ligando a ponta da Feitoria à ponta dos Lençóis (Figura - 1). A construção de uma ponte em 2001 proporcionou acesso via terrestre à Ilha dos Marinheiros através da estrada municipal RG 250, a partir da Vila da Quinta. (Tagliane et al, 2006).

A Ilha dos Marinheiros, é uma área rural onde se desenvolve este estudo (ver item área de estudo), desde os primórdios foi ocupada por grupos indígenas Guaranis Minuanos e posteriormente Charruas, que tinham hábitos nômades, provavelmente chegando até a ilha em períodos de água baixa na lagoa, através da croa dos cavalos (Azevedo, 2003), um baixio na porção norte da Ilha, atual região da Coréia. A utilização por estes grupos indígenas era periódica e a permanência maior nos períodos de verão (Maciel, 1998).

O principal atrativo aos Guaranis era o pescado, pois a Ilha apresenta elevada disponibilidade de peixe, sendo tais grupos exímios pescadores. Entre as técnicas utilizadas estavam canoas chamadas de pirogas, anzóis feitos de pedra, lanças, arco e flecha, peneiras, redes chamadas puças e até venenos naturais (Moura, 2012).

Este modo de relação da sociedade com a natureza, muito mais de subsistência, foi alterada com a chegada dos portugueses. Primeiro, sua principal motivação foi a ligação da lagoa com o oceano à qual possibilitaria a navegação, desde a

cidade do Rio Grande até o interior do continente no processo de ocupação portuguesa. O lugar também era estratégico, do ponto de vista militar, já que foi construído inicialmente um forte (Jesus, Maria e José) que deu origem à cidade. A exportação de graxa, gado, guampa etc. seriam outras possibilidades, devido à enorme quantidade de gado aqui existente. Em 1736, através de carta régia, a coroa chama publicamente a quem interessar, que venha para colonizar e receber em troca as sesmarias que quiser (Inventário do Rio Grande apud Maciel, 1998). Assim a chegada dos portugueses acaba ocupando os espaços dos indígenas, além de os escravizarem (Moura, 2012; Azevedo, 2003).

A instalação do povoamento na cidade do Rio Grande, executado a partir de 1737 com a chegada de Silva Paes, alterará a relação dos humanos com a natureza estabelecida pelos indígenas, pois a criação de infraestrutura, casas, fortes, agricultura e outras modificações do ambiente natural serão necessárias. Por exemplo, toda a madeira necessária para as construções na cidade foi retirada da Ilha dos Marinheiros, que tem este nome justamente pelo desembarque de marinheiros portugueses na busca de suprimentos, madeira e da água de ótima qualidade na época. (Azevedo, 2003).

Dois anos depois, já em 1739, houve registros de preocupação quanto ao acelerado desmatamento da Ilha, o que levou o intendente Coutinho a dividir a ilha em três sesmarias, doando as mesmas para três Antônios (Antônio Gonçalves dos

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Anjos, Antônio de Araújo Vilela e Antônio Gonçalves Pereira de Farias) (Azevedo, 2003).

No período de ocupação da cidade pelos espanhóis (1763), até a retoma portuguesa (1776), a preocupação quanto à disponibilidade de recursos naturais (madeira e lenha) foi permanente. Este fato levou a coroa portuguesa, após 1780, a suspender a distribuição das terras da Ilha (Maciel, 1998) e recomendar cuidados de manutenção e limpeza nas fontes de água que seriam públicas (Azevedo, 2003).

Portanto, podemos afirmar a partir destes estudos que o desmatamento exagerado desta época já gerava uma preocupação ambiental. Também existem registros afirmando que o surgimento do campo de dunas nuas e móveis no interior da Ilha (Maciel, 1998) teria sido decorrente destas ações de exploração, sem controle das matas nativas da ilha. Nas matas ainda existentes, no século XIX, outro grupo humano começou a utilizar o ambiente da Ilha. Os negros, que fugiam da escravidão, criaram um quilombo - do Negro Lucas - que resistiu por 10 anos às investidas dos escravistas (Azevedo, 2003; Maciel, 1998).

Assim, o pescado, as terras, as matas e, principalmente, a água da Ilha sempre foram referenciadas por suas qualidades ímpares na região, como por exemplo, nos registros de quem passava pelo Rio Grande, como foi o caso do naturalista Saint-Hilaire em 1820. A partir de 1856, começou-se a tentar realizar o abastecimento direto da cidade do Rio Grande com água

oriunda da Ilha, o que só se concretizou em 1861, através de um cano vindo da Chácara da Figueira (na região do Porto do Rey) até o centro da cidade, nas proximidades da Santa Casa de Misericórdia. Este abastecimento durou até a fundação da Companhia Hidráulica Rio Grandense, que passou a captar e distribuir a água para a cidade (Maciel, 1998).

Sobre a pesca, os colonizadores de origem açoriana que ali se fixaram, apropriados de conhecimentos indígenas, passaram a exercer essa atividade. Outro grupo veio aqui firmar residência no final do século XIX até meados do século XX. Eram os poveiros, originários da Póvoa do Varzim que, num primeiro momento, residiam no Rio de Janeiro onde praticavam a pesca.

A chegada de portugueses, com certo capital aliado à utilização de técnicas de conservação de pescado e à decadência no comércio da cebola, dá o início à existência das salgas, indústrias de conservação de pescados. A partir daí a pesca, que era para a subsistência passa a ser predominantemente para a comercialização do pescado por parte da família de pescadores (Moura, 2012). Esta modalidade, a pesca artesanal, até hoje é a principal atividade econômica da comunidade da Ilha dos Marinheiros, juntamente com a agricultura.

A agricultura na Ilha sempre manteve o caráter de pequenas propriedades familiares, com a diversificação de culturas para a qual a água é fundamental. Nos primórdios, a

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

viticultura e a vinicultura tinham destaque, sendo a jurupiga, bebida original da Ilha, um destes produtos (Azevedo, 2003). Após o declínio desta cultura, de maneira geral na Ilha são produzidas todas as variedades de hortifrutigranjeiros, destacando-se também a produção de flores. A produção é escoada através do mercado de hortigranjeiros, situado entre o Museu Oceanográfico e o Centro de Convívio dos Meninos do Mar - CCMar.

Outras iniciativas de uso e de atividades econômicas mais degradantes do meio ambiente e da vida dos moradores da ilha foram surgindo. Uma delas seria que todo o esgoto da cidade do Rio Grande fosse colocado na ilha, a outra foi o florestamento por pinus (Maciel, 1998).

O desmatamento já relatado, criou as areias móveis no centro da Ilha, tornando-se num problema ambiental, já que ao migrarem com o vento para as margens da Ilha começam a invadir os terrenos que antes eram agricultáveis, e até as próprias casas dos moradores. A plantação de pinus então foi apresentada como solução para este problema, ou seja, o problema com o avanço das dunas foi utilizado para convencer os moradores a aderirem ao empreendimento do florestamento, mas criou outros problemas, como a questão de secar as lagoas do interior da Ilha e escurecendo a água consumida por eles (Azevedo 2003).

O empreendimento de silvicultura foi realizado pela Florestadora Palmares (FLOPAL) desde a década de 1970.

Incêndios ocorridos nas matas de pinus em 2004, levaram a uma mobilização dos moradores junto ao Ministério Público que culminou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta por parte da empresa (MPE-TAC-FLOPAL, 2008). O foco da ação foi a retirada dos pinus e o monitoramento, visando a extinção da espécie na Ilha.

A Ilha não possui suprimento de água tratada, sendo que cada casa tem seu sistema de coleta da água subterrânea. Antigamente, o sistema utilizado era o de cacimba e de bomba manual. Hoje em dia, esta água é bombeada através de um motor-bomba utilizando-se um cano enterrado perpendicularmente que atinge de três a quinze metros de profundidade, dependendo da casa. Este cano conta com uma estrutura de filtro na sua extremidade inferior, a qual consiste em uma fina malha amarrada vedando todo o orifício do cano (usa-se comumente uma meia calça), o que garante que a coleta traga somente a água e o que nela estiver dissolvido, deixando em profundidade qualquer material particulado.

Logo, se nos primórdios da ocupação da ilha a água utilizada era mais facilmente obtida, com a ampliação da população e das atividades econômicas e agrícolas, decorrente do modo de vida moderno, ampliam-se as técnicas para obtenção deste bem fundamental à vida humana. Disso, podemos dizer que neste processo se alteraram, também, as relações dos humanos com a natureza.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

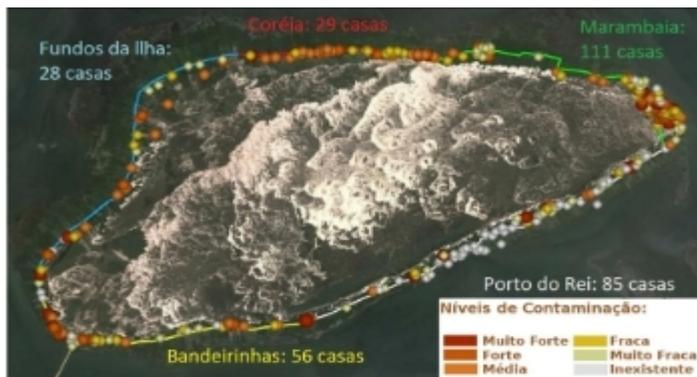
A Ilha dos Marinheiros, no estuário da Lagoa dos Patos (Figura 1) se situa ao lado da cidade do Rio Grande. Esta é a maior Ilha do estuário, assim como a mais importante socioeconomicamente na história do município e do estado, que argumentamos a partir da própria história da ocupação humana da ilha.



**Figura 1: Localização geográfica da Ilha dos Marinheiros - estuário da Lagoa dos Patos (fonte: Google Earth).**

A Ilha dos Marinheiros atualmente conta com cerca de 1400 habitantes, sendo que já chegou a possuir uma população de 7000 habitantes na metade do século passado (Azevedo, 2003). Seus moradores se distribuem ao redor da mesma em cinco áreas (Porto do Rei, Bandeirinhas, Fundos da Ilha, Coréia e Marambaia) (Figura 2). Todas as casas se situam ao longo de um logradouro único, a Rua Frederico Albuquerque, representado pela linha na Figura 2:

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 2:** A Ilha dos Marinheiros e a localização georreferenciada das 309 casas avaliadas em cada uma das 5 áreas da ilha. Distribuição espacial dos níveis de contaminação por ferro na água consumida. (extraído de Baumgarten *et al.*, 2015).

Assim, argumenta-se que ao longo da história da ilha e da cidade do Rio Grande houve preocupações com a destruição das matas, da emergência de areais que invadem plantações e casas, e até da contaminação das águas, constatadas por inúmeras pesquisas. Projetos de florestamento, através de pinus, foram implementados e, depois, pelas consequências negativas, proibidos na ilha. Tal processo ou relação implica uma determinada relação dos humanos/sociedade com a natureza, no caso da ilha à qual a Educação Ambiental em seus fundamentos deveria considerar de forma crítica.

## 1.2 Contexto histórico da colônia de pescadores Z3

A Colônia de Pescadores Z-3 é uma tradicional comunidade de pescadores artesanais, situada às margens da Lagoa dos Patos, no município de Pelotas/RS, Brasil. Contextualização histórica da Colônia de Pescadores Z-3 As primeiras famílias instaladas na Colônia de Pescadores Z-3 eram oriundas principalmente das colônias portuguesas, especialmente das ilhas Açores e Madeira, que formaram um pequeno contingente e faziam da Lagoa dos Patos o meio através do qual atendiam as necessidades de consumo, comercializando algum excedente de pescado. No entanto, a vinda de novos pescadores e novos processos de produção, assim como, o crescimento da indústria de salga na região, nas primeiras décadas do século XX, e o aparecimento da figura do intermediário-atravesador na década de quarenta, contribuíram decisivamente para que os pescadores artesanais que se encontravam nessa localidade se especializar somente na captura, pois começaram a vender o pescado diretamente às indústrias e aos atravessadores. O período subsequente, a partir da década de 1950, é marcado pela corrida desenvolvimentista e pela ausência de ordenamento institucional, que começou a se modificar quando surgiram as instalações de unidades de

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

captura, comércio e beneficiamento. Com a intenção de continuação desse processo, e almejando consolidar o setor da pesca, em 1962, foi criada a Superintendência da Pesca (SUDEPE). No entanto, os resultados não foram os esperados, e acabaram por acentuar o processo de diferenciação social entre os pescadores (Sacco Dos Anjos et al., 2004).

### **1.3 Contexto histórico de Santa Isabel –Arroio Grande**

No extremo Sul do Rio Grande do Sul localiza-se o distrito de Santa Isabel, pertencente a Arroio Grande. Este local, que alguns anos atrás era muito pouco conhecido pela população e podemos mesmo dizer desvalia de atenção do poder público, carregando consigo parte importante da nossa história e da formação do nosso povo. A ocupação desse território começa com as vastas doações, pelo governo português, no ano de 1789, de sesmarias aos fazendeiros militares, para a ocupação e proteção das fronteiras (Salaberry et. al, 2014).

Suas construções arquitetônicas foram feitas se baseando nos projetos portugueses e que iam avançando em direção à prata, passando assim despercebida e tendo grande influência nos acontecimentos Políticos e Militares que ajudou a delimitar a fronteira sul do país. As terras das margens alagadiças do

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

canal São Gonçalo, ligação natural entre Lagoa Mirim e Laguna dos Patos, foram palco de disputas territoriais entre Portugal e Espanha, mas trazem na atualidade dificuldades e luta pela sobrevivência de seus moradores (Garcia, 2018).

De acordo com Lei Estadual 11.585 de 12/01/2001 a Vila de pescadores, situada às margens do canal São Gonçalo, foi declarada como integrante do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, porém, não tem recebido a atenção que necessita do Poder Público. Nota-se que há mais ou menos uns quinze anos vem ocorrendo uma migração muito forte de pessoas da zona metropolitana do estado para esta comunidade, a princípio como turistas, atualmente como proprietário de imóveis na localidade, promovendo assim uma certa mudança na principal característica da comunidade que antes era uma simples comunidade de pescadores.

Santa Isabel é considerada uma comunidade costeira, localiza-se ao sul do Rio Grande do Sul, a regulamentada no plano diretor Municipal nº 441, de 25 de Julho de 1961, dividiu o território municipal em quatro distritos e dois subdistritos: Distrito de Mauá, Distrito de pedreiras, distrito de Santa Isabel, e o distrito sede de Arroio Grande que possui uma área totalizando 2.663km<sup>2</sup>, e uma altitude média de 39 metros.

A região administrativa de Santa Isabel do sul, tendo sua localização fora do perímetro da sede municipal e com principal ponto de chegada pela BR 116, sendo 30 km de faixa e 28 km de estrada de chão batido, ocupa uma porção

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

significativa deste território, e com sua população aproximada de oitocentos habitantes e ainda se encontra em pleno crescimento populacional e demográfico. *D. Jane (pescadora de Santa Isabel) relata que iniciou desde cedo na pesca artesanal, uma alegria na pesca é quando dar tudo certo e volta com peixe, as dificuldades são várias é vento, chuva, mau tempo, já passei mal pescando.*

#### **1.4 São Lourenço do Sul– RS**

O município de São Lourenço do Sul, em 2022, a população era de 41.989 habitantes e a densidade demográfica era de 20,62 habitantes por quilômetro quadrado, o salário médio dos trabalhadores formais é aproximadamente de dois salários mínimos. São Lourenço do Sul encontra-se situado na Encosta do Sudoeste do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 2.040,6 km<sup>2</sup> e limitando-se, ao norte, com os municípios de Cristal, Camaquã e Canguçu; ao sul, com Pelotas e Turuçu; a oeste, com Canguçu e, a Leste, com a Lagoa dos Patos. Apresenta uma situação agrária marcada pela baixa concentração fundiária, e um dinamismo econômico assentado na produção familiar diversificada, nas áreas de terrenos ondulado e suave-ondulado a oeste, e na produção de arroz nas várzeas ao leste e ao sul do município (IBGE, 2023).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Além da agricultura e da agroindústria de laticínios e de arroz, atividades como o turismo e a pesca são também significativas para a economia local, esta última representada pelas famílias de pescadores, bem como por uma Indústria de Beneficiamento e pela Fábrica de Gelo e Entrepasto da Colônia Z-8. A sede do município situa-se à margem da Lagoa dos Patos, delimitada ao norte pelo Arroio Carahá e ao sul pelo Rio São Lourenço. Próximo a estes portos naturais, bem como em alguns espaços ao longo da orla da lagoa, residem aproximadamente trezentos e cinquenta pescadores, segundo estimativa da Colônia de Pescadores Z-8, com sede no município.

Por se tratar de comunidades pesqueiras que foram atingidas pelas enchentes dos últimos anos, a comunidade pesqueira Z8 foi contemplada no projeto “atendendo aos povos das águas” e isso se justifica pela necessária urgência do atendimento aos pescadores dessas localidades e pelas necessidades básicas de acesso ao sistema e aos órgãos responsáveis pela assistência a reconstrução de suas vidas.

### 1.5 São José do Norte – RS

São José do Norte, também conhecida como terra da cebola, é um território ocupado por grupos de pescadores que mantêm práticas tradicionais de trabalho e organização social,

ao mesmo tempo em que apresentam grande mobilidade e mantêm relações entre si, levando a pensar na questão do homem litorâneo enquanto portador de uma tradição cultural, sobretudo em relação a uma memória coletiva do litoral, e o processo de mudança que gera articulações e rupturas entre estes grupos.

Tais questões remetem ao problema da unidade e descontinuidade social e simbólica, pensando de que forma tem operado mudanças entre os pescadores e quais são as estratégias de sobrevivência que estão em jogo. É importante considerar que, ao lidar com o dilema entre as possibilidades que se descortinam na experiência etnográfica acerca da ruptura e continuidade de determinados grupos sociais, busquei privilegiar a perspectiva do encontro entre as diferenças que causa rupturas e produz a instabilidade.

Os pescadores locais têm vivenciado um contexto de crise econômica e social relacionada a uma expansão desordenada da atividade, destacando-se a pesca industrial, como também em casos de transformações na pesca artesanal, que vem sendo cada vez mais incorporada ao mercado. A pesca predatória praticada em larga escala e a poluição do ambiente marítimo são apontadas como as principais causas para o quadro de escassez dos estoques de peixes, impactando as comunidades pesqueiras dessa região. (Adomilli,2007).

A vida em alto-mar, relacionada à vida na terra, diz respeito à visão de mundo dos pescadores. Portanto, a partir de

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

sua organização social e das relações produtivas, marcadas pelas noções de risco, confiança, cooperação, competição e hierarquia, relacionando-as com o viver entre esses dois meios. Tais temas são recorrentes nos estudos sobre comunidades pesqueiras de outros estados do Brasil, centradas sobre o espaço e a territorialidade na organização da pesca. (Maldonato, 1986).

Um ponto importante sobre a construção da maritimidade entre os pescadores de São José do Norte passa pela questão dos fluxos migratórios entre pescadores, obedecendo a uma lógica de territorialidade produtiva com base em sua sazonalidade.

O contato entre pescadores de diferentes localidades e regiões vem ocorrendo em espaços de acesso comum que caracterizam as praias oceânicas e a Lagoa dos Patos, assim como em áreas pesqueiras localizadas na porção austral do oceano Atlântico. Esse contato ocorre principalmente através de deslocamentos ao longo da faixa litorânea, assim como em relação a grupos envolvidos na safra do camarão na Lagoa dos Patos.

Tal situação envolve os pescadores locais com os dos municípios vizinhos e também com aqueles que vêm do estado de Santa Catarina. A estes somam-se agricultores da região que têm se voltado à atividade pesqueira, sendo possível compreender que o elo de comunicação mais ampla consiste em um grande evento de importância social, econômica e

simbólica, formador de uma rede de comunicação entre grupos diversos.

Em relação à pesca embarcada, esse contato diz respeito ao trânsito e apropriação dos recursos pesqueiros tanto pelas embarcações locais, como de outras regiões, estados e países. Nesse sentido, o acesso e a ordenação do espaço marítimo dizem respeito a conflitos territoriais decorrentes das intervenções desses diferentes atores sociais, relacionados principalmente às atividades industriais portuárias e ao mercado da pesca, envolvendo questões ambientais, sobretudo no que se refere a uma dinâmica ampliada das capturas em nível mundial e a execução de políticas de gerenciamento costeiro.

Portanto, devo esclarecer a existência de um universo multifacetado do âmbito pesqueiro, no sentido em que se refere às diversas práticas de pesca e de ambientes, assim como uma dinâmica do contato que diz respeito à relação entre o local, o regional e o global.

## **1.6 Pontal da barra de Pelotas**

A comunidade tradicional pesqueira Barra de Pelotas, no Laranjal, localiza-se às margens do canal de São Gonçalo que atravessando chega a Rio Grande, que faz essa comunicação de

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

São Lourenço até Rio Grande e tem mais de sessenta famílias que moram aqui, pelo menos cinquenta e quatro famílias moram do inverno ao verão, no período de pesca chegamos a ter mais de cem famílias, é nesse território que construímos nossas lutas e é aqui que construímos o nosso modo de vida tradicional pesqueiro. A maioria dos pescadores são mulheres jovens, mulheres idosas que vão ao mar, mulheres que tratam o peixe para sustentar suas famílias.

A comunidade tem mais de cinco décadas de existência, o morador mais antigo faleceu na enchente de Junho/2024. Essa comunidade enfrentou várias enchentes, enfrentar enchentes no Sul do Brasil é algo costumeiro de alguns anos para cá, a gente mora na beira da água, a enchente de junho foi mais forte, aterrorizante, catastrófica e desolador para comunidade que perdeu seus pertences e sua história de vida na beira da lagoa dos patos e Arroio São Gonçalo.

É importante destacar que o combate às mudanças climáticas não resolve retirando essas comunidades dessas áreas onde retiram a sua subsistência, porque viver a beira D'água faz parte do nosso modo de vida, no contexto das enchentes, todos querem encontrar uma solução, mesmo que paliativa, uma coisa importante de dizer é que “a remoção nunca é a solução” (Fabiana, filha e neta de pescadores tradicionais). As comunidades tradicionais têm um vínculo com o território, quando você remove essas comunidades do território, você acaba com essas comunidades.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Elas possuem alternativas desenvolvidas em seu interior, como por exemplo: construção de palafitas, elevação das estradas de acesso, a viabilidade da construção de um dique de pedras para barrar a entrada da água nas casas, o serviço público continuar nos atendendo mesmo durante as enchentes, que algo que não acontece, as soluções devem partir do território dessas comunidades, ou seja de sua população com ajuda do poder público.

Nas ultimas enchentes que ocorreram o poder público nos abandonou e virou as costas, não prestaram a menor assistência aos atingidos, tivemos que nos organizar, fortalecer as comunidades para sobreviver e resistir esse momento difícil, procurar ajuda das Universidades, dos amigos. “Remover as comunidades que vivem na beira da água, não irá resolver os problemas das mudanças climáticas”.

## **1.7 Comunidade pesqueira de Torotama**

A pesca na ilha da Torotama, se desenvolveu de forma significativa desde povos originários, adaptado e somado à chegada de diferentes povos com a colonização, sendo a pesca uma das atividades mais importantes no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos. Consideramos que a atividade da pesca artesanal é mais que um meio de subsistência familiar,

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

ela envolve relações singulares com o ambiente, em termos ecológicos e simbólicos. Através das relações de parentesco e vizinhança as interações são estabelecidas, valores, conhecimentos e atitudes são compartilhados, desempenhando um papel fundamental na formação da realidade ao longo das vidas de diversas gerações. (Borges e Franz, 2023).

Torotama localiza se em uma ilha lagunar, parte do complexo estuarino da Lagoa dos Patos, e faz parte do 3º distrito junto ao distrito do Povo Novo, localizado no município do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul. Enquanto a ilha da Torotama situa se entre dois centros urbanos importantes do sul do estado do Rio Grande do Sul, que são os municípios de Pelotas e Rio Grande.

Desta forma, a pesca artesanal é praticada no ambiente estuarino, e por vezes nas enseadas rasas, como as margens da Lagoa dos Patos, conforme Pasquotto (2005), esta é marcada pela prática pesqueira, pois a região, historicamente, já era habitada por povos originários, como os Guaranis (considerados ótimos pescadores), e também povos Tapes e Minuanos, para então, posteriormente, ser praticada também por portugueses que lá colonizaram e alocaram se.

Neste contexto, em 1737, tem se a fundação da colônia do Rio Grande de São Pedro, atual município do Rio Grande – RS, sendo estrategicamente construído para controle militar, um presídio, sob controle dos portugueses é estabelecido o forte Jesus, Maria e José. Durante a territorialização dos

colonizadores, estes buscaram garantir os conhecimentos das populações originárias presentes, incluindo os Tapes e Minuanos.

Cabe salientar que alguns moradores do povoado do Rio Grande de São Pedro eram proprietários de escravizados, fator que contribuiu na inserção dos conhecimentos pesqueiros oriundos do continente africano, no qual, os negros desenvolveram habilidades náuticas em rios de suas regiões e familiarizados com a pesca artesanal (Ramalho, 2011). Portanto, a chegada dos colonizadores portugueses após o século XVI constitui, junto às outras etnias, como, indígena, africana, as comunidades de pescadores artesanais.

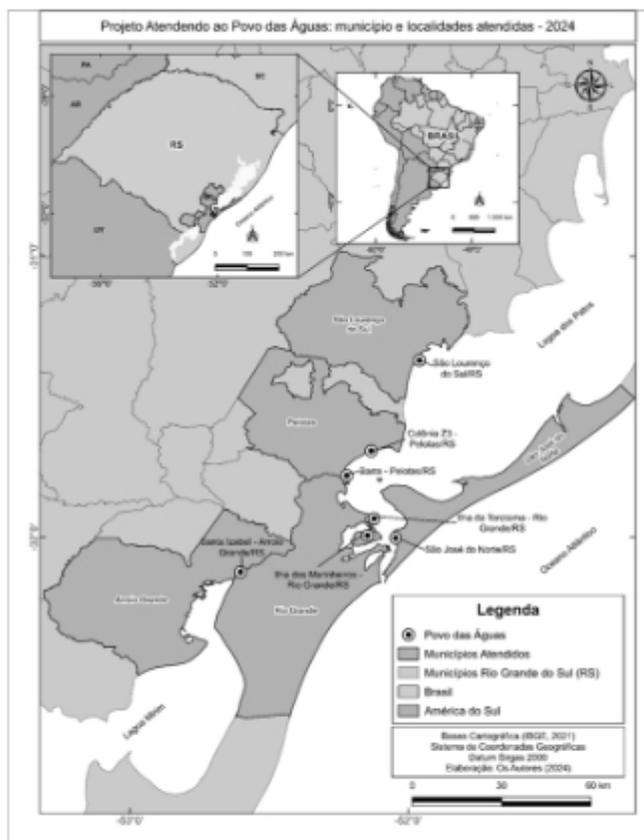
Conforme o processo de colonização concretiza-se no atual município do Rio Grande, ocasiona troca de conhecimentos e saberes sobre a pesca, resultando este contato entre as culturas, dos indígenas, portuguesa e negra. Isto resultou na introdução de novos saberes e petrechos, como anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar, que enriqueceram e diversificaram a prática da pesca na região (Diegues, 1983). As terras localizadas na Ilha da Torotama foram doadas e datadas pelo proprietário Capitão Mór Manuel Bento da Rocha para casais provenientes de Maldonado e da Colônia do Sacramento, sendo influenciada diretamente pela cultura proveniente destes lugares (Queiroz, 1985).

A inserção de novas formas de saber fazer a pesca artesanal foi ressignificando-se, associando-se a novos saberes

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

aos já existentes entre os Trutameiros, como os conhecimentos trazidos desde primeiros habitantes indígenas destas terras que já praticavam a pesca, pois era um dos recursos mais abundantes para sobrevivência. Posteriormente, com a chegada de portugueses e africanos, já com um conhecimento diversificado e novos petrechos, com novas embarcações, com saberes vindos de outras regiões que acabou se adaptando com as características naturais da Torotama.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 3** – Localização das comunidades pesqueiras (Ilha dos Marinheiros- Z1, Santa Isabel – Arroio Grande, Colônia Z3, Barra de Pelotas, São Lourenço do Sul, Ilha de Torotama – Rio Grande e São José do Norte - RS).  
Fonte: Silva (2024)

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

### Referências

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima. Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São Jose do Norte. RS. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre. PPGAS-UFRGS. 2007.

ARÉVALO, P. R. 2008. Avaliação da qualidade da água consumida pela população da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande/RS) – Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Oceanologia) - Instituto de Oceanografia - IO, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande. 100p.

AZEVEDO, A.L.D.M. 2003. A Ilha dos Três Antônios. Artipol, Águeda, 277p.

BAUMGARTEN, M. G. Z.; Paiva, M. L.; Rodrigues, H. R. S. 2014. Kit analítico simplificado: uma ferramenta para avaliação massiva da qualidade da água subterrânea. Revista Águas Subterrâneas - ABAS, v.28 n.2, p. 95-105.

BORGES, Jaqueline Rosa; FRANZ, Juliana Cristina. Os Códigos culturais da comunidade pesqueira da Ilha da Torotama, RS. MARES. Revista de Geografia e Etnociências. Volume 5, número 2, 2023. INSS. 26752697.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

DIEGUES, A. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

GARCIA, Cláudia Miranda. Planejando o Turismo de Base Comunitária no Distrito de Santa Isabel Arroio Grande/RS. 2018. LEI Nº 11.585, DE 12 DE JANEIRO DE 2001. (publicada no DOE nº 10, de 15 de janeiro de 2001).

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. cidades. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 06.09.2024.

MACIEL, M.W. 1998. A Educação Ambiental como instrumento na busca de soluções para os problemas socioambientais na Ilha dos Marinheiros. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - PPGEA, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande. 166p.

MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURA, G.G.M. 2012. Águas da Coréi Moura, G.G.M. 2012. Águas da Coréia. Nupeea, São Paulo, 285p.

MOURA, G.G.M. 2017. Guerra nos Mares do Sul. Annablume, São Paulo, 360p.

MPE-TAC-FLOPAL. 2008. Termo de Ajustamento de Conduta ligado à retirada das florestas de pinos na Ilha dos

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Marinheiros. Primeira Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande.

PASQUOTTO, V. Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São

Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

Plano Diretor de Arroio Grande - RS. (n.d.). Com.br. Acesso em 01 de mai de 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-arroio-grande> .

PEREIRA, A.L. 2016. Água subterrânea consumida na Ilha dos Marinheiros (Rio Grande - RS): Avaliação da qualidade e ações de Educação Ambiental. Monografia de conclusão de curso (Especialização em gestão ambiental em municípios) - Escola de Engenharia - EE, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande. 60p.

QUEIROZ, M. A Vila do Rio Grande de São Pedro: 1737□ 1822. 1985. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985.

RAMALHO, C. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. Cadernos de estudos sociais, 24, 2011. Disponível em:

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

<<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1409>>. Acesso em: 31 abr. 2024.

SACCO DOS ANJOS, F.; NIERDELE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, E. P.; GRISA, C.; CALDAS, N. V. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. Sociedade em Debate, Pelotas, ed. 10: 9-42, dez. 2004. Disponível em: <http://revista.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/491/435> . Acessado em:03.08.2024.

SALABERRY, Jeferson Dutra; MENDONÇA, Cledenir Vergara; LÚCIO, Eliana Carvalho. Registro e inventário do patrimônio arquitetônico, histórico e natural em Santa Isabel do Sul–Arroio Grande- RS. Revista Memória em Rede, v. 6, n. 11, 2014.

SILVA, Liziane Kerchiner. Histórica Vila de Santa Isabel. Metodologia da pesquisa em Geografia. Bacharelado em Geografia. ICH – Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pelotas. UFPel.

Plano Diretor de Arroio Grande - RS. (n.d.). Com.br. Acesso em 01 de mai de 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-arroio-grande> .

TAGLIANI. C.R.A.; CONTERATO, M.R.; ANTIQUEIRA, J.A.F.; CALLIARI, L.J.; TAGLIANI, P.R.; SOARES, M.N.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Construção de um Modelo de Elevação Digital de Terreno para a Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS, com uso de DGPS e Rotinas de Geoprocessamento. Porto Alegre: GRAVEL, ISSN – 1678-5975, Dezembro, 2006, n04, 89-98p.

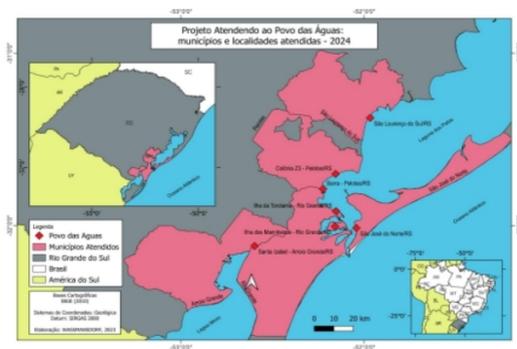
Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## **PARTE II – RELATO DE EXPERIÊNCIAS**

## 2.1 ATENDENDO AO POVO DAS ÁGUAS: NARRATIVAS E PERSPECTIVAS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO ANCORADO NO EMAJ/CIDIJUS/FURG

José Ricardo Caetano Costa<sup>1</sup>

Rafaella Fernandes de Mattos<sup>2</sup>



<sup>1</sup>Advogado. E-mail: [jrc.pel@gmail.com](mailto:jrc.pel@gmail.com). Doutor em Serviço Social, Professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e coordenador do Programa de Pesquisa-ação Cidadania, Direitos e Justiça (CIDIJUS). Coordenador, juntamente com a Profa. Dra. Jara da Fontoura, do Projeto “Atendendo ao Povo das Águas”. Advogado. E-mail: [jrc.pel@gmail.com](mailto:jrc.pel@gmail.com)

<sup>2</sup> Dotoranda em Direito (UFRGS). Mestre em Direito e Justiça Social (FURG). Pesquisadora do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas (FURG) e do Observatório de Justiça Ecológica (UFSC). [rafaellafernandesm@hotmail.com](mailto:rafaellafernandesm@hotmail.com)

## **Introdução**

O Projeto de Extensão denominado “Atendendo ao Povo das Águas”, nasce em junho de 2024, buscando auxiliar as várias comunidades tradicionais que se dedicam à pesca artesanal, que se situam no Estuário da Laguna dos Patos, na Lagoa Mirim e no Canal São Gonçalo. Canal este que interliga as duas primeiras citadas.

As comunidades tradicionais que se dedicam à pesca, o que envolve algo em torno de três mil pescadores e pescadoras, somente no Estuário da Laguna dos Patos, foram sacrificados com os fortes ventos e a enchente trazida em setembro de 2023. Em maio de 2024, a situação agrava-se drasticamente. Cidades inteiras são inundadas. Várias ilhas da região ficaram submersas e isoladas, sem comunicação via terrestre.

Os governos passam a agir. O Governo Federal lança o programa Federal trazido pelo Auxílio Reconstrução (MP n. 1.219/24), mais o apoio financeiro da MP n. 1230/24, complementado pela MP n. 1234/24), que infelizmente deixa de fora os(as) pescadores(as) do Estuário da Laguna dos Patos pois não podem acumular o seguro-defeso com este auxílio. O Governo Estadual lança dois auxílios financeiros: o programa

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

“Volta por Cima” e o “SOS PIX RIO GRANDE DO SUL”, que examinaremos mais detidamente no tópico seguinte.

A questão inicial que se coloca assim pode ser resumida: como estas comunidades, as quais várias se encontravam isoladas e sem comunicação, poderiam ter acesso a estes programas os quais necessitam, obrigatoriamente, de acesso informacional. Para além disso, o programa estadual “Volta por Cima” exige o cadastro único da família no CRAS, sendo que muitas famílias ainda não tinham esse cadastro. Como contornar essa situação fática?

Não há outro caminho a não ser o das águas. Vejamos, para tomar somente dois exemplos, o caso das Ilhas de Rio Grande, a Ilha dos Marinheiros, que foi a primeira que fomos fazer nossa ação inter e multidisciplinar (em 27/06/24), e a Ilha de Torotama (em 09/08/2024), pois em ambas o difícil acesso e a distância não permitem que seus moradores venham até ao centro da cidade de Rio Grande para buscar informações e auxílios (cadastros etc.). Por isso criamos, a partir de nosso Programa de Extensão CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA (CIDIJUS)<sup>3</sup>, EMAJ<sup>4</sup> o projeto denominado ATENDENDO AO

---

<sup>3</sup> O CIDIJUS nasce no ano de 2016, enquanto Projeto de Extensão vinculado à Faculdade de Direito da FURG.

<sup>4</sup>buscando atender juridicamente as comunidades tradicionais do Estuário da Laguna dos Patos. A partir de 2018 passa a dar assessoria jurídica ao Fórum da Lagoa dos Patos, entidade que agrega as quatro colônias de pescadores(as): Z.1 (Rio Grande), Z.2 (São José do Norte), Z.3 (Pelotas) e Z.8 (São Lourenço do Sul). Passa em 2022 à condição de Programa Permanente de Extensão, emprestando uma contribuição também na pesquisa dos direitos sociais, com a edição dos CADERNOS CIDIJUS, disponíveis gratuitamente em [www.repositorio.furg.br](http://www.repositorio.furg.br).

POVO DAS ÁGUAS, cadastrado no SIGPROJ/FURG. Mas sabíamos que somente a intervenção de nossos escritórios jurídicos do EMAJ<sup>5</sup> seria insuficiente para dar conta dessa proposta. Não queríamos apenas judicializar demandas. A ideia, anterior, é justamente evitar a judicialização, de modo a resolver de forma rápida o acesso a estes direitos que grande parcela das pescadoras e pescadores sequer sabiam como acessar.

Sabíamos, desde o começo do projeto, que não bastaria termos somente um atendimento jurídico nas comunidades tradicionais que se dedicam à pesca artesanal. O quadro que tínhamos envolvia uma série de instituições e entidades: a) INSS, uma vez que o seguro-defeso no Estuário da Laguna dos Patos é justamente pago de julho a outubro 2024. Além disso, a presença do INSS nos locais nos garantiria a consulta dos pedidos de benefícios por incapacidade temporária, auxílios de

<sup>5</sup>Nosso Escritório Modelo de Assessoria Jurídica, o EMAJ, possui uma forma singular de funcionamento. Acoplado a uma pós-graduação, lato sensu, possui uma residência jurídica cujo formato é inédito no Brasil. Em dois anos, cursados os créditos da pós e trabalhando junto aos nossos escritórios jurídicos (divididos em grupos por dias na semana, sendo que os nossos são os da terça-feira, de números B1, B1 (manhã) e G.1 e G.2 (tarde), os(as) jovens advogados(as) podem ter uma rica e complexa experiência, mormente quando nossos projetos e programas de extensão, à exemplo do CIDIJUS, permitem um contato direto com as comunidades mais vulneráveis. As demandas, portanto, advindas das saídas de água que estamos fazendo (eis que ainda em curso este projeto, ao tempo em que escrevo este artigo), são alocadas em nossos escritórios modelos, os quais participam os estudantes do 4º ano (Juniões) e os do 5º (sêniores), além de nossos pós-graduandos(as) e residentes, também de primeiro e segundo anos, mais nossos(as) mestrandos(as) vinculados ao Mestrado em Direito e Justiça Social (PPGDS/FADIR/FURG).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

natureza previdenciária, pedidos de pensões etc.; b) CADASTRO ÚNICO – CRAS, uma vez que o programa estadual denominado “Volta por Cima” exigiu como requisito a prévia inscrição neste importante cadastro nacional. Por outro lado, o auxílio reconstrução exige uma dinâmica de cadastro municipal, para nomear as áreas afetadas pela enchente, bem como para identificar os desalojados/desabrigados, que passa pela Assistência Social dos municípios; c) A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, pois grande parte dos programas, à exceção do “Volta por Cima” cujo pagamento é feito pelo BANRISUL, passa por este verdadeiro banco social. Afora isso, os pagamentos dos seguros defesos, para os que trabalham na pesca estuarina, também é feito pela CEF; d) EMATER, que foi nossa parceira desde o começo do projeto, ainda em andamento, tendo participado de todas as saídas de água, além de seus extensionistas, nas diversas cidades e localidades em que estivemos, tendo praticamente feito todos os arranjos locais que permitiram a ação conjunta e integrada multidisciplinar efetivada; e) COLÔNIAS E SINDICATOS DE PESCA ARTESANAL, pois priorizamos justamente os territórios tradicionais e suas organizações. Além disso, são as colônias de pesca que emitem os pedidos de seguro-defeso, bem como organizam toda a vasta e complexa documentação exigida para o exercício desse mister secular; f) COMITÊ DE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA/RIO GRANDE, cuja ação concreta na entrega de cestas básicas em várias comunidades as quais tivemos,

agregou um aspecto importante em nossa atividade extensionista; g) ACADEMIA, entre as quais tivemos os seguintes envolvidos nesta primeira etapa do projeto: CIDIJUS (CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA) FADIR/EMAJ/FURG; LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR MARÉSS (MAPEAMENTO EM AMBIENTES, RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE) FURG; OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS URBANOS E SÓCIOAMBIENTAIS DO EXTMO SUL DO BRASIL – FURG e LEAA – LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E AMBIENTAIS (UFPel); g) APOIADORES, entre os quais citamos a APTAFURG, que forneceu seu veículo em diversas saídas de água, o que auxiliou na logística no transporte de alunos e professores, a APROFURG, o SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PELOTAS E REGIÃO, que se propôs a ressarcir alguns gastos que tivemos no andamento do projeto, bem como dois veículos de comunicação engajados no movimento social, quais sejam a RADIOCOM PELOTAS 104.5, de Pelotas e o PARALELO 30 – FURG FM, de Rio Grande.

Cabe, ainda, uma breve anotação nesta introdução necessária para que possa ser compreendido esta primeira fase deste projeto, que envolveu as sete saídas de água ora refletidas. Este projeto, que se tornou imprescindível para o acesso aos direitos aos auxílios (federal e estadual), os quais os

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

povos das águas possuem direito por terem sido os mais atingidos pelas enchentes, não possui nenhum financiamento público, nenhum integrante recebendo bolsa de qualquer espécie, contando com o auxílio de voluntários (estudantes de graduação, especializando(as), residentes jurídicos, mestrando(as) e doutorando(as) de nossos programas da FURG e UFPel. Diante, pois, do contexto de precarização das universidades públicas, com um orçamento que não permite a realização das atividades de extensão, como fazer para realizar estes deslocamentos, por terra e por água, nas comunidades a serem atendidas? Aliás, esta atividade nasce em um contexto de greve nacional dos docentes, as quais tanto a FURG como a UFPel aderiram, em que a revisão do orçamento para nossas universidades e institutos federais esteve sempre como ponto de pauta. O apoio, fundamental, da logística veio por meio do 3º Comando de Bombeiros Militar de Rio Grande, cuja Comandante Sulenir Abreu da Rosa passou a fornecer toda a logística para nossas atividades do projeto: camionetas, uma Van para carregar as equipes, um caminhão-baú para transporte das cestas e doações às comunidades, lanchas, barcos etc.

Buscamos refletir neste artigo um pouco da trajetória deste inédito projeto de extensão, na formatação a qual se propôs: permitir que os(as) pescadores(as) artesanais, dentro de suas comunidades tradicionais, em um momento de grande vulnerabilidade social em que comunidades inteiras ficaram embaixo da água, pudessem acessar os diversos serviços

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

públicos que permitem acesso aos benefícios os quais possuem direito.

No tópico seguinte, faremos uma breve incursão sobre os benefícios propriamente ditos, sendo que nos tópicos subsequentes faremos uma espécie de relatório de água (similar aos relatórios de campo), demonstrando os caminhos percorridos e as ações que efetivamos em cada localidade.

## CRONOGRAMA DA PRIMEIRA FASE DO PROJETO

**PROJETO  
ATENDENDO AO POVO  
DAS AGUAS**

**CALENDÁRIO DE ATENDIMENTOS:**

27/06: ILHA DOS MARINHEIROS  
05/07: COLÔNIA Z3  
12/07: SANTA IZABEL (ARROIO GRANDE)  
19/07: SÃO LOURENÇO DO SUL  
26/07: SÃO JOSÉ DO NORTE  
02/08: BARRA DE PELOTAS  
09/08: ILHA DA TOROTAMA

Logos of partner organizations: RAR, CRAS, APTA FURG, Banrisul, CAIXA, SEMTA, APROFUR, EMATER/RS, IRI GRANDE DO SUL, Leaa, MARSS, LADIP, FURG, INSS.

## **1 Os auxílios governamentais e as estratégias para garantir os direitos ao povo das águas**

Pretendemos, no presente artigo, analisar concreta e faticamente, o programa Federal trazido pelo Auxílio Reconstrução (MP n. 1.219/24), mais o apoio financeiro da MP n. 1230/24, complementado pela MP n. 1234/24), bem como os dois auxílios financeiros lançados pelo Governo do Estado do RGS, por meio do programa “Volta por Cima” e pelo “SOS PIX RIO GRANDE DO SUL”.

Há de se frisar que a nossa lente recai na perspectiva dos(as) pescadores(as) e suas comunidades tradicionais, estabelecidos no Estuário da Laguna dos Patos, no Sul do Rio Grande do Sul.

Pretendemos demonstrar que estes benefícios estão sendo insuficientes, não alcançando a majoritária parcela dos quase três mil pescadores(as) deste estuário.

Começamos pela análise do Auxílio Reconstrução, introduzido pela MP 1.219/2024, que criou o benefício de apoio financeiro às famílias atingidas pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul.

Como é sabido, o Rio Grande do Sul teve uma considerável enchente em setembro de 2023, superada pela

avassaladora crise socioambiental sofrida a partir de maio de 2024, cujos efeitos até o momento em que escrevemos este artigo estão sendo sentidas pelas comunidades tradicionais que se situam ao longo do Estuário da Laguna dos Patos, assim como fortemente na Vila de Santa Isabel (São Gonçalo/Lagoa Mirim).

A tragédia social e humana vivenciada ensejou diversas respostas do poder público; além das ações de resgate e reconstrução, destacam-se diversas medidas estruturais de Direito Econômico, Orçamentário e Tributário.

Esperam-se medidas a respeito de Direito do Trabalho, visto que inúmeras empresas tiveram suas atividades interrompidas ou mesmo extintas e, no campo social, também as políticas assistenciais foram ativadas, especialmente a partir da Medida Provisória 1.219/2024, que criou o benefício de “Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal”.

O art. 1º, da Medida Provisória 1.219/2024 cria o “Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal até a data de publicação desta Medida Provisória”.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Verifica-se que são exigidos alguns requisitos para a obtenção do benefício de Apoio Financeiro, especialmente a configuração de municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência, conforme reconhecido pelo Poder Executivo Federal – o que se deu pelo Decreto Legislativo 36/2024.

Ademais, há necessidade de configuração das situações de desabrigado e desalojamento, conforme Lei 12.608/2012:

III – desabrigado: pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que necessita de abrigo provido pelo Sinpdec ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre; IV – desalojado: pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo Sinpdec ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre; O Apoio Financeiro terá o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), que será pago em parcela única, sendo determinado que ocorrerá um único recebimento por família.

A MP 1219/2024 exige que na autodeclaração seja indicado o responsável familiar pelo recebimento do Apoio

Financeiro, preferencialmente recaindo na figura da mulher. O art. 4º da MP 1219/2024 indica que o Apoio Financeiro será cumulável com quaisquer benefícios previdenciários ou assistenciais percebidos pelo titular do benefício. Consideramos isso uma importante medida, tendo em vista que não nos encontramos em situações de normalidade, de sorte que deve ser flexibilizada a ideia de acumulação de benefícios, geralmente interpretada restritivamente.

A obtenção do benefício de Apoio Financeiro exige o envio de informações, ao Governo Federal, pelo Poder Executivo Municipal das localidades afetadas pelo estado de calamidade pública.

Além disso, é exigida autodeclaração por parte dos pretendentes ao benefício, a qual deverá apresentar documentação, de qualquer tipo, que comprove o endereço residencial da família.

Consideramos que esse requisito de acesso ao Apoio Financeiro será de difícil cumprimento para muitas das famílias atingidas pelas enchentes, as quais, conforme amplamente noticiado, perderam todos seus pertences, inclusive documentos pessoais. Fato este que comprovaremos nas nossas sete saídas de água, na Primeira Fase de nosso Projeto

Atendendo ao Povo das Águas.

Compreendemos que esse requisito deva ser flexibilizado se não for objeto de uma regulamentação adequada e, quiçá,

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

deva ser privilegiada a utilização de ferramentas de geolocalização (provas digitais).

Como em qualquer política pública, há preocupação com a regularidade do uso de verbas públicas e, nesse sentido, o art. 3º, § 2º, estabelece que a apresentação de informações falsas implica sanções penais e cíveis, bem como a devolução dos valores ao Erário. Nesse caso, tais recursos serão revertidos à União Federal (art. 8º).

O benefício de Apoio Financeiro não é considerado como fonte de renda para fins das Leis 10.779/2003 (seguro-desemprego do pescador artesanal, no período de defeso) e 14.601/2023 (novo Bolsa Família).

Além disso, também não será considerado para o cômputo de renda que é um requisito necessário para a inscrição no CadÚnico, bem como para a obtenção do BPC – Benefício de Prestação Continuada da Lei 8.742/1993.

A operacionalização do pagamento do Apoio Financeiro ficará sob a responsabilidade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e será pago pela Caixa Econômica Federal (art. 6º, caput).

O pagamento ocorrerá por meio de conta poupança social digital, de abertura automática em nome do beneficiário, tal qual ocorreu, de forma bem-sucedida, com os auxílios financeiros pagos na época da pandemia de COVID-19.

A Lei 14.175/2020, que regulamenta a conta poupança social digital, estabelece um limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil

reais) para as movimentações nesta forma de mecanismo bancário simplificado. O benefício de Apoio Financeiro, como visto acima, é de R\$ 5.100,00; porém, a própria MP 1219/2024 cuidou de excepcionar tais recursos daquele teto previsto na legislação específica da conta poupança social digital.

Também poderá ser utilizada outra conta previamente existente em nome do beneficiário nessa mesma instituição financeira, mas, em ambos os casos, não poderá efetuar descontos ou qualquer espécie de compensação que impliquem a redução do valor recebido a pretexto de recompor saldo negativo ou de saldar dívidas preexistentes, a exemplo de empréstimos consignados.

As despesas do Apoio Financeiro são de natureza discricionária e correrão à conta das dotações consignadas ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, mediante previsão orçamentária (art. 7º).

Eventuais recursos não creditados ou decorrentes de Apoio Financeiro que sejam disponibilizados indevidamente serão revertidos à União (art. 8º).

Feitas estas considerações acerca do referido auxílio, observamos que sua aplicação ao conjunto dos pescadores e pescadoras que se encontram na condição de segurados especiais, é cercado de alguns entraves que passamos a apontar.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Primeiro, o fato da delegação de aos municípios informarem as áreas afetadas pelas enchentes possui aspectos positivos, mas também negativos. Positivo porque cada realidade é diversa. São os Municípios que sabem onde estão os problemas e quais são as áreas atingidas. Ocorre que a falta de uniformidade neste procedimento pode trazer prejuízos sérios aos pescadores e pescadoras que se habilitam a este auxílio. Seja no que respeita ao modo de operacionalizar o cadastro, seja pela precariedade das informações das áreas atingidas, gerando uma exclusão dos possíveis candidatos a este auxílio. E fato de não menor importância observamos, em nossa região, uma espécie de “disputa político-ideológica”: dados não informados corretamente devido ao fato de o Governo Federal ser de outra matiz. Afora isso, mas não menos importante, é estarmos inseridos em um processo pré-eleitoral, vindo muitos candidatos e candidatas aos pleitos municipais aproveitarem a tragédia para fazer autopromoção pessoal.

Segundo ponto que destacamos, em relação às comunidades tradicionais que vivem da pesca, é o fato da confirmação dos dados no GOV.BR. Vejamos que para um cidadão mediano, que possuiu seu celular e domina minimamente estes recursos, talvez seja fácil o manejo dos dados neste sistema.

Ocorre que estamos diante de outra realidade, em que boa parte dos(as) trabalhadores(as) da pesca não possuem sequer celular. E quanto possuem não detém o conhecimento informacional suficiente para o cadastro. Uma parcela

significativa destes são analfabetos, sob o ponto de vista formal.

Não bastasse isso, há outro grande entrave neste sistema: a exigência do “padrão ouro”, para serem validados os dados no sistema. Ao que tudo indica o formulador desta política pública desconhece a realidade concreta vivida pela população do “Povo das Águas”.

Por outro lado, o fato da exigência da condição de “desabrigado” ou “desalojado”, como vimos, pode ser um impedimento para uma grande parcela destes pescadores e pescadoras, especialmente para a parcela mais vulnerável, que vivem em condições precárias. Exemplo dos ribeirinhos que moram nas Ilhas de Torotama e Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande, RS, que muitos não deixaram suas casas com medo de serem saqueados. Permaneceram semanas com suas casas alagadas, mas negaram-se a sair delas. Pergunta-se: nestes casos não fariam jus ao auxílio? Vejamos que perderam seus pertences, tal como os demais, necessitando deste recuso para recomeçarem suas vidas já dilaceradas pelas enchentes (de setembro/23 e maio/24).

Certamente haverá um processo de judicialização, devendo o Judiciário Federal, à luz dos princípios do Direito, darem respostas a estas questões.

Em relação ao apoio financeiro dos dois meses (julho e agosto), instituídos pela Governo Federal, muito embora

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

anuncie estar beneficiando os pescadores e pescadoras do Estado do Rio Grande do Sul, vimos que em relação àqueles(as) que pescam no Estuário da Laguna dos Patos esta medida tornou-se sem sentido.

Com efeito, a Medida Provisória n. 1230, publicada em sete de junho do corrente ano, buscou incluir os pescadores e pescadoras artesanais, desde que estejam habilitados ao programa do seguro-defeso, bem como residentes em municípios que tenham decretado estado de calamidade pública, anunciando o pagamento de dois salários de R\$ 1.412,00 nos meses de julho e agosto deste ano.

Ocorre que, ao excluir os vários municípios que se encontram em estado de emergência, deixa de fora os(as) pescadores(as) que neles residem e não conseguirão se habilitar a este auxílio.

Por outro lado, mais grave ainda é o critério de elegibilidade previsto no final do § 5º, inc. IV, artigo 4 da referida MP. Isso porque, condicionar à concessão dos dois auxílios de apoio ao não recebimento do seguro-defeso, é simplesmente excluir todos(as) pescadores(as) do Estuário da Lagoa dos Patos, justamente a parte mais atingida e vulnerável, como é notório e sabido. Com efeito, o seguro-defeso, que possuiu outra natureza jurídico-protetiva, é um direito adquirido destes trabalhadores e trabalhadoras, pagos de julho a outubro de cada ano. Não deve existir quaisquer impedimentos na acumulação destes.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

A regra posta é absolutamente injusta para com as comunidades tradicionais arrasadas pelas águas neste momento: enquanto os trabalhadores formais, que possuem vínculo empregatício e todos os direitos garantidos, farão jus ao recebimento do auxílio de apoio financeiro sem precisarem renunciar a seus salários, os(as) artesanais deverão renunciar a duas parcelas do seguro-defeso, caso queiram trocar seis por meia dúzia. Não há qualquer racionalidade que explique esse critério nefasto.

Diante da insatisfação do setor para com esta medida, o Governo Federal editou a MP n. 1234/24, em que corrigiu o primeiro item ora atacado, incluindo também aqueles(as) pescadores(as) que residem em municípios que tenham decretado “Estado de Necessidade”.

Por outro lado, de forma totalmente inexplicável sob o ponto de vista da política pública que deve ser protecionista e isonômica, manteve a vedação do recebimento destes dois salários para os(as) pescadores(as) que estão para receber os defesos em 2024. Veja-se que ao lado do Estuário, os pescadores e pescadoras da Lagoa Mirim, cujo seguro-defeso é de novembro a janeiro de cada ano, poderão receber estes benefícios. Não é possível uma regra ferir o princípio da isonomia, mormente quando os mais prejudicados, que são as trabalhadoras e trabalhadores do Estuário, não receberem este apoio financeiro.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Em relação ao Governo do Estado do RGS, gostaríamos de focar seus dois principais programas de auxílio financeiro, dando este enfoque também aos pescadores e pescadoras artesanais do Estuário da Lagoa dos Patos.

Primeiro, analisaremos o programa denominado “Volta por Cima”, criado pela Lei 15.977, de 12 de julho de 2023, que institui auxílio para situações de calamidade ou emergência no Rio Grande do Sul, sendo reeditado, diante das enchentes havidas em maio de 2024, pelo Decreto Estadual n. 57.607, de 10 de maio de 2024, o Decreto 57.607.

A inscrição deve ser feita pelo site da defesa civil, no endereço virtual <https://www.defesacivileldorado.com.br/cadastro>.

Este programa estadual do Estado do RGS contempla pagamentos de parcela única de R\$ 2,5 mil para famílias vítimas das chuvas intensas e enchentes no Estado no período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2024, de acordo com os seguintes critérios:

- ter sido desabrigada ou desalojada em razão de eventos climáticos adversos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2024, conforme Decreto Estadual 57.607;
- residir em município com Decreto de Emergência ou Calamidade Pública homologado pelo governo do Estado (Decreto 57.646, de 30 de maio de 2024);
- ter cadastro incluído pelas equipes de Assistência Social municipais em formulário disponibilizado pelo

programa Volta por Cima (Decreto nº 57.657, de 11 de junho de 2024) ou ter sido identificada como moradora de área atingida a partir do mapeamento realizado pelo governo estadual (Decreto nº 57.623, de 17 de maio de 2024)

- constar no Cadastro Único (CadÚnico) na condição de pobre ou extremamente pobre, mesmo com a inscrição sendo realizada após os eventos climáticos.

Veja-se que a inscrição no Cadastro Único é condição fundamental para acesso ao benefício, que passa a ser pago pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL.

Duas questões são importantes neste ponto. A uma, o fato de as pescadoras e pescadores estarem inscritos no Cadastro Único, gerenciado pelo GRAS de cada município.

A dois, importante destacar que o Inc. IV do art. 3<sup>a</sup>, do Decreto 57.607/24, alarga o conceito de família desabrigada. Segundo sua redação, família desabrigada é aquela cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano grave decorrentes do desastre e que necessita de abrigo provido pelo governo. O que vale dizer que aqueles trabalhadores e trabalhadoras na pesca artesanal que tiveram perdas, mas necessariamente não deixaram suas casas, podem se habilitar a esse auxílio financeiro estadual.

O segundo programa estadual denomina-se SOS PIX RIO GRANDE DO SUL. Fruto da comoção havida diante da

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

avassaladora enchente que atingiu, segundo dados da Defesa Civil, quatrocentos e setenta e oito municípios gaúchos, tendo ceifado a vida de quase cento e oitenta pessoas, o Estado arrecadou até o dia cinco de maio de 2024, a quantia de 38,2 milhões de reais.

O Pix SOS Rio Grande do Sul atende famílias desabrigadas ou desalojadas, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com renda familiar de até três salários-mínimos, que não sejam contemplados pelo programa Volta por Cima, como visto anteriormente.

O valor corresponde a uma parcela única de 2000 por família, a ser pago pela CAIXA TEM, ao passo que o valor do outro programa é de R\$ 2.500,00 e pago pelo banco estatal BANRISUL.

Veja-se que constou a exigência da inscrição no CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), bem como no Cadastro Único da Assistência Social, vindo a renda familiar ser de até três salários-mínimos (R\$ 4.236,00).

A partir do conhecimento destes três auxílios, bem como do fato de os(as) trabalhadores(as) na pesca artesanal do Estuário da Laguna dos Patos estarem percebendo, de julho a outubro de 2024, parcelas do seguro-defeso, passamos a demonstrar as sete saídas de água que fizemos nas comunidades tradicionais, nesta primeira fase do projeto.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Denominamos de 1ª Fase estas sete saídas de água iniciais, uma vez que o projeto ainda está em curso e apareceram novas demandas, diante da excelente aceitação e dos resultados que o projeto trouxe para estas comunidades tradicionais.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## 2 Saída de água á Ilha dos Marinheiros (Rio Grande)



Nossa primeira saída de águas foi em um lugar muito singular e especial. A maior ilha da Laguna dos Patos, a dos Marinheiros, foi duramente atingida pelas enchentes de maio de 2024. Ainda em meados de junho e parcela significativa da população da Ilha estava fora de suas casas. Já tinha feito os 20 km desta belíssima e histórica Ilha, patrimônio histórico de Rio Grande, em evento de bicicleta. E já tinha ido remando, na prática da canoagem que me encanta e me dá vida a partir das “Águas do Sul”. Já tinha ido nesta Ilha que produz a jeropiga

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

(bebida típica produzida a partir do vinho, considerada patrimônio cultural de Rio Grande, tendo contato com os pescadores e as pescadoras que formam uma comunidade tradicional importante no estuário lagunar. Sempre me chamou a atenção das atividades destes segurados especiais, uma vez que exercem tanto a agricultura como também as atividades ligadas à pesca.

A partir dos contatos com Viviane Alves, líder do Movimento dos Pescadores e Pescadoras e sua representante no Rio Grande do Sul, diante dos seus relatos comoventes sobre a situação precária vivida pela comunidade da Ilha, resolvemos em realizar a primeira saída de água para este lugar encantador<sup>7</sup>, que estava em um momento delicado devido à enchente e as fissuras na ponte que dá acesso ao local. Ainda em junho, dia vinte e sete, o 3º Comando dos Bombeiros de Rio Grande nos conduz até à Ilha, com um acesso bastante difícil, eis que a água da laguna estava invadindo a estrada de acesso. Tivemos sorte, pois no dia seguinte, a ponte foi totalmente interditada e o acesso somente passou a ser feito por água. Mas retornamos a esta última quinta feira do mês de junho.

---

<sup>7</sup>Passamos a utilizar, metodologicamente, esta expressão, ao invés de “saída de campo”, por entender ser mais apropriada para os casos concretos que vivenciamos no Projeto de Extensão denominado “Atendendo ao Povo das Águas”. As comunidades que estivemos, nesta primeira fase do Projeto, estão todas situadas às margens da Laguna dos Patos (seis delas), enquanto uma (em Santa Isabel, cidade de Arroio Grande), encontra-se no nascedouro do Canal São Gonçalo, em torno de 2 km da Lagoa Mirim.

A logística para efetivar aquele primeiro momento foi bastante complexa. A começar pelos contatos para acertar os parceiros: INSS, CEF, EMATER, COLÔNIA Z.1, CRAS, entre outros. Sabíamos que cada um era importante neste momento em que a informação era fundamental para o acesso aos auxílios e apoios financeiros estaduais (Federal e Estadual). Além disso, as Equipes saíram de Rio Grande e de Pelotas, envolvendo uma logística que testaram a grandeza e humanidade de nossos Bombeiros. Sem eles não poderíamos ter feito estas sete primeiras saídas de água.

Desde a saída, sentimos a felicidade de todos da equipe, em poder ajudar neste momento difícil. Nossos alunos da graduação, da pós (lato e stricto sensu), nossos residentes jurídicos, a Prof. Jara da Fontoura, que coordena comigo o projeto, com sua habilidade de animar as equipes com músicas e dinâmicas interativas com a comunidade, sempre encantando a todos e a todas. Enfim, chegar na comunidade e começar a transformar o Bar do Fernando<sup>8</sup> em um ponto de atendimento, faz parte de uma magia que a todos e todas encanta. As caixas de bebidas do bar passam a ser o suporte para as mesas de atendimento. O colorido de nossos banners, dos parceiros que

---

<sup>8</sup>A atividade seria, inicialmente, em outro bar, do seu Geronso. A comunidade resolveu realizar a atividade no Bar do Fernando, que não só gentilmente cedeu o espaço como também serviu cafezinho e bolachas o dia inteiro. As comunidades reconhecem quando há sinceridade e honestidade de propósito e de intenções. Sabem quando não apenas as universidades e os pesquisadores e pesquisadoras a querem usar para suas pesquisas, sem dar nada em troca, sequer o retorno dos estudos realizados.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

integram a ação, possam de destaque. O povo humilde e vulnerabilizado com os efeitos deletérios da subida das águas que invadiu por semanas à Ilha, vem chegando e aguardando a vez de ser atendido. Primeiro a triagem. Breve. Com poucas questões. Sem muita burocracia. Só dados elementares: nome, telefone, renda, onde os(as) entrevistadores(as) marcam as opções que podem ajudar cada um(a) dos(as) pescadores(as) que procuram os serviços prestados. E se não for possível resolver, nossos quatro escritórios jurídicos do EMAJ/FURG estavam ali para colher a documentação, buscando judicializar aqueles casos que teriam chances de prosperar. Encontramos na Ilha problemas no cadastro dos(as) pescadores(as), que iriam se repetir nas outras comunidades tradicionais que apontaríamos: falta de cadastro no sistema (CPF sem registro ou fora do banco de dados), problemas no Cadastro Único, razão pela qual sempre insistíamos para o CRAS estar presente, mas na Ilha dos Marinheiros não conseguimos isso. Fez muita falta!

Foram setenta e um pescadores e pescadoras atendidos durante o dia. Trouxemos quinze procurações para realizarmos procedimentos jurídicos. Sabemos que atendemos somente um ponto da Ilha, restando mais duas ou três localidades em que há grande concentração de pescadores e pescadoras, que nos solicitaram a ida em suas comunidades. Esperamos na 2ª fase do Projeto poder atender a todos(as).



## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

documentos, móveis e petrechos de pesca. Só não perderam a esperança. Disso sabíamos!

Na manhã de 05/07/24, conforme combinamos com o Presidente da Colônia Z.3, Nilmar da Conceição, outra liderança nacional respeitável do MPP, partimos para a colônia,

cujá estrada de acesso à comunidade estava ainda em recuperação, tendo o Exército feito uma ponte de metal que permitiu novamente o acesso novamente à Colônia. O Exército realizou um importante trabalho, conforme pudemos conferir. Permaneceu por mais de dois meses alojado na Colônia. Foi fundamental neste momento de crise socioambiental criada pela ação antrópica do homem, cujo fruto estamos colhendo amargamente, com um ônus maior justamente à comunidades tradicionais mais vulneráveis.

A ação seria na sede da Colônia Z.3. Mas ainda estava com várias pessoas em seu interior, pois servia de abrigo neste momento. Por isso realizamos a ação na ONG GRUPO PELA EDUCAÇÃO SAÚDE E CIDADANIA – OSC GESTO, que gentilmente nos cedeu as salas de aula e nos deu o aporte necessário para realizarmos nossa ação.

Quando a Van e a camioneta vermelha dos Bombeiros e mais o veículo cedido graciosamente (por várias vezes), da APATAFURG, nossa fiel parceira, ingressa na Praça Olegário Costa, vimos uma grande fila aguardando pelos nossos atendimentos. Já tínhamos sondado que os problemas nos cadastros estavam atrasando o pagamento do auxílio

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

reconstrução, com poucos pagamentos realizados, bem como não constavam os CPFs dos(as) pescadores(as) nos cadastros feitos para habilitação nos dois mil reais do programa estadual do PIX SOS. Tudo isso se confirmou!

Foram, somadas esta primeira leva e outras duas realizadas pelo CIDIJUS nos dias 02/08/24 e 16/08/24, quando atendemos na sede da Colônia Z.3 somente a parte jurídica, um total de trezentos atendimentos, sendo que destes cento e setenta e três pessoas nos confiaram as procurações para realizar as ações judiciais cabíveis.

O retorno uma segunda vez na Colônia Z.3, já estando agendado uma terceira ida com nossos escritórios jurídicos do EMAJ/FURG (dia 16/08/2024), nos dão a certeza de que o Projeto Atendendo ao Povo das Águas ainda tem muito a cumprir.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

### 4 Saída de água em Santa Isabel (Arroio Grande)



Quando da montagem original deste Projeto de Extensão, tínhamos previsto as saídas de água para as quatro cidades que são sedes de colônias e sindicatos de pesca: Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul. Todas estas no Estuário da Laguna (Lagoa) dos Patos.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

A Colônia Z.24, de Santa Isabel, abriga uma grande quantidade de pescadores e pescadoras. Em uma comunidade alojada às margens do nascedouro do Canal São Gonçalo, assim chamado por interligar a Lagoa Mirim e a Laguna dos Patos, das cerca de mil e quinhentas pessoas que ali residem, cento e oitenta dedicam-se exclusivamente à pesca artesanal.

Foi a única das comunidades tradicionais que se encontra fora da Laguna dos Patos, distantes há uns 2 km da Lagoa Mirim.

Tínhamos estado nesta comunidade há duas ou três semanas antes de nossa saída de água. Fomos levar roupas e água mineral, que estavam no CIDEC da FURG. Acertamos esta inclusão. De todos os lugares, além da Ilha de Torotama que foi a última em que os moradores retornaram às suas casas (pelo menos a maioria), foi o mais atingido pela elevação de quase 2,90 metros do Canal São Gonçalo.

Sabíamos das vulnerabilidades desta comunidade, especialmente pelas conversas virtuais prévias com duas mulheres guerreiras: a Indiara e a Nice, ambas da Colônia Z.24. Por isso ajustamos com o Comitê Contra a Fome e a Favor da Vida, de nossa querida Darlene de Rio Grande, um doação de cento e cinquenta cestas básicas, as quais levamos com a prestigiosa ajuda do 3º Comando dos Bombeiros de Rio Grande, mais um reboque que precisamos alugar para acoplar a Van dos Bombeiros.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Acertadamente incluímos esta pequena comunidade tradicional da pesca. Era uma sexta-feira, dia 12/07/24 quando adentramos na Vila de Santa Isabel, após um longo percurso em estrada de chão da BR 116 até a comunidade. Já muitas pessoas aglomeradas. Um clima de revolta e insatisfação pairava no ar. Não pela nossa presença, que certamente era um prenúncio de esperança para todos(as). Mas sim pelo fato de estarem ainda com ruas alagadas, sem condições de pesca no momento, pela perda significativa de petrechos de pesca e móveis e utensílios, o fato de não terem recebido nem o auxílio reconstrução (Governo Federal), como o Volta por Cima (Programa do Governo Estadual do RGS), tornou-se potencializador.

Com efeito, foram no dia cento e cinquenta atendimentos e em torno de cento e trinta procurações para o CIDIJUS/EMAJ encaminhar as demandas respectivas.

Fato é que tivemos, de todas nossas sete saídas de água nesta primeira fase do projeto, um verdadeiro banquete, à base de peixe feito de várias formas, ao meio-dia. Um buffet de saladas similar a qualquer restaurante de boa qualidade. E um tratamento às equipes que estas comunidades mais vulneráveis sabem bem oferecer, pois a solidariedade e a empatia ganham um sentido especial diante do que sofreram e ainda sofrem no seu cotidiano.

Ao final do dia, um abalo geral reforçou esse sentimento: a Presidente da Colônia Z.24, que trabalhou grávida

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

intensamente até o meio-dia para tornar nossa estada o melhor possível, teve que ir até o Hospital de Arroio Grande para consultar, quando descobriu que seu bebê estava falecido há uns dez dias. Lamentável fato!

Deixamos ao final da tarde, já noite, esta comunidade tradicional, na certeza de que teríamos muito ainda a fazer, mas com um sentimento de dever cumprido e um acerto por inclui-la em nossa ação.

## 5 Saída de água em São Lourenço do Sul

**PROJETO  
ATENDENDO AO POVO  
DAS AGUAS**

ATENDIMENTO JURÍDICO (CIDIJUS) E AÇÃO  
CONJUNTA COM CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,  
BANRISUL, INSS, EMATER, CRAS - CADASTRO ÚNICO E  
COLÔNIA Z-8

DIA: 19/07/2024 (SEXTA-FEIRA)  
HORÁRIO: 9H ÀS 17H30  
LOCAL: SALÃO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES  
SÃO LOURENÇO DO SUL

Logos of participating organizations: RAR, CRAS, APTA FURG, Banrisul, CAIXA, BANCO DO BRASIL, BANCO DO RIO GRANDE DO SUL, APROFURO, EMATER/RS, LADIP, FURG, INSS, MARSS, and others.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Dia 19/07/24 parte de nossas equipes deslocam-se de Rio Grande, em direção à sede dos Bombeiros Militar em Pelotas, partindo de Van para a cidade de São Lourenço do Sul, sede da Colônia Z.8.

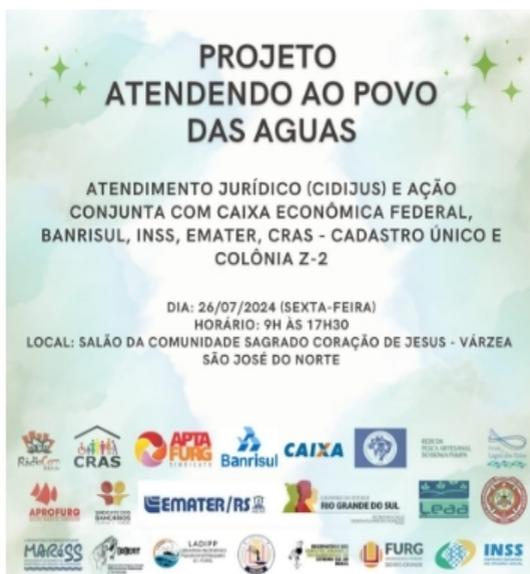
Ao contrário de Santa Isabel, o atendimento em São Lourenço do Sul foi tranquilo e mais calmo. Foram quarenta e dois atendimentos durante o dia, com treze ações para ajuizarmos. Ao que tudo indica, pelo que percebemos durante nossa ação, a Assistência Social deste município deu a atenção devida aos cadastros dos desabrigados(as) e desalojados(as), inserindo as zonas de alagamento e realizando os cadastros dos pescadores e pescadoras que passaram a fazer jus aos pagamentos dos auxílios governamentais.

Fato curioso que, dentre estas treze pessoas que damos as procurações, três casos eram para um recurso administrativo contra a Marinha do Brasil. Isso porque, na procissão tradicional e secular realizada no segundo dia de fevereiro de cada ano, decorrente da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, os donos das embarcações foram autuados por infração ao art. 15 da Lei n. 9537/97, que se refere ao exercício da praticagem: “O prático não pode se recusar à prestação do serviço de praticagem, sob pena de suspensão do certificado de habilitação ou, em caso de reincidência, cancelamento deste.” Todos estavam descontentes, alegando que se a multa, que variava de oitenta a oitocentos reais, prosperasse, nenhum dono de embarcação faria mais esse transporte no dia consagrado à

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

importante festa religiosa que ocorre em todas as cidades ao largo do Estuário.

## 6 Saída de água na várzea (São José do Norte)



São José do Norte, sede da maior colônia de pescadores e pescadoras estuarina, a Z.2, nos forneceu uma opção que reforça nosso compromisso com as comunidades menores e mais vulneráveis. Seu Presidente, Irandi Silveira, ofereceu as dependências da Colônia, no centro da cidade, onde

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

encontraríamos salas com internet, computadores, um bom auditório etc. Perguntei a ele qual seria a comunidade mais vulnerável e necessitada, uma vez que sabíamos que no centro da histórica cidade de SJN seria difícil o deslocamento dos(as) pescadores(as). Nos disse que um local denominado Várzea e Ponta do Mato estaria mais fragilizada. Foi justamente para lá que fomos na sexta-feira de 26/07/24.

Uma longa viagem. Nossas equipes de Pelotas saíram as 6h em direção à Rio Grande. Lá, entre as 7h e 7h30 encontraríamos as equipes de Rio Grande e juntos pegaríamos a Balsa que transporta os veículos e faz a travessia até SJN.

Foi nossa viagem mais longa, uma vez que em SJN a Van dos Bombeiros e mais uma camioneta apanhou mais cinco integrantes das Equipes, rumando para o interior de SJN. Uns 10 km de asfalto mais outros 15 km de estrada de chão.

Ao contrário do que imaginávamos e esperávamos, os atendimentos e as demandas foram tranquilos, comparados às Colônias Z.3 e em Santa Isabel (Z.24). Foram trinta e dois atendimentos, com dezenove pedidos judiciais relacionados ao programa Volta por Cima, bem como ao Auxílio Reconstrução do Governo Federal. O Bar do Paulo Ivan foi o cenário de nossa atividade. A triagem foi montada com caixas de cerveja improvisadas na entrada do galpão que dá acesso ao bar, e em um mesmo espaço estava bonito de ser ver o INSS, o CRAS, a EMATER, a Colônia Z.2 e os dois servidores da CEF, todos à

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

disposição deste povo que, pacientemente, deslocava-se até o Bar do seu Paulo.

## 7 Saída de água no Pontal da Barra (Pelotas)



Se estivemos no nascedouro do Canal São Gonçalo, quando da ação em Santa Isabel, no dia 02/08/24 fomos na outra ponta deste belo e enigmático canal que possui 75 km de extensão.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

A comunidade tradicional de pescadores e pescadoras da Barra de Pelotas, com suas setenta famílias, não poderia ficar de fora de nossa ação. Ao contrário das outras saídas de água, centralizamos nossa ação, somente na parte da tarde. Sabíamos que esta foi e ainda é a comunidade mais afetada desta região. Ainda parte das famílias não conseguiram retornar às suas casas ou o que sobrou delas.

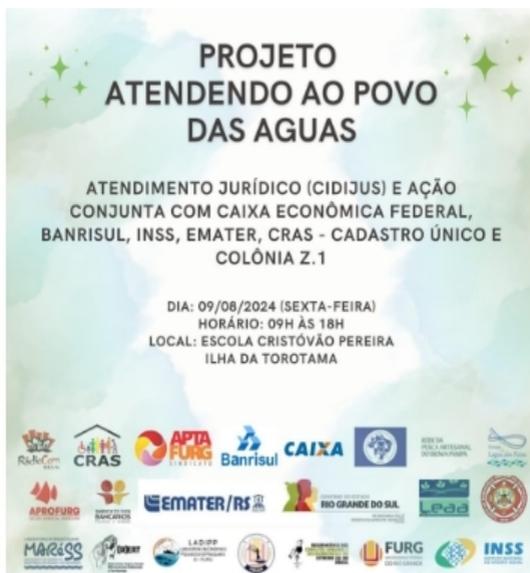
Se este Pontal é um dos principais cartões postais de Pelotas, tendo em seu lado este belo Canal, cujas águas desembocam na Laguna dos Patos que esta à sua frente, a destruição das casas e dos trapiches é visível a qualquer viajante que se aventure por estas bandas.

Mais uma vez um Bar, agora da Dona Rosa, é palco de um ato de verdadeira cidadania e exercício dos direitos. Nossa querida Fabiane da Fonseca, nascida e criada na Barra, onde ainda mantém residência, tinha razão quando nos afirmou que poucos tinham recebido os auxílios que lhes são devidos por direito.

Com efeito, foram quarenta atendimentos com trinta ações para ajuizarmos judicialmente, uma vez que não foram atendidos nos pedidos de auxílio reconstrução e também do PIX SOS.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## 8 Saída de água na Ilha de Torotama (Rio Grande)



Nossa última saída de água, no dia 12/08/24, foi na Ilha de Torotama, pertencente à cidade de Rio Grande. Deixamos a grande e bela Ilha para o final. Tínhamos pleno conhecimento que o cenário era dramático. Tanto é verdade que ainda estavam fora de seus lares uns 30% da população da Ilha, que

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

tem em torno de mil e duzentos habitantes. A grande maioria deles vivem da pesca e da agricultura familiar.

A Escola Cristóvão Pereira foi nossa sede. Seu diligente diretor, Prof. Sicero Miranda, que é filho de pescadores e residente da Ilha de Torotama, fez um lindo trabalho de mobilização juntamente com seu grupo de professores, professoras e alunos(as) para nos receber.

Novos desafios. Novas ações. Foi um grande e intenso movimento, com a entrega de quase trezentas e trinta cestas básicas pelo Comitê da Cidadania e Combate à Fome, mais trezentos e trinta kits de limpezas doadas pelo SICREDI. E uma presença do Cartório de Registros da Quinta, cujo trabalho do Dr. Maximiliano e sua equipe fez uma diferença na vida daquelas quase quatrocentas pessoas que por ali passaram: a entrega de sessenta certidões perdidas ou danificadas na enchente. A EMATER, sempre nossa parceira em todas as saídas de água, formalizou mais de oitenta encaminhamentos de orientações em busca de créditos e serviços aos moradores da Ilha.

As salas de aulas, biblioteca e todas as dependências da Escola receberam nossa grande equipe, em uma corrente do bem e de solidariedade que tornou o dia frio mais aquecido com nossas atividades. Ao meio-dia, tivemos um verdadeiro banquete com saladas diversas e uma feijoada de primeiro nível.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Foi a maior ação que fizemos, em termos de quantidade: duzentos e quinze atendimentos e noventa e quatro ações judiciais para serem ajuizadas, figurando os pedidos de PIX SOS (Estadual) e o pedido de auxílio reconstrução (Federal), não satisfeitos até o momento de nossa ação.

Ao final da tarde, antes de anoitecer, já estávamos na estrada de chão que novamente nos direcionava à Rio Grande e Pelotas. A sensação era singular: damos conta de atender, da melhor forma possível, aquela multidão que buscava informação e serviços diversos.

### **Considerações finais**

Ao final desta primeira fase do Projeto Atendendo ao Povo das Águas, em que atendemos sete locais que albergam comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais, envolvendo cinco cidades de nossa Região (Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Arroio Grande), podemos fazer duas grandes constatações: a) as

Políticas públicas precisam ser integradas e colocadas ao alcance destas populações mais vulneráveis. Integradas porque uma depende da outra. O que vale dizer que quando a pescadora busca seu seguro-defeso, por exemplo, esse ato

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

envolve a Colônia a qual pertence (pois geralmente são as Colônias quem encaminham este pedido), mais o INSS, pois este é o Órgão gestor do seguro, mais a CEF que faz os pagamentos deste programa. Quando você tem estes três entes em um mesmo espaço físico, seja em um bar, igreja, escola ou qualquer outro lugar, atendendo justamente na própria comunidade, tudo se torna mais fluido e simples para quem necessita acessar o serviço. Assim o é com os programas do auxílio reconstrução, do governo federal, e os dois programas estaduais que estamos verificando quando de nossas saídas de água. Para ter acesso ao auxílio federal, para citar um exemplo corriqueiro, é necessário confirmar os dados no Gov.br, de modo que a pescadora e o pescador necessitam ter o denominado “padrão ouro” para esse ato. É fundamental a ajuda da CEF, das Assistentes Sociais do CRAS, de modo que seja apropriado essa ferramenta sem a qual não é viabilizado o direito; b) Quanto maior for a inter e multidisciplinaridade do projeto, melhor será em termos de ganhos para as comunidades. Nosso projeto tinha uma ideia inicial de auxiliar juridicamente estas comunidades, de modo que acessem a estes direitos provindos das enchentes. A começar pela coordenação conjunta com minha querida colega da FURG, Profa. Jara da Fontoura, que é da Faculdade de Educação e tem uma larga experiência em processos de extensão universitária, bem como a adesão do laboratório LEAA (Geografia-UFPel), passando pelas equipes do MARÉSS (FURG) e pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul, o projeto ganha outra dimensão: a

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

produção de um documentário e de uma obra coletiva, resgatando as memórias destas pescadoras e pescadores, em um momento em que centenas deles e delas perderam seus pertences, materiais e imateriais.

Em relação a estes auxílios, por certo que são importantes, mas absolutamente insuficientes, diante da grave crise socioambiental pelo que passam as comunidades tradicionais que vivem da pesca no Estuário da Laguna dos Patos e a comunidade de Santa Isabel (Canal São Gonçalo, próxima à Lagoa Mirim). Ao que pudemos constatar no projeto, a burocracia estatal, seja no que refere ao mapeamento das áreas atingidas, seja no cadastro dos(as) pescadores(as), tornaram-se óbice à concessão destes direitos de forma rápida e eficaz.

Torna-se fundamental a instituição de uma política pública que forneça apoio financeiro de forma duradoura, mormente quando ficaram excluídos dos dois salários previstos na MP n. 1230/34 de 2024.

Por outro lado, como forma de aprendizado, parece incontroverso o papel fundamental que a Assistência Social apresenta no cenário atual. A demarcação como direito fundamental e essencial da Assistência Social, no cenário da pandemia trazida pelo Covid-19, agora é reafirmada diante da grave crise socioambiental vivida por estas comunidades.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Muito embora somente o programa estadual “Volta por Cima” tenha exigido a inscrição no Cadastro Único da Assistência Social como requisito para este auxílio, importante que nos demais também seja juntado o cadastro, o que demonstra a vulnerabilidade destas(es) pescadoras(es) no momento atual.

Foram atendidas, na fase primeira de nosso projeto, oitocentos e cinquenta e três pescadores e pescadoras, tendo sido nos confiados quatrocentos e setenta e quatro procurações para o ingresso de auxílios que não foram satisfeitos. O projeto ingressa, a partir de setembro de 2024, na segunda fase, com novas saídas de água e novos desafios.



Foto: acervo CIDIJUS

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## **2.2 A DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DEDICADAS À PESCA ARTESANAL NA REGIÃO DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS – RS**

José Ricardo Caetano Costa<sup>1</sup>

Rafaella Fernandes de Mattos<sup>2</sup>

Resumo: o presente trabalho relata a experiência do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas em dois eventos: no Seminário “A ciência no enfrentamento ao desastre de 2024 no RS: da emergência à reconstrução”, promovido pela Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do RS em parceria com instituições de pesquisa e entidades federais; e na visita de trabalho ao Brasil da Relatoria Especial para os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da

---

<sup>1</sup>Doutor em Serviço Social (PUC/RS). Professor da FADIR e do PPGDJS (FURG). Coordenador do Programa de Pesquisa-Ação de Extensão CIDIJUS – Cidadania, Direitos e Justiça e do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas (FURG). [jrc.pel@gmail.com](mailto:jrc.pel@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutoranda em Direito (UFRGS). Mestre em Direito e Justiça Social (FURG). Pesquisadora do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas (FURG) e do Observatório de Justiça Ecológica (UFSC). [rafaellafernandesm@hotmail.com](mailto:rafaellafernandesm@hotmail.com)

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Enquanto o primeiro objetivou a construção de um futuro sustentável e com mais resiliência para a população, unindo a política e a academia, o segundo visou a promoção de soluções integradas para o fortalecimento da resposta estatal a partir de uma perspectiva de Direitos Humanos. Em ambas as experiências, os autores apresentaram a atuação do Projeto na defesa dos direitos sociais das comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal na região do Estuário da Lagoa dos Patos. Como meio de garantir plena efetividade no acesso à justiça, na primeira fase do Projeto foram atendidas 853 pessoas e ajuizados 474 processos judiciais para a concessão de benefícios governamentais federais e estaduais aos pescadores e pescadoras artesanais, em um ambiente acadêmico interinstitucional, multidisciplinar e de construção coletiva.

Palavras-chave: Resiliência; política; academia; comunidades tradicionais; acesso à justiça.

## **Introdução**

O Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas foi criado em junho de 2024 junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social (PPGDJS) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para auxiliar juridicamente as comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal na região do Estuário da Lagoa dos Patos. Isso porque, o cenário de exposição e vulnerabilidade de tais comunidades, integradas por cerca de três mil pescadores e pescadoras, agravou-se diante do evento extremo que atingiu o estado do Rio Grande do Sul (RS) em abril e maio de 2024.

Em razão das características topográficas da região, as inundações lentas e duradouras, acentuadas pelas cheias da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo, ainda produzem impactos negativos na vida e na rotina da população ribeirinha. Existem, outrossim, desafios para a concessão dos benefícios governamentais que lhes são de direito: em um primeiro momento, o isolamento pela água e a ausência de comunicação impediram o acesso à informação exigida pelos programas. Além disso, enquanto a nível federal o Auxílio Reconstrução excluiu os pescadores artesanais, na medida em que impossibilitou a acumulação com o seguro-defeso, a nível estadual o Volta por Cima e o Pix SOS exigiram Cadastro

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Único da Assistência Social de famílias que não o tinham (Costa, 2024).

Para a garantia de acesso à justiça aos povos vulneráveis, o Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas possui uma equipe interinstitucional e interdisciplinar, responsável pelo acompanhamento das questões levantadas nos atendimentos. A primeira fase do Projeto teve sete “saídas de água”<sup>3</sup> a localidades dos municípios de Rio Grande, Pelotas, São Lourenço do Sul, Arroio Grande e São José do Norte, cujas logísticas de deslocamento foram feitas pelo 3º Comando de Bombeiros Militar de Rio Grande. Além disso, ações conjuntas foram realizadas com: a Caixa Econômica Federal; o Banco do Estado do Rio Grande do Sul; o Instituto Nacional do Seguro Social; a Instituição de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social; o Centro de Referência da Assistência Social; as Colônias e Sindicatos de Pesca Artesanal; o Comitê de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida de Rio Grande; e o Cartório & CRVA da Quinta.

Por meio do Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ) da FURG, centenas de ações judiciais foram ajuizadas e já começaram a obter êxito na concessão de medidas liminares para o deferimento dos benefícios governamentais devidos às comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal. Coordenado por professores da Faculdade de Direito (FADIR), o quadro de escritórios jurídicos da FURG envolve

---

<sup>3</sup>Assim (re)nomeadas as saídas de campo pelo Prof. Dr. José Ricardo.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

dezenas de estudantes da graduação e residentes do Programa de Pós-Graduação em Prática Jurídica Social em um ambiente acadêmico de aprendizagem e construção coletivas.

Na segunda fase, iniciada em setembro de 2024, foram e serão realizadas novas “saídas de água” sob um olhar cada vez mais cuidadoso aos pescadores e pescadoras artesanais. Feitas estas considerações, o presente trabalho visa relatar a experiência do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas em dois eventos: (a) no Seminário “A ciência no enfrentamento ao desastre de 2024 no RS: da emergência à reconstrução” promovido pela Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do RS (SERS), em parceria com instituições de pesquisa e entidades federais; e (b) na visita de trabalho ao Brasil da Relatoria Especial para os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

### **1 Seminário “A ciência no enfrentamento ao desastre de 2024 no RS: da emergência à reconstrução”**

Nos dias três e quatro de dezembro de 2024, a SERS<sup>4</sup> promoveu o Seminário “A ciência no enfrentamento ao desastre de 2024 no RS: da emergência à reconstrução”, em parceria com instituições de pesquisa e entidades federais. A organização do evento contou com o Fórum das Universidades Públicas e Institutos Federais do Rio Grande do Sul (FORIPES), o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o programa Brasil Unido pelo Rio Grande do Sul, o Governo Federal – Brasil União e Reconstrução e a Secretaria da Reconstrução Gaúcha do Governo do RS.

A iniciativa surgiu como uma resposta aos impactos do desastre que atingiu o RS entre abril e maio de 2024, cuja força da água impactou quatrocentos e sessenta municípios e resultou em inundações, enxurradas, deslizamentos e rupturas no relevo. Por conseguinte, o Seminário destacou a urgência de um diálogo profundo entre a ciência e a gestão pública para a preparação das capacidades governamentais locais e regionais e da sociedade ao enfrentamento de futuros eventos extremos<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do RS foi criada pela Medida Provisória nº 1.220, de 15 de maio de 2024, com base na Lei nº 14.600, de junho de 2023.

<sup>5</sup> Informações obtidas através do site: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/seminarios>. Acesso em: 7 dez. 2024.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

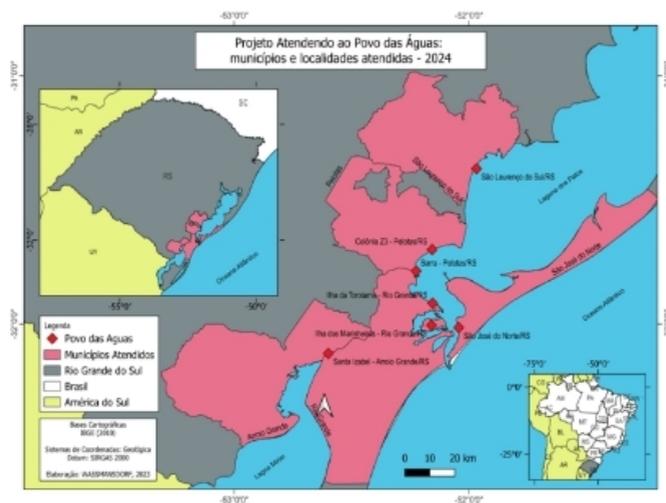
Na busca por um futuro sustentável e com mais resiliência para a população, a programação do evento contou com: (a) uma análise multidimensional do desastre, incluídas a meteorologia, a hidrologia, a geologia, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos; e (b) a problematização dos respectivos impactos na economia, na infraestrutura, no ordenamento territorial, nos povos e comunidades tradicionais, na saúde humana e animal, na educação, na comunicação, no uso de tecnologias para a redução de vulnerabilidades e gestão de riscos, na governança e nas políticas públicas<sup>6</sup>.

O debate interdisciplinar e interinstitucional reuniu pesquisadores do RS, gestores públicos e representantes da sociedade civil organizada para a discussão das causas, das características e dos impactos da catástrofe. No painel “Impactos junto aos povos e comunidades tradicionais: resiliência e Justiça Ambiental”, o Prof. Dr. José Ricardo apresentou a primeira fase do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas, cujo cronograma foi executado nas seguintes localidades:

---

<sup>6</sup> Informações obtidas através do site: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/seminarios> . Acesso em: 7 dez. 2024.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: Costa, 2024, p. 76.

As sete “saídas de água” resultaram no atendimento de 853 pessoas e no ajuizamento de 474 processos judiciais, conforme demonstra a tabela a seguir:

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

<b>Saídas de água</b>	<b>Data</b>	<b>Nº de pessoas atendidas</b>	<b>Nº de processos ajuizados</b>
Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS	27/06/24	71	15
Colônia Z3, Pelotas/RS	05/07/24	303	173
Santa Izabel, Arroio Grande/RS	12/07/24	150	130
São Lourenço do Sul/RS	19/07/24	42	13
São José do Norte/RS	26/07/24	32	19
Barra de Pelotas/RS	02/08/24	40	30
Ilha da Torotama, Rio Grande/RS	09/08/24	215	94
<b>Total</b>		<b>853</b>	<b>474</b>

Fonte: arquivo pessoal

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Desde o início da segunda fase e com dados atualizados até trinta de novembro de 2024, o número de atendimentos aumentou para mil cento e sessenta e sete e o de processos ajuizados para quinhentos e trinta e nove. Com uma abordagem distinta dos demais painéis, que trabalharam os impactos negativos do evento extremo sobre a população da capital e da região metropolitana, o Prof. José Ricardo expôs os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos.

Em razão das características topográficas da região, as inundações lentas e duradouras, que começaram entre abril e maio de 2024 e ainda são experienciadas por tais comunidades, foram agravadas pelas cheias da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo. Não obstante, diante da incoerência de inundações rápidas e violentas, enxurradas, deslizamentos e perdas de vidas, os povos do sul parecem invisíveis aos olhos governamentais.

Diante desse cenário, demonstrou-se o papel fundamental do Direito e da FURG, por meio dos Projetos de Extensão, para a garantia dos direitos das comunidades vulneráveis através de um pleno acesso à justiça. A Universidade esteve presente, ainda, no painel “Educação, comunicação e uso de tecnologias para a redução de vulnerabilidades e gestão de riscos”, no qual o Prof. Dr. Glauber Acunha Gonçalves palestrou sobre a integração de sistemas de modelagem computacional avançada e da comunicação social como elementos de proteção da população na ocorrência de eventos extremos. A apresentação

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

teve como base as pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Oceanografia Costeira e Estuarina, coordenado pela Profa. Dra. Elisa Helena Fernandes<sup>7</sup>

Os vídeos das palestras serão divulgados na página oficial do evento<sup>8</sup> e serão produzidos dois e-books, para os quais os autores contribuirão: um para disseminação científica direcionado ao público em geral e um de natureza acadêmica.

## **2 Vista de trabalho ao Brasil da Relatoria Especial para os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

Entre os dias dois e seis de dezembro de 2024, a REDESCA/CIDH realizou uma visita de trabalho ao estado do Rio Grande do Sul, onde mais de 2,3 milhões de pessoas foram atingidas por uma das maiores tragédias socioambientais do Brasil: as intensas chuvas e inundações de abril e maio de 2024. Com o intuito de avaliar as múltiplas dimensões dos impactos da emergência ambiental, a delegação da REDESCA ouviu autoridades, academia, sociedade civil e comunidades afetadas.

---

<sup>7</sup>Ambos os professores do IO/FURG são integrantes do Comitê de Avaliação e Prognóstico de Eventos Extremos do RS.

<sup>8</sup>Vide: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/seminariors> .

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

O Relator Especial Javier Palummo discursou na Câmara dos Deputados e no Fórum de Justiça do Estado do RS, onde abordou os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA) no contexto da emergência e do acesso à justiça climática. Além disso, a delegação realizou reuniões nos Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Integração Regional, do Desenvolvimento Social, dos Povos Indígenas, das Mulheres e da Igualdade Racial, assim como no Ministério Público do Trabalho, na Casa Civil, na Organização das Nações Unidas e nas respectivas Agência para Refugiados e Organização Internacional para as Migrações, nas Defensorias Públicas da União e do RS, no Exército Brasileiro e na Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do RS.

Todas essas reuniões tiveram como objetivo tratar das iniciativas desenvolvidas para a proteção dos Direitos Humanos durante e após as enchentes e analisar o trabalho realizado para assistir os setores mais vulneráveis. Posteriormente, foram cumpridas visitas aos municípios de Estrela e Lajeado, no Vale do Taquari, à comunidade indígena Mbyá-Guarani da Tekoa Pekuruty, a comunidades quilombolas e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em reunião realizada no dia 4 de dezembro de 2024, na Assembleia Legislativa do RS, a delegação recebeu contribuições de grupos historicamente marginalizados para a compreensão plural dos desafios relacionados à garantia dos DESCA após o evento extremo. Na ocasião, os autores

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

expuseram o desamparo das comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal na região do Estuário da Lagoa dos Patos e demonstraram como o Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas vem atuando para garantir-lhes um pleno acesso à justiça.

Em um primeiro momento, pontuaram que as inundações lentas e duradouras, características da topografia regional, tornaram-se invisíveis aos olhos do Poder Público, os quais estavam voltados às inundações rápidas e violentas da capital e região metropolitana. Assinalaram, outrossim, a dificuldade de acesso de tais comunidades aos benefícios governamentais que exigiram informação, internet e outras ferramentas digitais indisponíveis durante o período de isolamento pela água. Por fim, informaram os desafios específicos para o recebimento de auxílios governamentais federais e estaduais.

Infelizmente, ao definir as visitas de trabalho às comunidades tradicionais vulneráveis, a delegação excluiu os pescadores e pescadoras artesanais da região do Estuário da Lagoa dos Patos, o que parece uma reprodução da lógica governamental brasileira. Não obstante, espera-se que, a partir das informações diretas e atualizadas sobre os esforços no enfrentamento da emergência climática, a REDESCA documente recomendações direcionadas ao governo federal para a proteção dos DESCA de tais pescadores e pescadoras.

### Considerações finais

Em ambos os eventos, demonstrou-se a insuficiência e ineficiência dos programas de auxílio governamental existentes para o enfrentamento da grave crise socioambiental experienciada pelas comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal nos municípios do Estuário da Lagoa dos Patos. Através do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas, os autores chamaram a atenção de organismos nacionais e internacionais para a situação de desamparo e violações dos DESCAs na região. Evidenciou-se, com isso, o papel fundamental do Direito e da Universidade pública e gratuita, ainda que em um cenário de escassez de recursos financeiros, junto às atividades extensionistas na garantia de acesso à justiça para a população vulnerável.

Buscou-se, por um lado, contribuir para que as recomendações baseadas nos padrões interamericanos de Direitos Humanos tomem em consideração os desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais após o evento extremo de abril e maio de 2024. E, por outro lado, pretendeu-se fornecer insumos para que a reconstrução do RS promova uma melhor integração das políticas públicas, as quais devem ser colocadas ao alcance de todas as comunidades atingidas pela emergência. Neste contexto, “a esperança não é só de esperar, mas de esperarçar, por mais parcerias

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

institucionais e efetividade plena no acesso à justiça e um olhar cada vez mais cuidado às comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal, que clamam por nossa ajuda” (Branco Filho et al., 2024).

## Referências

BRANCO FILHO, T. C. T.; MATTOS, R. F.; SILVA, M. T.; COSTA, J. R. C. Um olhar cuidadoso para as comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal. *Jornal da USP*, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=828765> . Acesso em: 6 dez. 2024.

COSTA, J. R. C. Projeto Atendendo ao Povo das Águas: municípios e localidades atendidas em 2024. In: COSTA, José Ricardo Caetano; BIRNFELD, Carlos André; QUEIROZ, Daniel [Orgs.]. *Núcleos de Práticas Jurídicas: Experiências & Reflexões*. Pelotas: Editora Repensar, 2024.

## **2.3 A PESCA ARTESANAL TRADICIONAL NO SUL DO BRASIL E SEUS DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ENCHENTES**

Edilma Fernandes da Silva<sup>1</sup>

Jara Lourenço da Fontoura<sup>2</sup>

### Introdução

A configuração da rede hidrográfica do Rio Grande do Sul é composta por dois conjuntos hídricos. Suas porções norte e oeste drenam as águas do rio Uruguai, ao passo que sua porção leste drena as águas que vertem diretamente para o oceano atlântico. Parte desse segundo conjunto desagua nas inúmeras lagoas e lagunas costeiras, embutidos na planície costeira do Rio Grande do Sul, dentre elas, a chamada lagoa dos patos, lagoa mirim e lagoa mangueira, além de outras de menor porte (Cardoso, 2011).

---

<sup>1</sup>Docente do Departamento de Geografia, Laboratório de Estudos Agrários e ambientais- (LEAA) UFPel – [edilma.silva@ufpel.edu.br](mailto:edilma.silva@ufpel.edu.br)

<sup>2</sup> Dr<sup>a</sup> Jara Lourenço da Fontoura/Doutora em Educação Ambiental- Docente do Instituto de Educação Coordenadora do Projeto Atendendo ao Povo das Águas-PPGEA NUPEATRO- Nucleo de Pesquisa Estetico-Ambiental sobre o Teatro na Educação-(IE)-FURG-Universidade Federal do Rio Grande – E-mail [Jarafonta@gmail.com](mailto:Jarafonta@gmail.com)

As margens dessas lagoas vivem comunidades tradicionais que sobrevivem da pesca artesanal, essa atividade é parte da cultura do país e importante fornecedora de proteína nos municípios costeiros. A unidade produtiva é a família, envolvendo seus integrantes nos processos de captura, beneficiamento, confecção de petrechos de pesca, sendo o processo produtivo organizado pelo saber-fazer (Diegues, 1983; Diegues & Arruda, 2001).

As populações humanas que vivem em contato direto com o ambiente natural dependem economicamente dos recursos naturais e as formas como esses recursos são utilizados podem fornecer informações importantes para o delineamento de propostas de conservação que visem à sustentabilidade (Nobrega et al, 2019). Nesse sentido, a pesca artesanal responde por 50% do total mundial de capturas e emprega cerca de 98% dos 51 milhões de pessoas diretamente envolvidas com a coleta e o processamento dos recursos marinhos (Fao 2023).

Além do problema das enchentes no sul do Brasil enfrentado pelas comunidades pesqueiras, a pesca artesanal convive com um processo crítico de declínio de sua produção, oriundo da degradação ambiental e da sobrepesca, resultantes de processos de ocupação desordenada, poluição e pesca predatória.

Nesse cenário, discorreremos sobre as últimas enchentes que ocorreram e agravaram a vida dos pescadores em sete

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

comunidades pesqueiras do Rio Grande do Sul. Para mostrar a importância da produção pesqueira no Sul, pesquisa realizada por Benvenuto e Moresco (2005) apresentou trinta e três espécies que habitam os banhados e lagoas costeiras, de sessenta capturadas.

A proposta aqui apresentada corresponde analisar os dados obtidos dos pescadores e sua percepção com relação ao enfrentamento na crise climática, as enchentes que vem ocorrendo no sul do Brasil e os desafios no desenvolvimento da atividade da pesca artesanal.

### Método

Realizamos uma pesquisa ação nas seguintes comunidades pesqueiras: Ilha dos Marinheiros- Z1, Santa Isabel, São Jose do Norte, Ilha da Torotama, São Lourenço do Sul, Colônia de pesca da Barra de Pelotas, Colônia Z3 (07 - comunidades). Não conseguimos identificar um número preciso de pescadores registrados nas colônias de pesca, mas, segundo informações, são aproximadamente oitocentos pescadores registrados em cada colônia de pesca abordada nessa pesquisa. Obtivemos uma média de cinco depoimentos em cada comunidade, entre gestores e pescadores e para o desenvolvimento da metodologia nos baseamos também em Silva (2021).

A presente pesquisa contou com levantamento bibliográfico acerca da atividade pesqueira do Rio Grande do Sul, obtenção de dados sobre questões relacionadas a pesca artesanal e mudanças no meio ambiente, através da aplicação de questionários com entrevistas. Associada à pesquisa-ação que é um método científico que tem como referência a construção dos objetivos da pesquisa por seus sujeitos e o compromisso com a transformação de sua realidade (Thiollent, 2007).

Para realização da ação conjunta contamos com diferentes órgãos: INSS, Caixa Econômica Federal, EMATER, CRAS, Corpo de Bombeiros, CID-JUS/UFRG, LEAA/UFPel, Conselho Tutelar, escolas públicas e etc.

Os questionários aplicados aos pescadores enfatizaram informações de natureza socioeconômica e sua relação com o trabalho, produção das espécies capturadas e mudanças ambientes decorrentes das últimas enchentes.

Nas entrevistas aos presidentes das colônias (07 lideranças) de pesca foram obtidas informações sobre o perfil dos pescadores(as), principais desafios enfrentados na pesca artesanal, além dos aspectos relacionados ao funcionamento das colônias com o auxílio aos pescadores e cadastro nas políticas públicas para o enfrentamento da crise atual, onde a maioria dos trabalhadores pescadores(as) perderam seu material de pesca, tiveram suas casas invadidas pelas águas das

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

enchentes e continuam enfrentando dificuldades para sobreviver após as enchentes de junho e julho de 2024.

### Resultado e Discussões

Os pescadores artesanais que realizam suas atividades nas comunidades pesquisadas da lagoa dos Patos costumam capturar: tainha, corvina, linguado, burriquete e bagre. A maioria dos pescadores da Lagoa dos Patos sobrevivem da pesca do camarão e dentre as aflições apresentadas pelos pescadores, está a interferência da enchente na próxima safra que iniciará em fevereiro indo até trinta e um de maio.

Com os problemas das cheias na Lagoa dos Patos os últimos anos, não tem sido boa a produção de crustáceos, já que as águas ficam doce e frias e o camarão prefere ambiente mais quente e salinizado. *“A gente tem fé que a água salgada entre na lagoa e melhore a safra do camarão para fevereiro de 2025”*.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 1** – Embarcações utilizadas pelos pescadores das comunidades pesquisadas. Fonte: acervo pessoal, (2024).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

A maioria dos entrevistados iniciaram na pesca desde muito cedo, ainda criança, acompanhando o seu pai na pesca e continuam na atividade, alguns se aposentaram, mas ainda saem para pescar, são poucos os jovens que estão na atividade, quando questionados porque os jovens não querem aprender e sair para pescar, os pais respondem que é uma atividade que exige muito sacrifício e preferem que seus filhos estudem e tenham outra profissão, representando com isso, perda da tradição identificado por outros pesquisadores (Silva, 2021).

Com relação aos aspectos naturais do sul do Brasil os pescadores destacam muito as alterações ambientais relacionadas ao vento, frio, mar revolto e perigoso durante o inverno rigoroso enfrentado por esses homens que dependem do mar para sustentar suas famílias. *“Às vezes saio para pescar fico três dias pescando, retorno, e fico oito dias em casa sem pescar por causa da mudança da maré”*. (pescador da Barra, com quarenta e nove anos de idade).

Dentre as denúncias dos pescadores nas respostas dos questionários, os mesmos destacam, alterações na Legislação da pesca que impactaram diretamente suas atividades como, a proibição da pesca de bagres marinhos das espécies *Genidens barbatus* e *Genidens planifrons*, de grande importância para a pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos. Tal proibição foi decorrente de sua inclusão na lista de espécies ameaçadas de extinção tanto por meio da Portaria MMA 445/2014 (IBAMA, 2014), como da Lei Estadual no 51.797/2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

É importante ressaltar que essas proibições viola o direito da participação democrática nas decisões que envolvem a subsistência das comunidades tradicionais no Brasil. A captura do Bagre na região sul do Brasil, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, as comunidades pesqueiras artesanais atuam sobre os estoques no ambiente estuarino e próximos à costa. Já a frota industrial atua na porção marítima. (Walter et al. 2018).

Em contrapartida os pescadores(as) seguem se reunindo periodicamente no Fórum da pesca com o objetivo de defender seu trabalho, a preservação e a conservação do meio ambiente no setor pesqueiro, bem como a promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza. Suas conquistas remetem à definição de normativas específicas.

Assim, em nenhum momento os pescadores(as) artesanais foram consultados sobre essas mudanças na legislação impostas, recaindo sobre os mesmos os efeitos negativos acerca da proibição. Inferese que esta nova condição impõe limitações na reprodução social dos pescadores e pescadoras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, região com maior concentração de pescadores no estado e que tem nos bagres um dos quatro recursos de maior relevância na captura (Kalikoski & Vasconcellos 2013).

A pesca de pequena escala, a pesca artesanal fornece meios de subsistência para quase meio bilhão de pessoas; setor inclui algumas das comunidades mais vulneráveis à degradação

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

ambiental; meta da FAO é melhorar a gestão dos recursos aquáticos por parcerias. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO considera o grupo essencial na gestão de ecossistemas e na preservação de tradições e culturas milenares. Desse modo, pescadores(as) artesanais, criadores de peixe e trabalhadores do ramo da pesca foram tema de mais de duzentos e sessenta eventos em sessenta e oito países. Essas atividades fizeram parte do Ano da Pesca Artesanal e Aquicultura (2023).

Nesse contexto, o conhecimento dos pescadores(as) adquirido ao longo dos anos na atividade da pesca artesanal, poderá subsidiar políticas públicas para conservação das espécies exploradas. Assim, alguns pesqueiros foram citados pelos pescadores de São Lourenço do Sul como: Barra falsa, capão do meio, Camaquã, arroio grande, ponta do banco, capão de areia, banco do quilombo, portal do vitoriano. D. Maria, e etc. São conhecimentos que poderão contribuir para gestão dos recursos pesqueiros nessas comunidades (Silva, 2021).

Durante a enchente de maio de 2024 no Sul do Brasil, as comunidades que ocupam as margens das Lagoas dos Patos, Mirim e São Gonçalo, passaram por momentos difíceis, tendo que abandonar suas casas às pressas, com alertas da defesa civil informando da subida do nível da água da Lagoa dos Patos e muitos tiveram que procurar abrigos, casas de parentes e amigos por estarem em áreas de riscos. Nesse cenário, pescadores e pescadoras tiveram que abandonar suas casas para

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

se proteger das chuvas torrenciais e contínuas que ocorreram durante o mês de maio de 2024.



**Figura 2** – Marcas da água da enchente de maio de 2024, comunidade pesqueira da Barra- Pelotas/RS. Fonte: autora, (2024).

O resultado disso foi a perda de pertences, memórias, documentos, roupas, móveis, material de trabalho das famílias que tiveram que deixar seu lar. Agora após essa tragédia, vem a parti mais difícil de reconstruir as suas vidas e voltar para suas atividades. É premente que as políticas públicas assistencialistas implementadas pelo governo e gestores não tem chegado para essas comunidades como deveria afim de dar um alento de esperança para recomeçarem sua rotina.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Com relação a dinâmica da Lagoa dos Patos, apesar de todas as mudanças climáticas enfrentadas pelos pescadores nos últimos anos, eles acreditam que a Lagoa dos Patos irá se recuperar da carga de sedimentos recebida e voltara a produção normal das espécies por eles capturadas e que influenciam diretamente na sua subsistência e meio de vida.

Pudemos identificar vários fatores que influenciam na produção pesqueira da região Sul e segundo os pescadores e presidentes das colônias de pesca, a expansão da soja no Sul do Brasil altera na produção das espécies capturadas e destacam *“Em São João da reserva e arroio de São Lourenço dava muito lambari e atualmente desapareceu, desse lado tem muita plantação de soja”* (pescador de São Lourenço do Sul, de cinquenta e nove anos de idade).

Esse problema apontado pelos pescadores da diminuição da produção, pode estar relacionado com a expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas que há décadas vem sendo objeto de intensas críticas de ambientalistas, de órgãos ligados a saúde e de sindicatos de trabalhadores, principalmente rurais. De acordo com Porto-Gonçalves (2012) a contaminação das águas dos rios e do lençol freático tem levado a diminuição das espécies e do número de peixes e com isso vem trazendo prejuízos as populações ribeirinhas, enfim a diversidade biológica e cultural. A pesca por exemplo, uma atividade historicamente complementar a agricultura, fica, deste modo prejudicada.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

A produção de soja no Rio Grande do Sul, até os anos 1960, estava associada a produção de trigo, de milho e a pastagens para gado bovino, além da criação de porcos e todos os seus derivados (banhas, linguiças etc). Desde os anos setenta esse sistema de uso da terra e toda cultura a ele associado mudou, vem sendo substituído pela monocultura da soja, com todas as implicações decorrentes. O cultivo do trigo se constituía o centro do sistema do uso da terra que visava garantir o pão na mesa e a segurança alimentar não só do gaúcho, mas de outras regiões do país. Desse modo, a insegurança alimentar mantém fortes relações com um sistema agrário-agrícola que visa a mercantilização generalizada, como o que vem caracterizando o período neoliberal agroexportador da monocultura. (Porto-Gonçalves, 2012).

Em 2024 durante a enchente no período de greve universitária nasce o projeto “ Atendendo ao povo das águas “ , na FURG (Fundação Universitária do Rio Grande), coordenado por Dr José Ricardo Costa e eu Dr<sup>a</sup> Jara Fontoura ( IE-NUPEATRO\PPGEA\FURG), com apoio do sindicato APROFURG e APTAFURG a fim de:

a) Auxiliar juridicamente à comunidade de pescadores e pescadoras artesanais, que vivem no Estuário da Lagoa dos Patos, RS, no manejo e obtenção dos seus direitos sociais diversos, sejam de natureza previdenciária, assistencial ou trabalhista;

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

b) Levantar os dados sobre a situação das estruturas das comunidades, tais como as pontes, os trapiches, peixarias etc), além de fazer uma análise de gênero e geracional, especialmente para demonstrar os impactos nas mulheres e nos jovens;

c) Mapear problemas e injustiças em que vivem as comunidades tradicionais, permitindo a discussão acerca destes problemas, com publicação no Jornal ECO e no Paralelo 30;

d) Viabilizar ações interativas sócioambientais junto às comunidades pesqueiras;

e) Realizar a inscrição dos(as) pescadores(as) no CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar);

f) Auxiliar na inscrição do Cadastro Único da Assistência Social;

g) Orientar os pescadores(as) na busca do crédito rural (EMATER);

h) Possibilitar dados para a construção/inserção de subprojetos de atendimento as comunidades;

i) Entrevistar lideranças comunitárias/pesqueiras durante as interações socioambientais;

j) Viabilizar a construção coletiva de um documentário e escrita de um livro sobre a vida dessas comunidades;

k) Agregar ações de distribuição de cestas básicas e roupas, além de outros itens que as comunidades demandarem, quando das saídas de água do Projeto;

f) Organizar um seminário com todas as comunidades pesqueiras envolvidas no projeto.

Portanto, nesta relação com os “povos das águas, doces e salgadas”, os quais são e sempre serão sujeitos de direito, nasce o entrelaçamento de troca de saberes e solidariedade socioambiental. Pois somos uma grande teia/rede da vida coletiva interligada e quando uma ponta é destruída o resto será atingido.

A natureza a todo instante está dando lições para que em tempo o ser humano mude e repense sua relação com o todo. Nosso Planeta Terra ânsia por mudanças éticas deste viver. É, pois, tarefa de todos nós este pensar e agir cotidiano e planetário. Para Freire (1999), nós precisamos nos repensarmos enquanto sujeitos e nos tornarmos seres de decisão da ruptura e assim continuarmos a esperar:

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela , só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída. (Freire, 1999).

Para alicerçar a metodologia/ação/reflexão deste significativo projeto contamos com os diversos teóricos desde a área jurídica até a área ambiental, os quais foram trazidos de acordo com cada indivíduo/participante/equipe no atendimento as comunidades pesqueiras. Dentre os teóricos contamos para alicerçar/fundamentar o eixo principal deste “fazer e teorizar

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

junto as comunidades pesqueira”, Paulo Freire, Sirio Velasco, Enrique Leff entre outros.

Na teoria do Ecomunitarismo, Velasco (2008) propõe um pensar e agir individual e coletivo, como também um ato sustentável deste fazer e teorizar, fazendo com que as pessoas comprometam-se de forma ética, rompendo com o que está pré-estabelecido e assim construindo outros olhares possíveis de um viver tanto entre si/humanos e com a própria regeneração da natureza.

Baseada nas três normas da ética argumentativa, que parte das seguintes perguntas: O que devo, devemos fazer? Faz com que nos posicionemos diante do cotidiano e de forma ética, busquemos as devidas respostas para esse desafio existencial. Segundo o mesmo autor, a terceira norma diz “Devo preservar-regenerar a saúde da natureza humana e não humana”. Velasco (2008), ainda afirma que:

Somente será possível um existir comunitário pós-capitalista ético, se os indivíduos conseguirem em atitude de libertação, manterem-se em um comportamento com caráter preservador, regenerador/sustentável diante da natureza, e entre si. Assim, educar-se é conscientizar-se em diálogo com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade eco-social rumo a uma ordem socioambiental sustentável, que eu chamarei de Ecomunitarismo. (Velasco, 2008).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Dentro da perspectiva jurídica, atentando sempre para a justiça social, nossos alunos do Mestrado em Direito e Justiça Social, bem como os da Educação Ambiental do PPGEA/FURG, PPGEA NUPEATRO, além dos outros programas envolvidos, fizeram a problematização das questões levantadas pelas comunidades, o que envolve uma prática jurídica efetiva, através do ajuizamento de ações, bem como a denúncia de situações que geram injustiças sociais. Nesse fazer e teorizar o projeto viabilizou o interligar do conhecimento acadêmico com o comunitário pesqueiro. Foram inúmeros encontros recheados de amorosidade freireana e a vivência da rede\teia da vida. Esses encontros de troca de saberes fortaleceram a cada um que se fez presente, pois havia entrelaçamento de histórias de vidas, mística, sensibilidade, natureza viva, refeição comunitária, alegria\música, luta e respeito dos direitos, escuta solidária, vivência da cidadania, afetividade em atos de justiça socioambiental, diálogos\informativos éticos com muita responsabilidade social e jurídica.

Segundo Leff (1998):

A universidade desempenha um papel fundamental neste processo de transformações do conhecimento e de mudanças sociais. Isto requer um espaço de autonomia acadêmica e liberdade de pensamento, tempos de maturação de conhecimentos e elaboração de novas teorias, processos de sistematização e

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

experimentação de novos métodos de pesquisa e de formação que não podem ser substituídos pela capacitação técnica de curta duração, pela valorização mercantilista do saber, ou pelo espontaneísmo do ativismo ambientalista. O saber ambiental não se forma nem se esgota nos laboratórios e nas aulas universitárias. É um saber que se constitui na aplicação das ciências aos problemas ambientais, num diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares. (Leff,1998,p.220-221)

E continua esse pensar afirmando que:

Por tanto, as universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações nas quais existem os problemas ambientais, capitando os problemas a partir das bases e devolvendo a elas o saber elaborado para a sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental. As universidades devem incorporar temas como o resgate de saberes autóctones e populares, o amálgama de práticas tradicionais com conhecimentos tecnológicos modernos, assim como a transmissão do saber ambiental e sua assimilação por parte das comunidades, para potencializar suas forças produtivas e a capacidade de autogerir seus processos de desenvolvimento. (Leff, 1998,p.221).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

E esse saber ambiental vai se constituindo\construindo numa grande rede autossustentável de conexões infinitas. Dizem os pescadores mais antigos que é preciso somente um começar a remar com determinação que contagiará todo o grupo, e assim fomos todos contagiados através das saídas de campo e atendimento jurídico socioambiental, diminuindo a distância entre o povo da academia e o povo das águas. O saber ambiental construído coletivamente superou as ondas das dificuldades. Transformando as estruturas\ situações injustas em abertura de possibilidades futuras.

### Considerações Finais

As comunidades pesqueiras enfrentam muitos problemas infraestruturais para o desenvolvimento de suas atividades, fica claro a importância da participação desses atores na gestão dos recursos, para continuidade de sua atividade que é milenar e continua a margem de políticas públicas consistentes que possam assegurar a sua subsistência principalmente diante das mudanças climáticas enfrentadas nos últimos anos que vem a agravar a situação de sua reprodução socioespacial.

Foram oitocentos e cinquenta e três atendimentos na primeira fase do projeto de extensão, sendo atualmente mil cento e trinta e dois pescadores (as) atendidos juridicamente. Estamos convictos que fizemos um excelente trabalho de

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

extensão, entretanto, dependemos do poder público para que todas nossas ações sejam concretizadas. As demandas judiciais e encaminhamentos continuam acontecendo e ainda esperando apoio do poder público.

Somos todos elos da mesma rede da vida, portanto corresponsáveis pela defesa dessa vida no nosso PLANETA TERRA!

### Referências

BEMVENUTI, Marilse de Azevedo; MORESCO, Alex. Peixes – áreas de banhados e lagoas costeiras do extremo Sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. ABRH, 2005.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. A pesca em águas interiores do Rio Grande do Sul: Apontamentos para uma caracterização preliminar. In: SILVA, João Marcio Palheta; SILVA, Christian Nunes da Silva. Pesca e Territorialidades: Contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. (Org.) 1 Edição. Belém: GAPTA/UFPA, 2011.

DIEGUES, A.C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo/SP: Ática, 1983.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

FAO. El estudio mundial de la pesca y la acuicultura. Rome. FAO, 2023.243p.

FÓRUM - Lagoa dos Patos. Estatuto do Fórum da Lagoa dos Patos. Rio Grande, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1999.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 445. Brasília: DOU de 17/12/2014.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes,2001.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. FAO Fisheries and Aquaculture. Circular n. 1075. Rome: FAO, 2013.

NÓBREGA, M. F.; GARCIA JUNIOR, J.; RUFENER, M. C.; LINS OLIVEIRA, J. E.. De mersal fishes of the northeast Brazilian continental shelf: Spatial patterns and their temporal variation. Regional Studies in Marine Science, v. 27, p. 100534, 2019.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental, 3 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Decreto nº 51.797, de 8 de setembro de 2014. Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Rio Grande do Sul. DOE n.º 173, de 09/09/2014.

SILVA, Edilma Fernandes. Etnociências como subsidio ao ordenamento da pesca artesanal no nordeste do Brasil. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 14, n. 2, p. 381-411, maio/jun. 2021.

THIOLLENT, M. T. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2007.

VELASCO, Sirio Lopez. Introdução a ética, a educação ambiental Ecomunitarista. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

WALTER, Tatiana WALTER; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer; SILVA, Ederson Pinto da; ALMEIDA, Ivanilda Foster; DIAS, Tanize. A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagos dos Patos/RS: Um debate sobre a gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental. Edição especial. X encontro Nacional de gerenciamento costeiro. Vol.44 fevereiro de 2018.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## 2.4 AÇÕES DE EXTENSÃO: ATENDENDO O POVO DAS ÁGUAS

Edilma Fernandes da Silva <sup>1</sup>

Henrique Andrade Furtado de Mendonça<sup>2</sup>

Maria Regina Caetano Costa<sup>3</sup>

Luiz Felipe Wassmansdorf<sup>4</sup>

Mateus Silva da Rosa <sup>5</sup>

Pedro Henrique Haupp Soares <sup>6</sup>

Sandi Xavier Mancilia<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup>Docente do Departamento de Geografia, (LEAA) UFPel – [edilma.silva@ufpel.edu.br](mailto:edilma.silva@ufpel.edu.br)

<sup>2</sup>Docente do Departamento de Ciências Agrárias (DCSA-FAEM), UFPel – [hafmed@ufpel.edu.br](mailto:hafmed@ufpel.edu.br)

<sup>3</sup>Docente do Departamento de Geografia, (LEAA), UFPel – [maria.regina@ufpel.edu.br](mailto:maria.regina@ufpel.edu.br)

<sup>4</sup>Mestre em Geografia – PPGeo UFPel; Discente do curso de Bacharelado em Geografia, (LEAA), UFPel – [luizfelipewassa@gmail.com](mailto:luizfelipewassa@gmail.com)

<sup>5</sup>Mestre em Geografia – PPGeo FURG; Discente do curso de Licenciatura em Geografia, (LEAA), UFPel – [mateus-darosa@hotmail.com](mailto:mateus-darosa@hotmail.com)

<sup>6</sup>Discente do curso de Licenciatura em Geografia, (LEAA), UFPel – [pedrorauapp201pedrorauapp2014@gmail.com](mailto:pedrorauapp201pedrorauapp2014@gmail.com)

<sup>7</sup>Discente do curso de Bacharelado em Geografia, (LEAA), UFPel – [sandixavier2015@hotmail.com](mailto:sandixavier2015@hotmail.com)

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

O presente relato objetiva a construção de um registro da colaboração de discentes e docentes do curso de Geografia e Agronomia da UFPel junto ao projeto de extensão “Atendendo ao Povo das Águas”, coordenado pela equipe interdisciplinar da FURG (professores, técnicos e discentes).

Por sermos integrantes do LEAA<sup>8</sup> e termos afinidades com temas dos estudos agrários, incluindo as populações tradicionais das Colônias de Pescadores de Pelotas, recebemos o convite para a participação nas ações do projeto. Nossa presença, além de contribuir nas etapas de execução, nos oportunizaria a proximidade e vivência com os problemas das populações atingidas pelas enchentes, ao passo que nos colocaria em contato com as múltiplas demandas sociais, nos alimentando e estimulando no desenvolvimento de futuras investigações acadêmicas, além de novos atos em apoio aos pescadores de nossa área de abrangência.

Entre as ações propostas, constavam as visitas às sete comunidades de pescadores das margens da Laguna dos Patos e canal São Gonçalo, severamente atingidas pelos efeitos das enchentes de maio de 2024, na Região Sul do RS. Estas comunidades tradicionais tiveram que conviver com a ruptura

---

<sup>8</sup>O Laboratório constitui-se em um projeto de Extensão Permanente que em articulação com o Grupo de Pesquisa Estudos Agrários e Ambientais, inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, representa um espaço institucional vinculado aos Departamentos de Geografia e de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas aos estudos rurais e regionais. URL da Homepage: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/>

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

de suas rotinas laborais, além das perdas de equipamentos de trabalho, de objetos pessoais e, em muitos casos, tiveram que abandonar as próprias residências, na tentativa de salvar animais domésticos e até os próprios familiares.

Contribuir com um projeto direcionado aos pescadores e pescadoras, em um momento em que estas pessoas estão vivendo o desalento de deixar para trás seu trabalho, suas casas e suas memórias, sem saber em que momento sua vida poderá ser devolvida, foi desafiador para todos os participantes do projeto.

Na divisão das tarefas, nos dias de visitas às comunidades, decidimos participar do processo de organização da triagem. Esta era a primeira etapa do desenvolvimento do trabalho junto às imensas filas de pescadores que buscavam o apoio, a acolhida e as orientações para o alcance dos seus objetivos, por ordem de senhas numéricas, previamente distribuídas. No momento da triagem realizava-se um cadastro prévio de cada trabalhador, para futuros encaminhamentos de demandas e consultas<sup>9</sup>. Identificávamos ali os motivos que levaram o(a)s pescadore(a)s na busca por este atendimento.

Tivemos a oportunidade, neste diálogo inicial, de identificar algumas situações e condições em que essas pessoas sobreviviam: casas destruídas, perda do trabalho, falta de alimentação, dificuldade de acesso à água potável e energia

---

<sup>9</sup>Profissionais destinados ao atendimento do CRAS (Cadastro único) INSS; Caixa Econômica Federal, Banrisul, EMATER, CIDIJUS.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

elétrica, além da integral falta de acesso a qualquer serviço público, pelo completo isolamento a que foram submetidos pelas cheias. Podia-se observar em cada rosto os sinais de desalento, o sentimento de abandono e a dificuldade de elaboração de um planejamento do futuro.

Os benefícios oferecidos pelos governos (Municipal, Estadual e Federal) representavam um fio de esperança para cada indivíduo. O apoio das instituições envolvidas neste projeto representava a ponte entre as perdas da enchente e o alcance às políticas públicas emergenciais. Tratam-se de programas conhecidos como o Seguro Defeso, Auxílio Reconstrução, Pix SOS, Volta por Cima, dentre outros.

Conforme se desenvolvia o processo de triagem, não foi difícil perceber que as dificuldades de acesso aos referidos programas governamentais, para os atingidos das enchentes, poderia excluir muitos potenciais beneficiários. A falta de conhecimento dos direitos de cada pescador, bem como a falta de familiaridade com as ferramentas digitais, por exemplo, costumam distanciar os trabalhadores do acesso aos benefícios.

A experiência vivida, no contato direto com as comunidades, nos permitiu observar que a maioria das pessoas que procuram a ação do projeto tiveram, ao menos uma vez, seus pedidos de benefícios negados. Os motivos são múltiplos, mas podemos usar, como exemplo, a falta de endereço correto, às vezes por um simples erro de digitação. O que deveria ser de fácil acesso, torna-se um martírio para as pessoas, que

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

difícilmente compreendem como irão reconstruir suas vidas e retornar as suas atividades pesqueiras.

Em nossas ações nas colônias, encontramos poucos casos de pessoas que, durante o atendimento, tinham a surpresa de constatar que o benefício já estava depositado e disponível. Entendemos que até mesmo esta experiência deve ser registrada pelo seu simbolismo e significado para uma população tão carente. Na maioria dos casos, trabalhadores desalentados, ao saírem dos atendimentos levavam consigo um pouco de esperança, mesmo informados de que seus pleitos seriam judicializados pela equipe do CIDIJUS-FURG<sup>10</sup>, sem data definida para o eventual futuro recebimento. A questão que ficava na mente dos integrantes da equipe era: Como irão viver os seus próximos dias, esperando um benefício sem data definida?

Outra questão relevante, os problemas climáticos, não tiveram sua origem em maio de 2024, assim como as alterações na lagoa, em 2023, já houve registros de alteração na safra de camarões, isto para mencionar uma das interferências na comunidade pesqueira. A ausência de políticas públicas, por exemplo, voltadas para os jovens é um desafio da continuidade

---

<sup>10</sup> É um programa de pesquisa-ação da Faculdade de Direito (FaDir), associado ao Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ) e vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com atuação voltada para dar suporte às comunidades de pescadores artesanais e demais trabalhadores urbanos e rurais, no município de Rio Grande e região.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

da comunidade. Qual a perspectiva para as crianças e para os jovens da comunidade pesqueira

Devemos ressaltar a importância da multidisciplinaridade, bem como da relevância do trabalho em um coletivo engajado e disposto à colaboração para o atingimento do sucesso da tarefa proposta. As contribuições das lideranças comunitárias locais, discentes envolvidos nas ações, voluntários das diversas entidades envolvidas potencializaram os efeitos do trabalho.

Durante as ações colhemos depoimentos significativos para entender o momento difícil que as comunidades atendidas estão passando e observamos que apenas um relato de desabafo é muito importante, para que todos saibam o quanto as enchentes prejudicaram o modo de vida dos pescadores. Sua sobrevivência está, no momento, ameaçada e não há perspectiva de curto prazo para um possível retorno. Seus imóveis estão destruídos e levará um tempo para reconstruir e recuperar parte do que perderam. As águas da Lagoa receberam depósitos de contaminantes de diversas atividades industriais, da mineração, além de resíduos de estações de tratamento dos municípios atingidos pelas enchentes. Lavouras de todo o estado do RS foram atingidas pelas fortes chuvas e resíduos de insumos sintéticos e agrotóxicos foram levados aos cursos d'água, atingindo a Lagoa.

Sabemos que as questões climáticas, não chegaram em maio 2024, assim como as alterações na Lagoa. Ainda em 2023 tivemos registros de alteração na safra de camarões, que já

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

havia interferido na atividade principal da comunidade pesqueira. A ausência de políticas públicas, por exemplo, voltadas para os jovens é um desafio da continuidade da comunidade.

Qual a perspectiva para as crianças e jovens após os frequentes fenômenos que impactam a comunidade pesqueira?



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

O que pudemos constatar da presente experiência acadêmica é que pouco fazemos, que ainda precisamos conhecer as nossas comunidades rurais tradicionais, e que nossos objetos de pesquisas precisam ser revistos diante da situação climática que assolou o estado do Rio Grande do Sul. Especificamente, precisamos observar as peculiaridades das comunidades ribeirinhas, que tiram o seu sustento das águas e que precisam residir nestes espaços com planejamento e garantias de que não terão suas casas e suas vidas invadidas.

## **2.5 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE JUSTIÇA SOCIAL: CONCRETIZANDO A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE NO CASO ILHA DE TOROTAMA**

Fernando Goya Maldonado<sup>1</sup>

José Ricardo Caetano Costa<sup>2</sup>

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 207, institui que as Universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sob essa ótica, a Carta Magna formula, portanto, relevante elo entre os saberes acadêmicos e demandas sociais.

Dessa forma, conforme previsto na Lei Maior, é papel fundacional das Universidades promover a interlocução entre a produção do conhecimento e a realidade comunitária; assentando, assim, a responsabilidade de agência institucional enquanto ferramenta concreta de transformação da realidade.

---

<sup>1</sup>Professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Pesquisador no Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas.

<sup>2</sup>Professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em Serviço Social (PUC/RS). Coordenador do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Isso significa que as universidades devem construir sua atuação de forma integrada, fazendo com que os saberes desenvolvidos internamente estejam em constante diálogo com as realidades sociais, econômicas e culturais que cercam a academia.

Portanto, é através da tríade universitária — ensino, pesquisa e extensão — que se buscam caminhos para democratizar o acesso ao saber e promover a justiça social. A extensão, nesse contexto, representa uma metodologia dialógica e participativa, que valoriza a escuta ativa e o engajamento coletivo, permitindo que os conhecimentos acadêmicos sejam apropriados, ressignificados e reorientados a partir da interação com a comunidade. É, assim, com especial destaque ao pilar da extensão universitária que esse texto se afirma.

Nessa mesma direção, resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, instituiu diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, determinando, em seu art. 3º, que pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação devem ser destinados a atividades de extensão. Essa diretriz reforma a responsabilidade institucional na formação de acadêmica integral, conectado aos desafios da vida cotidiana, através de uma reflexão crítica sobre a realidade estrutural encontrada no tecido social brasileiro.

Em tempos de virtualização da existência e conseqüente distanciamento do mundo concreto, a extensão universitária

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

promove o duplo empuxo tanto de conectar o estudante ao mundo que o circunda, quanto não somente sensibilizá-lo, mas também experienciar suas capacidades de agência na transformação social. Com esses objetivos, portanto, ofertou-se, no segundo semestre letivo de 2024, a disciplina 08489 - de Extensão em Direito I, sob a sigla FM, da Faculdade de Direito da Universidade de Rio Grande – FURG, sob responsabilidade do Professor Fernando Goya Maldonado.

A disciplina teve como objetivo em seu plano de ensino:

(..) aproximar os discentes das questões cotidianas da comunidade de Torotama, estimulando o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a complexidade das situações enfrentadas pela população, especialmente no que tange às dificuldades de acesso aos financiamentos oferecidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, em resposta à enchente de maio.

Além disso, os discentes serão incentivados a realizar atividades de campo, incluindo a coleta de dados e documentos relevantes. Eles também aprenderão a promover ações judiciais em defesa dos direitos dos moradores de Torotama, especialmente daqueles cujos financiamentos foram negados ou ainda não implementados pelas autoridades governamentais.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Alinhada com uma vivência de extensão universitária e buscando o cumprimento das exigências resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a disciplina possuiu a participação de quatorze estudantes de graduação da Faculdade de Direito, dos turnos da manhã e noite, majoritariamente do segundo ano do curso.

A proposta da disciplina consistiu em incentivar os discentes a vivenciarem a promoção de ações judiciais em defesa dos direitos dos moradores da comunidade da Ilha de Torotama, com o objetivo de desenvolver o pensamento crítico e engajado por meio da imersão nas questões concretas enfrentadas pela população local. Para tal, foram projetadas no plano de ensino as seguintes atribuições:

Análise Documental – sob o objetivo de estudar os documentos oficiais e as normativas que regem os financiamentos governamentais. Para a análise documental foram estabelecidas as seguintes atividades:

Revisar legislações federais, estaduais e municipais sobre financiamentos para recuperação de áreas afetadas por desastres naturais;

b) Analisar as decisões judiciais já existentes sobre o tema, bem como os documentos fornecidos pelos moradores;

c) Identificar lacunas entre o que está previsto na lei e o que foi implementado na prática;

Ferramentas: Pesquisa jurídica (leis, decretos, portarias), análise de jurisprudência.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Protocolo e Coletada de Dados em Campo – sob o intuito de coletar dados, informações e documentos diretamente da comunidade de Torotama. Saídas de campo de foram programadas, a fim de que se pudesse identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores no que concerne ao acesso aos financiamentos. Nesse ponto, as seguintes atividades foram estruturadas:

Visitar a comunidade de Torotama

Atender diretamente o público alvo da enchente

Aplicar protocolo de coleta de dados.

Sistematizar documentos e dados empíricos.

Documentar a situação por meio de relatórios de campo, fotografias e vídeos.

Simular e promover Ações Judiciais – sob a prerrogativa de ensinar aos discentes como preparar e promover ações judiciais em defesa dos direitos da comunidade. Há nesses contextos, relevante aprendizado também no que diz respeito à estruturação de ações em massa, visto que a situação do presente caso ilustra muito bem o que se está buscando, isto é, a relação e a aplicação do que se aprende no ensino acadêmico e a concretude da realidade nos cerca. Neste contexto, delinearam-se as seguintes ações:

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Realizar oficina jurídica simulando a elaboração de peças processuais (petições iniciais, mandados de segurança, etc.).

Apresentar estudos de caso com base nas situações reais da comunidade.

Orientar sobre como reunir provas documentais e testemunhais para fortalecer as ações judiciais.

Relatórios e Acompanhamento Continuado – sob o objetivo de garantir o acompanhamento das ações desenvolvidas e a implementação dos financiamentos. Dessa forma, foram concebidas e implementadas as seguintes ações:

Elaborar relatórios periódicos com os resultados das visitas de campo e das ações judiciais.

Monitorar a execução dos financiamentos e a resposta das autoridades às demandas da comunidade.

Criar um banco de dados com informações sobre os processos judiciais e administrativos promovidos pelos discentes.

Ferramentas: Relatórios de monitoramento, planilhas de controle, plataformas digitais para acompanhamento processual.

Importa destacar que a disciplina de Extensão em Direito I foi base estrutural que serviu de apoio ao projeto de extensão universitária Povos das Águas – a que o presente livro se dedica. O foco do projeto Povos das Águas foi prestar apoio às comunidades de pescadores tradicionais que habitam o

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Estuário da Lagoa dos Patos. A disciplina de Extensão em Direito I, no entanto, não se debruçou sobre todas comunidades abrangidas pelo projeto, focando sua atuação no apoio às demandas da Comunidade da Ilha de Torotama.

Durante a enchente ocorrida em maio de 2024, a Ilha de Torotama, localizada no extremo sul do país, nas proximidades da cidade de Rio Grande/RS, recebeu alertas de que todo o território da Ilha de Torotama seria submerso. Em virtude dessa realidade, cerca de mil e trezentas pessoas precisaram abandonar suas moradias, restando no local apenas quinze moradores que, com o auxílio de embarcações, promoveram a vigilância dos bens e das propriedades pertencentes à comunidade local.

Frente a essa realidade de desocupação total da comunidade e, portanto, também de todas as habitações do local terem sido atingidas pelas cheias, tornou-se incontroverso o direito de implementação das indenizações os principais financiamentos fornecidos consistem no auxílio reconstrução, promovidos pelo Governos Federal, bem como os auxílios SOS e Volta por Cima viabilizado na esfera do Governo Estadual do Rio Grande do Sul. Havia, todavia, uma projeção de dificuldade extrema dos moradores da ilha em acessar a esses direitos indenizatórios, visto que a região é de difícil acesso, bem como composta de uma população extremamente vulnerável.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Sob esse contexto e prerrogativa, promoveu-se duas saídas de campo nas datas de nove de agosto e cinco de novembro de 2024, a fim de promover a coleta de dados e documentos no intuito de promover assessoria jurídica no que diz respeito aos financiamentos. Os principais dados e documentos coletados foram: procurações; declarações de justiça gratuita; cópias do RG/CPF e comprovante de residência; comprovante do cadastro único do governo federal; prints de tela do requerimento ao SOS, Volta por Cima e Auxílio Reconstrução e quando possível da negativa dos benefícios.

Os atendimentos geraram cento e cinquenta e seis pastas de assistidos, com um número superior a mil documentos ao total que foram coletados, sistematizados e distribuídos pelas alunas e alunos e alunos inscritos na disciplina de extensão. Os documentos foram todos virtualizados e armazenados em uma pasta do drive para acesso de todos.

Inicialmente foi construída uma planilha Excel que organizava as informações dos assistidos, assinalando quais deles possuíam documentos completos para o ajuizar das ações ou quais os documentos faltantes para complementar.

Após longo debate, os assistidos que já estavam com a documentação pronta tinham uma nova pasta criada dentro de uma pasta denominada “prontas para ajuizar”. A pasta “prontas para ajuizar” tinha duas subpastas denominadas “SOS/Volta por Cima” e “Auxílio Reconstrução”.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Logo que novas pastas de documentos completos eram sistematizadas, a equipe responsável pelo ajuizamento dos processos era informada e procedia o protocolo da ação. Em razão da demanda gigantesca de sistematização de documentos, bem como da equipe da disciplina de extensão universitária ser ainda de segundo ano da Faculdade de Direito, em diálogo com o Professor José Ricardo Caetano Costa, optou-se por deixar o protocolo das ações pelas equipes de quarto e quinto ano pertencentes a disciplina de terça-feira do EMAJ.

Por fim, no dia vinte e oito de janeiro de 2025, foi promovida uma aula com os extensionistas para ensiná-los como proceder o protocolo de uma das ações de indenizações referentes às enchentes de maio de 2024. O intuito dessa aula final foi promover um fechamento da disciplina de extensão promovendo o ciclo completo dos casos desde o atendimento até a entrada das medidas judiciais.

Estima-se que foram promovidas ao total mais de setecentas ações referentes aos três benefícios em todo o projeto Povos da Águas, sendo uma grande gama deles da Ilha de Torotama. Após esse volume estrondoso de demandas, tanto o governo do Estado do Rio Grande do Sul como o Governo Federal revisitaram seus procedimentos e começaram a promover uma maior sistematização no aceite dos requerimentos, deixando uma sensação de que o esforço da busca por acesso à justiça e litigância estratégica surtiu efeitos.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Assim, por meio do projeto Povos das Águas e da disciplina de Extensão em Direito I, a Universidade Federal do Rio Grande concretizou sua função social ao promover a efetivação do acesso à justiça social para os habitantes das comunidades de pescadores tradicionais do Estuário da Lagoa dos Patos. Ao adotar essas iniciativas, a Universidade também se afirma como instrumento de justiça social e de formação de um corpo docente e discente comprometido com a realidade social que os cerca.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## 2.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS ENTRE A LUTA ECOLÓGICA ECOLÓGICA E JUSTIÇA SOCIAL

Antonio Soler<sup>1</sup>

Eugênia Antunes Dias<sup>2</sup>

Cintia Pereira Barenho<sup>3</sup>

O Centro de Estudos Ambientais (CEA), é a primeira organização não governamental (ONG) ecológica da zona sul do RS, que em 18 de julho de 2024 completou 41 anos de luta ecológica, cuja finalidade, entre outras, é de “atuar de forma a minimizar ou erradicar efeitos danosos ao ambiente” (Estatuto do CEA)<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação Ambiental, advogado ambientalista, Centro de Estudos Ambientais, conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), [acpsoler@gmail.com](mailto:acpsoler@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação Ambiental, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Centro de Estudos Ambientais, [eugeniaad@gmail.com](mailto:eugeniaad@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Educação Ambiental, Professora de Biologia,, Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Centro de Estudos Ambientais, [cintia.barenho@gmail.com](mailto:cintia.barenho@gmail.com).

<sup>4</sup> Para saber mais: <https://www.facebook.com/CEAong> ou <https://www.instagram.com/ongcea1983/>.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

O CEA originou-se a partir de três grupos:

Um que se depara diante dos problemas ambientais noticiados na imprensa, falados e comentados nos bairros, nas ruas, nas praças (portanto, num processo de EA), o qual se organiza para entendê-los e enfrentá-los; outro que já atuava nesse enfrentamento desde meados da década de 70 e que produziu as Crônicas Ecológicas e, ainda, um terceiro que tinha relação com o primeiro CEA da década de 40/50, do século passado. Uma amálgama dialética de tendências conservacionistas e críticas. (Soler, 2018, p.98).

Importa destacar que se tratava de um momento no qual findava a ditadura civil militar e organizações ambientais similares e/ou paralelas, seja na estrutura governamental<sup>5</sup>, seja na sociedade civil<sup>6</sup>, não existiam (Soler, 2018, p.98).

Desde então o CEA vem construindo uma trajetória de luta ecológica para a construção de políticas públicas, basicamente, alicerçadas no Direito e na Educação Ambiental,

---

<sup>5</sup>O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RS, e as secretarias municipais que tratam da política ambiental em Pelotas e Rio Grande, ainda não estavam constituídas e não existiam cursos de graduação e/ou de pós-graduação na área ambiental (SOLER, 2018, p.98).

<sup>6</sup>As demais ONGs da região foram criadas, assim como a maioria das iniciativas ligadas ao capital na área ambiental foram implementadas após a fundação do CEA, o que pode evidenciar uma ligação entre esses fatos, que precisa ser demonstrada em estudo específico. (SOLER, 2018, p.98).

voltada não só para proteção ambiental, bem como para a defesa da Democracia e a busca da justiça social, no âmbito da justiça climática<sup>7</sup>.

Essencialmente, a atuação do CEA se dá na região de Rio Grande (onde foi fundado) e Pelotas, no encontro do Pampa com a Mata Atlântica, os dois biomas mais degradados do Brasil. Mas também busca influenciar nas políticas estaduais e nacionais, notadamente participando de colegiados ambientais, como o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)<sup>8</sup>.

Para o CEA, não há justiça social (climática) sem proteção ambiental e não haverá proteção ambiental sem justiça social (climática). São buscas que devem ser concomitantes, por trabalhadores/as, militantes sociais e ecológicos/as, tendo como referência a proposta ecossocialista<sup>9</sup>:

Ao mesmo tempo, o ecossocialismo é uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que

---

<sup>7</sup>Segundo o Observatório do Clima (2024), Justiça Climática é um desdobramento da justiça ambiental que evidencia especificamente os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre determinados grupos sociais.

<sup>8</sup>Atualmente o CEA é conselheiro destes dois conselhos ambientais.

<sup>9</sup>“A Rede Brasil de Ecossocialistas foi lançada no dia 27 de janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial. A iniciativa foi discutida durante dois dias da oficina ‘A Sustentabilidade pelo Ecossocialismo’, promovida pelo Centro de Estudos Ambientais – CEA – (RS) e Instituto TERRAZUL – (CE), com a participação de mais de 250 pessoas, 16 estados brasileiros” (LOWY, 2005, p.91).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

considera possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso ao meio ambiente. Trata-se da crítica e da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção. Mas o ecossocialismo é, também, uma crítica ao socialismo não ecológico, por exemplo, da União Soviética, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização, e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente. Há outras experiências socialistas, mais interessantes do ponto de vista ecológico, como é a experiência cubana, por exemplo. (Lowy, 2013, p.80/81).

O capitalismo neoliberal, “faz mal à saúde de humanos e não humanos” (Velasco, 2008, p.17), e até mesmo as catástrofes ambientais (mas não naturais), com perdas patrimoniais e mortes, são encaradas como oportunidades para o negócio. É a chamada Doutrina de Choque ou o Capitalismo do Desastre (Klein, 2008).

Assim, entendemos que

não é qualquer EA que poderá se engajar no desafio acima lançado, seja por opção e/ou por insuficiência teórico-metodológica. Para tal desafio a EA

deve ser se produzida, não somente junto com os grupos sociais injustiçados, portanto, desde os conflitos, mas deve claramente fazer uma opção política pelo alinhamento a esses grupos sociais mais fracos, injustiçados, impactados e/ou oprimidos (Dias, 2014, p.106).

A EA Crítica é potente para traçar alianças entre os distintos grupos capazes de impulsionar as transformações necessárias (Barenho, 2008, p.61).

Nesse sentido, vinculamos a reflexão e a ação sobre as causas e consequências da crise climática, ao lado da poluição e perda da biodiversidade, a tripla crise planetária, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2024).

O CEA tem buscado articular sua luta ecológica, com populações tradicionais<sup>22</sup> e/ou oprimidas, como a reivindicação dos/das pescadores/as<sup>10</sup>.

Partindo do entendimento que o pescador artesanal se encontra numa situação social de opressão, assim como a natureza [não humana], logo nos primeiros anos de sua militância ecológica, o CEA buscou incidir sobre essa realidade para ajudar a transformá-la.

Com apoio das Colônias de Pescadores de São José do Norte e Rio Grande também tratou de combater a pesca predatória, promovendo diversos

---

<sup>10</sup> Ver Decreto nº 8.750/2016, atualizado pelo Decreto nº 11.481/2023.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

encontros nas escolas de ambas as cidades, bem como junto aos sindicatos. (Soler, 2018, p.150).

Na Figura 1, vemos uma imagem da década de 1980, numa articulação entre o CEA, pescadores/as e a academia:



**Figura 1** – Debate sobre a poluição e a pesca.  
Fonte: Acervo ONG CEA (Soler, 2018, p.149)

Tal articulação CEA/pescadores/as se funda no combate a degradação da qualidade das águas e dos ambientes fundamentais para garantir a vida lagunar e marinha, essenciais para a sobrevivência de tais comunidades pesqueiras e o equilíbrio ambiental. Citamos, a realização de debates públicos tecnocientíficos, mobilizações de rua (passeatas) e na água

(fechamento da entrada da Laguna dos Patos), propostas para construção de políticas públicas, como a criação da Secretaria Municipal de Pesca e Meio Ambiente, durante a constituinte municipal; a criação do Fórum da Lagoa; o Projeto de Lei da Área de Proteção Ambiental (APA) das Lagoas; e, mais recentemente, a criação da Reserva Extrativista do Banhado do Pontal da Barra<sup>11</sup>, na qual se encontra uma comunidade de pescadores e onde

a injustiça ambiental aqui se verifica localmente. Enquanto que com a especulação imobiliária poucos lucram destruindo o banhado, desprezando sua função ecológica e social, ameaçando o direito humano à cidade e ao ambiente ecologicamente equilibrado, os moradores, predominantemente pobres e classe média, portanto social e ambientalmente vulneráveis, suportam os efeitos negativos do loteamento numa área úmida, típica de cheias, as quais, seguidamente, expulsam os moradores e isolando a vila de pescadores<sup>12</sup> (Soler; Dias, 2021, p.154,).

---

<sup>11</sup>O Banhado do Pontal da Barra se localiza no município de Pelotas/RS, às margens do Canal São Gonçalo, divisa com Rio Grande, é cientificamente considerado um ecossistema prioritário para conservação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007, p. 89), de vital importância para o equilíbrio ambiental, de valor arqueológico, com relevância social, não somente para os que lá residem, mas igualmente para o seu entorno e região (SOLER, DIAS, 2021 p.154,).

<sup>12</sup>“Nessa pequena vila, reside uma média de 40 famílias de pescadores. As moradias são bastantes precárias, umas de madeira, outras de alvenaria. Possui atracadouros para pequenos barcos, galpões de salgas de alvenaria, um pequeno bar e um restaurante que também é pastelaria.” (RUAS, 2007, p. 95).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

A urgência da articulação entre a luta dos pescadores e demais populações tradicionais e oprimidos/as com a luta ecológica se faz presente neste cenário de crise climática, cuja opressão a qual são submetidos/as e a crise ecológica se assenta na mesma fonte, qual seja, o modelo capitalista de sociedade e economia. Esse modelo se assenta na discriminação racial, posto que os efeitos dessa crise atinge distintamente pessoas baseado em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, configurando o Racismo Ambiental.



**Figura 2 – Passeata Pesca em 1987.**

Fonte: Acervo ONG CEA, 27.10.87 (Soler, 2018, p.150)

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Entendemos que “cabe ao movimento ecológico e a todos seus apoiadores, seguirem na luta ecológica, sempre via EA crítica e transformadora, para que as leis ambientais conquistadas sejam cumpridas e, sobretudo para que as injustiças ambientais sejam superadas” (Soler, Dias, 2021, p.163).

Daí a importância da EA crítica, capaz de aflorar a realidade injusta e degradante e destruir o mito do antagonismo entre luta ecológica e luta social e, dessa forma, deixar de favorecer a origem da exploração humana e não humana por uma pequena parcela da população mundial concentradora de renda e que não sofre os impactos da degradação na mesma medida.

## Referências

BARENHO, C. Saber Local e Educação Ambiental: Parcerias Necessárias no Processo de Inserção da Maricultura Familiar na Ilha dos Marinheiros. Rio Grande: FURG, 2008. 132 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS. Blog construído e mantido pelo Centro de Estudos Ambientais, [2024]. Disponível em: <https://ongcea.blogspot.com/>

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

CLIMAINFO. Site construído e mantido pela Coalizão ClimaInfo, [2024]. Disponível em: <https://climainfo.org.br/>

DIAS, Eugênia Antunes. Desculpe o Transtorno, Estamos em Obras para Melhor Servi-Lo! A Educação Ambiental no Contexto da Apropriação Privada da Natureza no Licenciamento Ambiental. Rio Grande: FURG, 2014. 248 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2014.

KLEIN, Naomi. A Doutrina de Choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LÖWY, Michael. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez. 2005.

LOWY, Michael. CRISE ECOLÓGICA, CRISE CAPITALISTA, CRISE DE CIVILIZAÇÃO: a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, vol. 26, núm. 67, enero-abril, 2013, p. 79-86. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil.

QUEM PRECISA DE JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL? Observatório do Clima, 2024.

SOLER, Antônio C. P. O AGIR DO MOVIMENTO ECOLÓGICO COMO FONTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS PARA A CRÍTICA E

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

TRANSFORMAÇÃO. Rio Grande: FURG, 2018. 249 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2018.

SOLER, Antonio C. P. e DIAS, Eugênia A. Direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado in Direitos humanos, educação e políticas: Joaçaba: Editora Unoesc, 236 p, 2021.

VELASCO, S. L. Introdução a Educação Ambiental Ecomunitarista. Rio Grande: FURG, 2008.

## 2.7 RELAÇÃO COM AS ÁGUAS E COM A PESCA: DA INFÂNCIA A MATURIDADE

Márcio Farias Thomaz<sup>1</sup>

O presente artigo pretende relatar um pouco da minha história, referente à relação com a atividade pesqueira, embarcações, navegação e os recursos hídricos, como a água do mar, laguna, lagoa, arroio, rio, canal.

Nasci em Pelotas/RS, desde a minha infância tive muita afinidade com a água. Minha primeira relação com o mar foi aos quatro meses de idade, na praia de Copacabana no Rio de Janeiro, momento este proporcionado por minha mãe, que me colocou em contato com a água do mar pela primeira vez em minha vida. Agradeço a ela, até hoje, por ter me proporcionado esse momento. Porém, convivi com mais frequência no Arroio Padre Doutor, Canal São Gonçalo e seus afluentes, Lagoa Mirim e Laguna dos Patos.

Falando especialmente sobre a pesca, posso relatar que desde meus sete anos de idade, por influência do meu avô materno, um grande pescador, e do meu tio, irmão do meu avô, outro grande pescador, recebi os primeiros ensinamentos sobre a pesca.

---

<sup>1</sup> [marciomthomaz076@gmail.com](mailto:marciomthomaz076@gmail.com)

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Com o passar do tempo, meu envolvimento com essa atividade de subsistência e o convívio com alguns pescadores e pescadoras profissionais, foi ficando cada vez mais frequente, incluindo minha tia, irmã de meu pai, pescadora profissional.

Fui desenvolvendo também um grande gosto pela navegação e por embarcações. Nos dias de hoje, desenvolvo atividade pesqueira como pescador profissional.

Segundo Silva:

A pesca, como atividade humana, proporciona e mantém dentro das comunidades tradicionais, um patrimônio cultural importante na forma de tecnologias patrimoniais, lendas, festas, culinária, conhecimento ecológico tradicional, além de valores e acordos socioculturais. (Silva,2005,p.61).

A partir da necessidade de ter uma representação jurídica, organizamos, após várias reuniões com pescadores e pescadoras (profissional, amador ou esportivo), um grupo de pessoas para compor a diretoria e conselho fiscal com a finalidade de registrar uma associação e um CNPJ.

No ano de 2022 tive a oportunidade e o privilégio de ser um associado fundador, juntamente com outros pescadores e pescadoras. No decorrer deste trabalho, após elaborar o estatuto, regimento interno e apresentar em Assembleia Geral para avaliação dos pescadores e pescadoras, foram feitas algumas sugestões sobre os objetivos da associação, que foram

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

acrescentadas ao estatuto. Estes foram aprovados em Assembleia Geral, momento em que fui eleito presidente e responsável jurídico da primeira Associação de Pescadores e Pescadoras no Município de Capão do Leão/RS, sendo eleitos também nessa ocasião os demais membros da diretoria e conselho fiscal. Entidade esta, que registrei no cartório competente desta cidade, denominada Associação de Pescadores e Pescadoras do Arroio Padre Doutor (APPAPD). Após o registro do estatuto registrei também o CNPJ. Tudo de acordo com as exigências das leis governamentais do nosso país.

Com o propósito de unir todos os pescadores e pescadoras, em defesa dos seus direitos e interesses imediatos e futuros.

Desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas da categoria, tendo em vista as melhorias das condições de vida e de trabalho.

Desenvolver pesquisas e parcerias com técnicos da EMATER, Embrapa e Universidades, assim como com Município, Estado e União.

Promover ampla e ativa solidariedade às demais categorias de pescadores, procurando elevar os pescadores e pescadoras através da cultura, esporte e lazer, tanto na esfera nacional como internacional.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Apoiar todas as iniciativas populares e progressistas que visam à melhoria das condições de vida para a classe trabalhadora e para o povo brasileiro em geral.

Incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional do conjunto da categoria de pescadores e pescadoras.

Promover congressos, seminários, assembleias e outros eventos para aumentar o nível de conhecimento, organização e conscientização da categoria, em relação à preservação ambiental, assim como participar de eventos sociais e de outros fóruns.

Promover palestras de Educação Ambiental, cursos profissionalizantes, projetos de capacitação e qualificação para os pescadores, pescadoras e comunidade em geral.

Incentivar e apoiar a criação de alevinos, repovoar com espécies nativas os recursos hídricos disponíveis para esta finalidade. Rios, Arroios, Lagos, Represas. Em parceria com EMATER, Embrapa e Universidades.

Incentivar e apoiar o monitoramento da qualidade da água do Arroio Padre Doutor em parceria com EMATER, Embrapa e Universidades.

Incentivar e apoiar o reflorestamento das Áreas de Proteção Permanente e as Reservas Legais, com vegetação nativa, em parceria com EMATER, Embrapa e Universidades.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Proporcionar a formação política e social da categoria dos(as) pescadores(as).

Representar perante as autoridades governamentais e judiciárias os interesses da categoria.

Celebrar convênio e acordo em defesa da categoria.

Promover a proteção do meio ambiente e do patrimônio público.

Todos estes objetivos sempre fizeram parte do meu propósito em relação a estas atividades e as necessidades das comunidades envolvidas na pesca. Tenho como lema de vida unir teoria e prática para alcançar resultados.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que mesmo não fazendo parte como associados acreditaram nos objetivos e ajudaram na elaboração e adequação do estatuto e regimento interno, com embasamento nas normas exigidas por lei.

Hoje a associação dos pescadores e pescadoras (APPAPD) tem uma representação jurídica, que busca melhorias para a qualidade de vida dos pescadores e pescadoras.

Alguns dos objetivos da APPAPD têm semelhança com o principal objetivo da Associação de Pescadores da Vila Anselmi (APEVA): “... ter um grupo de pescadores atuante fora e dentro de sua comunidade, fortalecendo cada vez mais as ações de solidariedade, união e reivindicação, e de ser um

grupo capaz de estar representado nas discussões e fóruns sobre pesca e conservação.” (Silva, 2005, p. 65)

No início de 2024, tive a honra de conversar com a Professora Dr<sup>a</sup> Jara Fontoura sobre as necessidades dos pescadores e pescadoras. Desta conversa surgiram várias ideias, a partir da necessidade de unir pescadores(as) com as universidades e o poder público.

Como disse Freire (1996), “Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”. Após muito trabalho e organização dos professores da FURG/RS, foi criado um importante e fundamental projeto chamado *Atendendo ao Povo das Águas*.

Esse projeto tem feito muita diferença positiva na vida dos pescadores e pescadoras, proporcionando assessoria jurídica e acesso a informações importantes. Possibilitando uma melhora na qualidade de vida, por meio da educação, alimentação, saúde, entre outras atividades desenvolvidas pelo projeto, garantindo assim mais proximidade entre a população pesqueira e as instituições educacionais de pesquisa e extensão. A importância desse trabalho é proporcionar apoio e auxiliar essas comunidades, contribuindo por meio de acesso aos direitos dos pescadores e pescadoras, assim como de suas famílias.

Como disse Freire (1989), “A leitura do mundo precede a leitura da palavra.”. Por isso o saber dos pescadores e

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

pescadoras, adquiridos na prática, podem, por meio de iniciativas como a desse projeto, ser reconhecidos e ter expressão no meio acadêmico.

Tenho muito orgulho de poder participar e contribuir com meu conhecimento, para aperfeiçoar e auxiliar nesse projeto, coordenado por professores e professoras renomadas. Iniciativa muito importante e fundamental, que dá voz a quem não tem voz, no sentido de expressão das comunidades pesqueiras. Projeto este que por meio do planejamento científico, vem contribuindo assim com a elaboração de políticas públicas para um futuro melhor na vida dessas pessoas e na sociedade como um todo.

### Referências

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia, 1996. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Silva, Rodrigo Moreira da. Pescando Pescadores – uma experiência de Educação Ambiental em Valores Humanos junto com os Pescadores da Vila Anselmi em busca do Conhecimento Ecológico – Rio Grande: FURG, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) PPG em

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio  
Grande/RS

## **2.8 VIVER NA BEIRA D'ÁGUA FAZ PARTE DO NOSSO MODO DE VIDA TRADICIONAL: ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA NA COMUNIDADE DA BARRA DE PELOTAS/RS**

Fabiane Fagundes da Fonseca<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este texto propõe uma reflexão crítica a partir de uma realidade vivida por uma filha da pesca artesanal, hoje atuando como pesquisadora-extensionista da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no enfrentamento às mudanças climáticas no extremo sul do Rio Grande do Sul durante os anos de 2023 e 2024. Nascida e criada na beira do Canal São Gonçalo, município de Pelotas, sou Fabiane, autora desse texto, vivente desse relato.

Apesar de estar familiarizada com a escrita mais dura das ciências biológicas, meu berço de formação, quero me permitir lhes contar uma história, em ordem cronológica, que poderia se

---

<sup>1</sup>Filha da pesca artesanal, Msc. em Educação Ambiental, Bióloga e Professora de Ciências e Biologia.

dizer história de pescadora, no melhor dos sentidos a que atribuo à essa expressão. Uma história, narrada por uma filha da pesca artesanal, mas que objetiva colocar em palavras, neste livro, a resistência e auto-organização coletiva da comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas.

A Barra de Pelotas, meu lugar, é uma comunidade tradicional pesqueira com mais de cinquenta anos de existência, sendo o morador mais antigo o Dodoce, que viveu no local de 1967 até o início da última enchente quando faleceu. Fica localizada no bairro Laranjal, margeada pelo canal São Gonçalo e pela Lagoa dos Patos, ou seja, faz a conexão do sistema lagunar Patos-Mirim. Por ser rodeada por águas, a comunidade, historicamente, lida com a realidade das enchentes, especialmente em momentos de altos índices pluviométricos e ventos do quadrante nordeste, comuns nos meses de setembro e outubro em nossa região.

Nesse sentido, nossa comunidade tem construído estratégias para garantir o direito de acesso e uso do nosso território tradicional, fundamental para a manutenção do nosso modo de vida. Assim, essa escrita apresenta na primeira parte uma breve história da comunidade-território tradicional pesqueira, Barra de Pelotas, como mecanismo de autoidentificação dos aspectos de tradicionalidade que condicionam essas pessoas a viverem na beira d'água, ainda que sob a possibilidade de inundações. Já em uma segunda parte, busco relatar parte das experiências de resistência e auto-

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

organização coletiva da comunidade para enfrentamento das duas últimas enchentes que nos afetaram, uma em setembro de 2023 e outra em maio de 2024. E a nível de considerações finais proponho uma reflexão-denúncia acerca da tripla penalização sentida pelas comunidades tradicionais pesqueiras diante da crise ambiental estabelecida.

### **I – Nem ocupação irregular, nem zona de risco: a Barra é uma comunidade-território tradicional pesqueira**

A comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas tem sua origem contemporânea na metade do século XX. Durante minha pesquisa de mestrado, entrevistei diversos(as) moradores(as), dentre eles(as) Dodoce (*in memoriam*), Macaco e Rosa (Figura 1), os(as) mais antigos(as) da comunidade. Na ocasião das entrevistas, Dodoce me falou que morava na Barra desde 1967, mas que desde criança já frequentava o território com seu pai, que era marítimo do antigo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPREC.

Já Macaco veio um pouco depois, em 1974, quando começou a pescar com Dodoce. E Rosa se mudou para a Barra em 1979, quando se casou com o Macaco. Durante as nossas conversas (academicamente chamadas de grupos de discussão), Dodoce relatou que antes dele já vinham pessoas para a Barra, como a Dona Zilá, mãe de Dejair, um pescador que morou na

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Barra até o início de 2024. Uma família de pescadores(as) que vinha da localidade da Ponta Rasa (município de São José do Norte/RS) e acampavam em barracas para pescar camarão (*Farfantepnaeus paulensis*).



**Figura 1** – Moradores(as) mais antigos(as) da comunidade tradicional pesqueira Barra de Pelotas. Rosa Maria (64 anos), Claudio Antônio (Macaco, 68 anos) e Dodoce (Claudionor, 79 anos, *in memoriam*). Fonte: acervo próprio.



Entretanto, apesar do evidente vínculo com o território para a manutenção do modo de vida tradicional pesqueiro, bem do nosso papel na produção de alimentos saudáveis e de qualidade para a população (tendo os períodos de safra sempre noticiados na mídia regional), nossa comunidade sofreu, e ainda perdura, com os estigmas de “zona de risco” e “ocupação irregular”. Tal caracterização tem implicações concretas na legitimação da falta de um Estado garantidor de direitos, seja em períodos de enchente ou não.

Uma breve história da garantia de acesso à direitos básicos materializa essa narrativa que lhes apresento, uma vez que a água encanada foi conquistada apenas em 2001, ou seja, trinta e quatro anos após Dodoce passar a morar no local e utilizá-lo como território pesqueiro. Já a energia elétrica foi conquistada em 2011, quando eu, por exemplo, já estava no segundo ano do ensino médio. O transporte coletivo até hoje não é garantido à nossa comunidade, e a van escolar só existe após muita luta organizada pelas mães, pais e crianças no ano de 2015. Quando descrevo o acesso a esses direitos como “conquistas”, quero frisar que de fato foram acessados somente após muita luta comunitária, em diversas formas, conforme documentei na dissertação. Viver na Barra de Pelotas é uma conquista de direitos, tudo por aqui foi conquistado!

A comunidade possui apenas uma via de acesso terrestre, formalmente registrada como Prolongamento da Avenida Dr.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Antônio Augusto de Assumpção Jr, e popularmente conhecida como estrada do Pontal da Barra (nome rotineiramente dado a nossa comunidade), sem pavimentação, e que tem fim em si própria, ou seja, só há um trajeto para entrada e saída da Barra de Pelotas. A melhoria das condições estruturais da estrada é uma pauta histórica da nossa comunidade, especialmente em períodos de enchente, uma vez que recorrentemente ela é obstruída pela elevação dos níveis do Canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, acarretando o isolamento terrestre das pessoas (Figura 3).



**Figura 3** – Estrada do Pontal da Barra obstruída durante um período de enchente em 2014.  
Fonte: Jornal do Laranjal, 2014.

Essa pauta foi apresentada por nós às autoridades em pelo menos cinco audiências públicas da Câmara Municipal de Pelotas<sup>4</sup>. A complexidade do acesso à Barra se dá pelo fato de ser uma estrada na beira d'água, e sua elevação e construção de uma barreira de contenção de pedras são alternativas vistas pela comunidade como medidas paliativas para garantir melhores condições de vida, pois não deixaria a comunidade em completo isolamento nos períodos de enchentes. No entanto, há que se considerar a necessidade de estudos técnicos que viabilizem a obra sem causar prejuízos à natureza, especialmente da ligação da Lagoa com o banhado do Pontal da Barra, conforme sinalizado por diversos(as) profissionais das áreas das ciências naturais e da Terra, assim como por ambientalistas da região.

Apesar dos desafios de acesso e permanência, a comunidade se mantém há mais de cinco décadas no local, transformando o lugar em território tradicional. Conforme escrevi na minha dissertação (Fonseca, 2023), há uma relação

---

<sup>4</sup>Audiência Pública para tratar da demanda de um segundo acesso à Barra de Pelotas, chamada pelo vereador Cristiano Silva (UNIÃO), ocorrida em 21 de julho de 2022; Audiência Pública “O meio ambiente para nós”, chamada pelo vereador Jurandir Silva (PSOL), ocorrida em 29 de junho de 2023; Audiência Pública “SOS Pontal da Barra”, chamada pela vereadora Marisa Schwazer (PSB), ocorrida no dia 17 de novembro de 2023; Audiência Pública “A crise ambiental e seus efeitos na vida do povo”, chamada pelo vereador Jurandir Silva (PSOL), ocorrida em 19 de dezembro de 2023; Audiência Pública “Melhorias para o Laranjal”, chamada pelo vereador Cristiano Silva (UNIÃO), ocorrida em 13 de agosto de 2023.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

dialética em que os pescadores e pescadoras transformam uma área de banhado em território pesqueiro e, ao mesmo tempo, o ambiente da beira d'água nos torna pescadores, pescadoras, filhos e filhas da pesca artesanal.

Nosso vínculo tradicional é constituído nessa relação dialética comunidade-território, é nela que se constroem e compartilham os saberes-fazeres da pesca artesanal da Barra de Pelotas. Foi onde aprendi a descascar camarão (Figura 4), assim como minhas vizinhas Naná e Vitória (Figura 5). Foi onde minha irmã, Preta, aprendeu a filetiar um Linguado dos dois lados em um minuto (Figura 6), como registrei na pesquisa. Nesse território que vemos a Bia, pescadora da Barra de Pelotas, fazer e consertar redes de pesca para muitos dos pescadores da nossa comunidade (Figura 7), e Marcelo que constrói suas próprias redes (Figura 8). Assim como a Dona Maria faz suas próprias embarcações (Figuras 9 e 10) que usa para pescar com seu filho Bruno. Destaco ainda, os conhecimentos de Naná produzindo bolinhos de peixe e risoles de camarão (Figura 11), agregando maior valor aos seus pescados. É o saber-fazer dos(as) pescadores(as) que atuam na comercialização dos pescados nas peixarias, como meus pais (Figura 12), Dona Marisa (Figura 13), Célia (Figura 14) e Xuxa (Ereno).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 4** – auto-registro descascando camarão na safra de 2023 na peixaria dos meus pais na Barra de Pelotas.

Fonte: acervo da autora.



**Figura 5** – Naná (Naiele, 31 anos) e Vitória (20 anos) descascando camarão na safra de 2023.

Fonte: acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 6** – Preta (Marilanda, 38 anos) fazendo filé do peixe Linguado (*Paralichthys sp*) na safra de 2022.  
Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 7** – Bia (Beatriz, 39 anos)  
segurando uma rede de emalhe  
confeccionada por ela.  
Fonte: Acervo da autora.



**Figura 8** – Marcelo (51 anos)  
construindo suas próprias redes de  
pesca de emalhe em galpão de pesca.  
Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figuras 9 e 10** – Dona Maria no seu espaço do galpão em que confecciona suas embarcações e sua embarcação construída em 2022.

Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 11** – Naná (Naiele, 31 anos) produzindo bolinhos de peixe e rissoles de camarão na safra de 2023.

Fonte: acervo da autora.



**Figura 12** – pai (João Carlos, 70 anos), mãe (Zilda, 64 anos) e eu (Fabiane, 29 anos) na peixaria na safra de camarão de 2023.

Fonte: acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 13** – Restaurante Pontal da Barra da Dona Marisa (67 anos) e Peixaria de Luiz ao lado.

Fonte: Acervo da autora.



**Figura 14** – Pescadora Célia (41 anos) em sua casa.

Fonte: Acervo da autora.

## **II – Resistências ambientais na barra de pelotas para enfrentamento da crise climática**

Como mencionei, as enchentes são fenômenos naturais que fazem parte da história da constituição da nossa comunidade, pois viver na beira d'água é conviver com os fluxos naturais das marés, conforme períodos de chuva e seca e, no nosso caso, principalmente com a direção dos ventos. Assim, para nos mantermos na Barra tivemos que desenvolver estratégias a partir da realidade ambiental vivida, a exemplo das casas de palafitas. Essas, inclusive, foram entendidas como exemplos de construções resilientes às mudanças climáticas no contexto da pesquisa em arquitetura e urbanismo (Meotti & Chiarelli, 2021).

No entanto, é inegável que o agravamento da crise climática tem resultado em eventos mais frequentes e severos, muitas vezes impossibilitando a manutenção da nossa vida na comunidade em períodos de muita cheia, seja pelo alto grau de elevação da água, seja pela obstrução da única via de acesso que temos, impossibilitando o acesso à escola, posto de saúde e ao direito de ir e vir livremente. Nesse sentido, quero relatar nesse tópico as experiências vividas nas duas últimas enchentes à época dessa escrita, ou seja, em setembro de 2023 e em maio de 2024, com destaque para a nossa forma de auto-organização e estratégias de resistência construídas no território.

### **Enchente de setembro de 2023**

Em dez de setembro de 2023 ocorreram fortes chuvas na região do extremo sul gaúcho, algo que se estendeu por alguns dias, resultando em um acumulado de água represado, dando início a enchente na nossa comunidade. Em quinze de setembro a estrada de acesso à Barra já estava praticamente intrafegável (Figura 15). Cabe destacar que na época a Prefeitura fez uma barreira com a própria areia da praia, o que não foi suficiente para conter o avanço da água. No dia vinte e seis de setembro eu e minha família optamos por sair da nossa casa pois estava prevista mais uma elevação da água.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 15** – Estrada da Barra de Pelotas no começo da enchente de setembro de 2023.

Fonte: Acervo da autora

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Ainda que a realidade de enchente tenha durado pouco mais de um mês, a comunidade enfrentou por cinco meses o isolamento terrestre em virtude da destruição da nossa única estrada de acesso. Quando houve a descida da água, e não havia mais previsão de chuvas, iniciamos um período de mobilizações constantes buscando a reconstrução da nossa estrada. Na época a Prefeitura Municipal de Pelotas alegava receio de reconstruir a estrada e ocorrer novo episódio de enchente, resultando em perda de recurso investido na obra. Nas figuras 16 e 17 é possível ver que em vinte e oito de outubro a comunidade já estava praticamente sem água da enchente em seu interior, mas a estrada de acesso estava totalmente obstruída.



**Figuras 16 e 17 – Interior da comunidade da Barra de Pelotas (figura 16) e estrada de acesso à Barra (Figura 17).**

Fonte: Acervo da autora

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

A falta da estrada resultou em diversos prejuízos a nossa comunidade, a saber: impossibilidade do direito de ir e vir, especialmente para as pessoas que não possuíam condições físicas de saúde para caminhar os quase três km até a primeira parada de ônibus; falta de acesso da van escolar para buscar as crianças para as escolas Dom Francisco de Campos Barreto (em torno de quatro km de distância) e Dr. Edmar Fetter (em torno de oito km de distância); dificuldade de acesso ao posto de saúde, especialmente para pessoas com dificuldade de locomoção a pé; falta de coleta de lixo; e impossibilidade de escoamento dos pescados.

Para além disso, a subida da água resultou em diversos impactos na rede de eletricidade, como queda de postes e rompimentos de fiação, bem como rompimentos do encanamento de água. Com a obstrução da estrada o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP e a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE Equatorial, alegavam não ter condições de acesso para reestabelecer os serviços, nos deixando desassistidos desses direitos básicos.

Em resposta a essa situação, em vinte e nove de outubro de 2023, a nossa comunidade realizou um protesto (Figuras 18, 19, 20 e 21) denunciando que estávamos há cinquenta e um dias sem estrada impedindo o direito de acesso ao nosso território tradicional, assim como o direito das crianças irem à escola, das pessoas acessarem o posto de saúde, e da necessidade da estrada para a comercialização dos pescados.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Na ocasião do protesto, foram entregues ofícios aos vereadores e vereadoras que se fizeram presentes com as pautas da comunidade. No dia seguinte, um representante da prefeitura também recebeu o documento com as reivindicações.



**Figura 18** –Protesto da comunidade da Barra de Pelotas pela reconstrução da estrada de acesso, realizado no dia 28 de outubro de 2023.

Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 19, 20 e 21 - Protesto da comunidade da Barra de Pelotas pela reconstrução da estrada de acesso, realizado no dia 28 de outubro de 2023.**

Fonte: Acervo da autora.

Apesar da mobilização, com grande repercussão nas redes sociais e apoio popular, a Prefeitura não atendeu ao pedido da comunidade, alegando não possuir recursos para viabilizar a reconstrução da estrada. Ademais, argumentou ser necessário um processo de autorização ambiental para reconstruir a estrada. A partir disso, passamos a buscar apoio de outras fontes, contatando vereadores(as), deputados(as) estaduais e federais.

Cabe destacar momentos posteriores desse processo: visita da comitiva do Ministério da Pesca em Pelotas; ida de duas representantes da Barra de Pelotas ao 12º Grito da Pesca Artesanal em Brasília e entrega de ofícios na Câmara dos Deputados; participação em Audiências Públicas sobre a Barra

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

e questões ambientais; ocupação da Prefeitura Municipal de Pelotas; construção de uma emenda impositiva coletiva da Câmara Municipal; manifestação e entrega de ofício ao governador do estado do Rio Grande do Sul; e ida ao Ministério Público Estadual.

No dia seis de novembro de 2023 uma comitiva do Ministério da Pesca e Aquicultura esteve na Colônia Z-3 em solidariedade aos pescadores(as) artesanais atingidos(as) pelas enchentes. Na ocasião, o Ministro da Pesca, senhor André de Paula, e o Secretário Nacional da Pesca Artesanal, senhor Cristiano Ramalho, assumiram uma série de compromissos com nossas comunidades pesqueiras, dentre as quais o pagamento de duas parcelas de um auxílio emergencial no valor de um salário-mínimo, algo que até o presente momento (novembro de 2024) não se concretizou. Em relação à Barra de Pelotas, fizemos uma fala abordando a nossa realidade e solicitando apoio do governo federal com aporte de recursos, dado que a Prefeitura alegava não ter condições financeiras para a reconstrução da nossa estrada (Figura 22). A ação foi noticiada em diversos canais de comunicação, inclusive no perfil oficial do Ministro (Figura 23).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 22** – Entrega dos ofícios ao Ministro da Pesca e ao Secretário Nacional da Pesca Artesanal por uma comissão de moradores(as) da nossa comunidade.

Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 23 – Publicação na rede social oficial do Ministro da Pesca sobre a visita as comunidades pesqueiras de Pelotas.**  
Fonte: Acervo da autora

Nesse dia, o Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento, senhor Jocemar Tomasino, juntamente do membro da equipe técnica, senhor Matthews Rocha, visitaram a Barra de Pelotas, tendo feito todo o percurso a pé conosco, e dialogado com os pescadores e pescadoras artesanais. O objetivo da visita foi o reconhecimento do território da Barra enquanto uma comunidade tradicional pesqueira por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura (Figuras 24 e 25).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figuras 24 e 25 – Visita do Ministério da Pesca a nossa comunidade no dia 06 de novembro de 2023.**

Fonte: Acervo da autora.

Outra estratégia de luta adotada pela nossa comunidade foi a participação nas Audiências Públicas chamadas na Câmara Municipal. A primeira tinha como pauta a nossa realidade (Figura 26), e foi um importante espaço de denúncia do que estávamos sendo submetidos(as) e da negação do princípio constitucional de Dignidade da Pessoa Humana para nós. Houve um certo tensionamento durante a Audiência, principalmente, pela ausência de representantes da Prefeitura, o que nos deixou sem qualquer tipo de resposta concreta acerca da situação da nossa estrada. Em resposta a isso, em assembleia simultânea à Audiência Pública deliberamos pela ocupação da prefeitura de Pelotas em busca de respostas para nossas pautas.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 26 – Convite para a Audiência Pública.**

Fonte: redes sociais da vereadora proponente.

Foi somente após esse momento de ocupação que a prefeitura passou a dialogar mais concretamente conosco acerca do que seria realizado, se comprometendo com a reconstrução da nossa estrada de acesso. A partir desse dia a Prefeita passou a visitar a nossa comunidade para realizar reuniões conosco e apresentar atualizações sobre a reconstrução da estrada, conforme imagens abaixo (Figuras 27, 28, 29 e 30).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figuras 27 e 28** – Primeira visita da Prefeita de Pelotas, senhora Paula Mascarenhas, à nossa comunidade durante a enchente de 2023, realizada em 11 de dezembro de 2023.  
Fonte: Acervo da autora.



**Figuras 29 e 30** – Segunda visita da Prefeita, senhora Paula Mascarenhas, Secretário de Qualidade Ambiental, senhor Eduardo Schaefer, e Secretário de Planejamento e Gestão, senhor Roberto Ramalho, realizada em 22 de dezembro de 2023.  
Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Já a segunda Audiência Pública, ainda que não tivesse como tema à nossa realidade (Figura 31), além de nos permitir a denúncia do que estávamos vivendo, foi quando tomamos conhecimento da possibilidade de emenda impositiva como complemento ao recurso destinado pelo governo do estado para a reconstrução da nossa estrada. Até a ocasião dessa Audiência, a prefeitura, após as mobilizações que narrei acima, sinalizou que o governo do estado havia disponibilizado quatrocentos mil reais, no entanto, o recurso não era suficiente. Durante a Audiência Pública foi encaminhada a busca pela construção de uma emenda impositiva coletiva entre os vereadores(as) da casa, o que ocorreu no dia vinte e oito de dezembro de 2023.



**Figura 31** - Convite para a Audiência Pública.  
Fonte: redes sociais do vereador proponente.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

A busca pela construção da emenda impositiva coletiva envolveu dois principais momentos: o diálogo par a par com os vereadores e vereadoras pedindo destinação de recurso para reconstrução da nossa estrada, e acompanhamento das sessões da Câmara em que votaram as emendas impositivas. Conquistamos uma emenda impositiva no valor de duzentos e setenta mil reais, envolvendo nove vereadores(as) de diferentes partidos, refletindo um movimento suprapartidário articulado a partir da nossa mobilização comunitária (Figuras 32 e 33).



**Figura 32 e 33 – Print da Emenda Impositiva Coletiva aprovada na Câmara Municipal destinando recursos para a reconstrução da nossa estrada e foto com os(as) vereadores(as) apoiadores(as).**

Fonte: site da Câmara Municipal de Pelotas.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Apesar do recurso necessário estar garantido, as obras de reconstrução da nossa estrada não iniciaram de imediato. Segundo a Prefeitura, era necessária uma autorização ambiental a qual só podia ser conferida após a realização de estudos técnicos. Para além disso, seriam necessários os processos de contratação emergencial da empresa responsável pela reconstrução da estrada, e cabe destacar o período de recesso dos servidores públicos no final de ano. Diante disso, quando da visita do governador do estado, senhor Eduardo Leite, para inauguração de um conjunto habitacional, realizamos um segundo protesto e entrega de um ofício para ele (Figuras 34 e 35), solicitando apoio para ter mais celeridade no processo de reconstrução da nossa estrada, dado que estávamos completando cento e vinte e quatro dias de isolamento terrestre.



**Figuras 34 e 35** – Protesto da nossa comunidade durante visita do governador do estado, senhor Eduardo Leite, em inauguração de residencial, e entrega do ofício ao governador do estado, senhor Eduardo Leite, pedindo apoio para termos maior celeridade na reconstrução da nossa estrada, ocorrida no dia 12 de janeiro de 2024.

Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

No dia dezesseis de janeiro nos reunimos com a prefeitura, com o proprietário da empresa contratada para execução da obra e com o promotor de justiça do Ministério Público (MP), senhor José Alexandre Zachia Alan. Na reunião, a prefeita apresentou o projeto de reconstrução da estrada de forma paliativa, informando já haver uma autorização ambiental para a sua realização. Na ocasião houve acordo com MP, permitindo a reconstrução da estrada de imediato (Figuras 36).



**Figura 36** – Reunião com o Ministério Público para ter o aval do procurador de justiça, senhor Alexandre Zachia Alan, para a reconstrução da nossa estrada, realizada em 16 de janeiro de 2024.  
Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

No dia sete de março de 2024 foi reinaugurada a nossa estrada, após cinco meses de isolamento da comunidade, com a presença da Prefeita, secretários(as) e vereadores(as) que contribuíram através da emenda impositiva. Na ocasião, além de falarmos sobre o histórico de luta pela conquista da reconstrução da nossa estrada, apresentamos demandas pendentes que ainda não haviam sido atendidas: colocação de containers de lixo na comunidade, colocação de iluminação pública na estrada de acesso à Barra, e a construção de uma estrada permanente com barreira de contenção. Infelizmente, dois meses após a inauguração da nossa estrada, estávamos sofrendo com a enchente de maio de 2024, a maior da história do nosso estado!

### **Enchente de maio de 2024**

A enchente deste ano foi considerada a maior enchente do Rio Grande do Sul desde 1941. Além de ter sido em maior escala, atingiu diversas regiões do estado e por um longo período, tendo meses de duração em alguns municípios, como Pelotas. No dia quatro de maio de 2024 eu e minha mãe saímos da nossa casa, pois as notícias do ocorrido na região de Porto Alegre anunciavam um futuro desastroso para a nossa região. Nesse dia, muitas pessoas da Barra ainda optaram por ficar em suas casas pois na enchente anterior a maior parte permaneceu

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

na Barra, apenas elevando os móveis. Porém, nos três dias seguintes a maioria das pessoas precisou sair da nossa comunidade, pois a água estava se elevando muito rapidamente (Figura 37).



**Figura 37** – Chale do meu pai no dia 12 de maio de 2024. A construção é em palafitas com 1 metro de altura do chão.

Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Durante essa última enchente, uma parte dos(as) moradores(as) foi para o abrigo organizado pela Prefeitura na escola Dr Edmar Fetter, outra parte foi para a casa de amigos(as) e parentes, outros(as) precisaram alugar um imóvel provisoriamente e, por fim, algumas pessoas ficaram na Barra, seja nas casas (enquanto foi possível), seja nas embarcações (Figura 38). Nessa parte da escrita irei focar nas ações desenvolvidas para dar suporte às pessoas que não estavam no abrigo, logo, não estavam recebendo o apoio necessário, seja em alimentação ou itens de higiene pessoal e doméstica, para enfrentar a crise humanitária que se estabeleceu na região.



**Figura 38** – Entrega de mantimentos para o Pescador Walter na sua embarcação que ficou atracada na Sanga do Nardésio durante a enchente.

Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Nos espaços em que a nossa comunidade ficou, precisamos nos auto-organizar para resistir ao que estava acontecendo. No abrigo, as pescadoras e filhas da pesca artesanal da Barra de Pelotas protagonizaram a organização do acolhimento das famílias. Já fora dos abrigos, buscamos meios para garantir as condições mínimas para as pessoas que não puderam sair, considerando que precisavam cuidar as embarcações, e para aquelas que saíram para casa de amigos, familiares ou aluguel, mas que estavam sem poder trabalhar com a pesca em razão da enchente.

Nesse sentido, no dia oito de maio de 2024 iniciamos a entrega de marmitas, primeiramente produzidas pelo Armazém do Campo Pelotas, e posteriormente pelo Movimento Solidariedade Pelotas, através do Sindicato da Alimentação de Pelotas. Foram trinta e quatro dias ininterruptos de entrega diária de marmitas, pães e frutas produzidos pelo grupo Solidariedade Pelotas, com uma média de trinta marmitas inicialmente e, posteriormente, com a inclusão de moradores(as) dos fundos do Valverde, passou a ser uma média de quarenta marmitas diárias (Figuras 39, 40, 41 e 42).

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figuras 39, 40, 41 e 42** – Logística da entrega diária de marmitas, pães e frutas para os(as) moradores(as) da Barra de Pelotas e fundos do Valverde que continuaram no local durante a enchente.  
Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Além disso, foram feitas diversas entregas de kits de higiene doméstica e pessoal, provenientes de doações do Movimento Solidariedade, e de outros grupos, empresas e mesmo pessoas de maneira autônoma. Também foram entregues rações para gatos e cães durante toda a enchente. Outros donativos como água, cobertores, lençóis e roupas também foram doados de tempos em tempos. Por fim, foram entregues cestas básicas, de diversas fontes, durante e após a enchente (Figuras 43, 44, 45, 46, 47 e 48).



**Figuras 43, 44, 45, 46, 47 e 48 – Registros das entregas de donativos para as(os) moradores(as) da Barra de Pelotas e fundos do Valverde que não estavam em abrigo.**

Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Para além de tratar dos dados numéricos em si da assistência auto-organizada desse período, compreendo que o maior desafio estava na logística, afinal no contexto da enchente se formaram diversos centro de arrecadação, mas muitas vezes sem conseguir que essas chegassem às mãos de quem precisava, especialmente para quem estava em isolamento, como no caso das pessoas da Barra. Nesse sentido, a demanda foi organizar um processo logístico de entregas, a partir das necessidades que mapeávamos diariamente através do nosso grupo do WhatsApp. Por não ter um veículo e sequer carteira de motorista, minha primeira urgência foi identificar parceiros(as) que poderiam auxiliar nesse suporte logístico, onde se criou uma rede de apoio de pessoas autonomamente e, no final, com viaturas oficiais da Universidade Federal de Pelotas.

Sem dúvidas, a auto-organização sob o lema “Nós por Nós na Barra de Pelotas” foi essencial para o enfrentamento do momento de crise vivido, mobilizando diversas pessoas em apoio a nossa comunidade, desde sindicatos e movimentos coletivos, até pessoas de forma independente. Ao final do período das enchentes, os efeitos devastadores da água foram identificados, uma vez que muitas casas foram completamente destruídas ou tiveram comprometimentos graves de sua estrutura, impossibilitando que a grande maioria das famílias pudesse retornar para a Barra.

Nesse sentido, iniciamos a luta pela garantia das condições mínimas para o retorno à comunidade, tais como a

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

retirada do excesso de areia da estrada, visto que a estrutura conquistada na enchente anterior havia resistido; e subsídio da prefeitura com materiais para a reconstrução das casas. Para isso, enviamos ofício à prefeitura, realizamos reuniões (Figura 49 e 50), em que foram assumidos compromissos conosco. Porém, diante do não cumprimento do estabelecido, e da falta de respostas concretas para os nossos questionamentos feitos com as assessorias da Prefeitura, fizemos uma assembleia comunitária (Figura 51) e deliberamos por mais uma vez ocupar o espaço do Paço Municipal no dia seis de agosto de 2024 (Figuras 52 e 53).



**Figuras 49 e 50** – Reunião dos(as) moradores(as) da Barra com a Prefeitura Municipal de Pelotas para tratar das demandas de reconstrução após enchente, realizada em 24 de junho de 2024.

Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



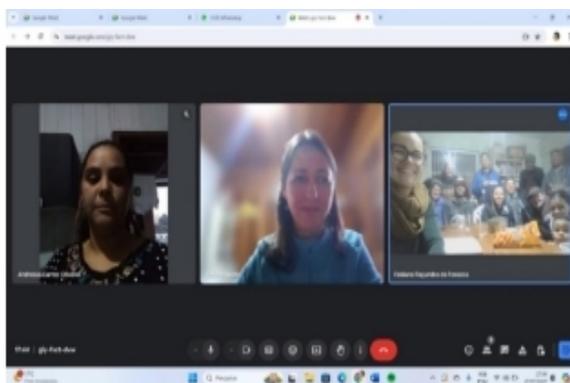
**Figura 51** – Assembleia Comunitária da Comunidade Tradicional Pesqueira da Barra de Pelotas, realizada no dia 03 de agosto de 2024. Fonte: Acervo da autora.



**Figuras 52 e 53** – Ocupação do Paço Municipal na Prefeitura Municipal de Pelotas em busca de respostas às reivindicações apresentadas em reunião anterior com a equipe da prefeitura. Fonte: Acervo da autora.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Além disso, a Universidade Federal do Rio Grande, por intermédio do Laboratório MARÉSS, destinou a doação da empresa TGS Brasil, no valor de cinquenta e cinco mil reais, para a nossa comunidade através de produtos de consumo. Assim, foi criada uma comissão com onze pessoas da Barra (Figura 54), representando diferentes famílias, com vista a definir os critérios de inclusão para o recebimento das doações. Atualmente, o processo está em vias de compras pela instituição e posterior entrega aos(as) moradores(as). Um segundo movimento realizado por essa comissão foi uma campanha de arrecadação de móveis através da construção de um vídeo para circulação nas redes sociais.



**Figura 54** – Reunião da Comissão com a professora da FURG, senhora Tatiana Walter, responsável pela captação do recurso e destinação à nossa comunidade.

Fonte: Acervo da autora.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Ainda que a água da enchente tenha terminado, que o acesso pela estrada da Barra esteja normalizado, e que muitas doações tenham sido recebidas, inclusive por intermédio da Prefeitura após a segunda ocupação, muitas famílias ainda não conseguiram retornar para a comunidade pela dificuldade financeira de se reconstruir. A esperança está na próxima safra do camarão (*Farfantepenaeus paulensis*).

## Considerações Finais

Através desse relato, busquei dar visibilidade às estratégias coletivas construídas em nossa comunidade tradicional pesqueira Barra de Pelotas para garantir seu direito de acesso e permanência no nosso território, essencial ao nosso modo de vida. Para isso, busquei evidenciar os aspectos de tradicionalidade que demonstram que a Barra não é uma questão de déficit habitacional, mas de reconhecimento de tradicionalidade pesqueira.

Nesse sentido, do ponto de vista da justiça ambiental e climática, é necessário que o poder público, em parceria com a comunidade, diálogo e busque alternativas por meio de tecnologias sustentáveis, justas e populares que garantam a continuidade da comunidade no território. Obviamente, por ser um debate complexo, demanda a reflexão a partir de uma

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

equipe multiprofissional, em relação horizontal com os pescadores e pescadoras artesanais.

Ainda através desse trabalho, busquei sistematizar alguns dos aprendizados conferidos pela luta coletiva e organizada em defesa do território, da cultura tradicional e de um Estado garantidor de direitos. Para resistir aos retrocessos ambientais que rondam a Lagoa dos Patos, é necessário sobreviver com saúde mental e física aos efeitos da crise ambiental. Ainda que não sejamos nós os maiores causadores desse colapso climático, somos as primeiras comunidades a serem atingidas e as últimas retornarem à normalidade após esses eventos.

Cabe destacar, a continuidade da luta pelo território, seja através dos movimentos da pesca da continuidade, da parceria com grupo Solidariedade Pelotas, e da ocupação dos espaços de denúncia possíveis, como reuniões e audiências públicas que versem sobre a Barra de Pelotas e nosso futuro. Por fim, as últimas duas enchentes sinalizaram para a necessidade de criação de uma instituição formal de representação da nossa comunidade, o que está em vias de construção.

## Referências

BRASIL. Lei nº 6.040, de sete de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

[2007]. Disponível em: Acesso em vinte e um de maio de 2020.

FONSECA, F.F. Barra de Pelotas (Rs): Uma Análise da Constituição e Resistência da Comunidade-território Tradicional Pesqueira a partir da Educação Ambiental Crítica. Dissertação de Mestrado, 2023. Disponível em:<<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000015953.pdf> >.

MEOTTI, B. D; CHIARELLI, L.M.A. Risco, vulnerabilidade e resiliência: a comunidade de pescadores do Pontal da Barra em Pelotas/RS. Pelotas: Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo, n. 12, 2021. Disponível em:<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare/article/view/21589>> . Acesso em 14 de agosto de 2022.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## **2.9 AS VIDAS DE PESCADORES(AS) IMPORTAM? UM OLHAR SOBRE SAÚDE EM COMUNIDADES PESQUEIRAS**

Adrielli Studinski Duarte<sup>1</sup>

Brenda Oliveira de Brito<sup>2</sup>

Marcele Souza Mendes<sup>3</sup>

### **1 Introdução**

O projeto atendendo o povo das águas pelos educadores Dr. José Ricardo Costa e Dra. Jara Fontoura, é acima de tudo um projeto de extensão que luta e viabiliza a vida da comunidade pesqueira.

---

<sup>1</sup>Aluna Adrielli Studinski Duarte estudante de Enfermagem Bacharelado no 2º semestre na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, contato por e-mail [adriellistudinski@yahoo.com](mailto:adriellistudinski@yahoo.com)

<sup>2</sup>Aluna Brenda de Oliveira Brito estudante de Enfermagem Bacharelado no 2º semestre na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, contato por e-mail [brendabrito.brito4@gmail.com](mailto:brendabrito.brito4@gmail.com)

<sup>3</sup>Aluna Marcelle Souza Mendes estudante de Enfermagem Bacharelado no 2º semestre na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, contato por e-mail [marcelesouza0485@gmail.com](mailto:marcelesouza0485@gmail.com)

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Nós estudantes de bacharelado em Enfermagem ficamos inquietos com o desrespeito do poder público diante dos gritos da comunidade pesqueira durante as enchentes. Nossa FURG tomou como iniciativa acolher as pessoas que passaram por situações tão diversas e neste pequeno relato reflexivo queremos falar sobre a saúde do povo das águas.

Saúde pública é a ciência e a arte de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde por meio dos esforços organizados da sociedade. Charles-Edward Winslow (1920)

Quando falamos de saúde pública, como bem aponta Charles-Edward Winslow, estamos falando de um esforço coletivo para promover o bem-estar em todas as esferas da sociedade. No entanto, para as comunidades pesqueiras, esse esforço muitas vezes não chega de forma adequada. A localização geográfica isolada e a falta de infraestrutura fazem com que o acesso aos serviços de saúde nessas regiões seja limitado.

Essas comunidades dependem de condições de trabalho que envolvem riscos específicos – como acidentes no mar, longos períodos de exposição ao sol e variações climáticas extremas – o que torna essencial que a saúde pública olhe de forma mais atenta para as necessidades dessas leis. Levar atendimento médico regular, promover campanhas de prevenção de doenças, e adaptar políticas de saúde ao contexto pesqueiro é vital para garantir que essas comunidades tenham a mesma chance de prolongar suas vidas e viver com qualidade.

## **2 Um cuidado necessário: proteção solar e cuidados femininos para os pescadores (as):**

A exposição contínua à radiação solar é uma característica predominante entre os profissionais da pesca, especialmente em regiões costeiras e ribeirinhas, onde a intensidade dos raios solares é exacerbada pela reflexão na superfície da água. Na ausência de medidas de proteção adequadas, esses trabalhadores ficam vulneráveis a sérios riscos à saúde, incluindo queimaduras solares, envelhecimento precoce da pele e o desenvolvimento de câncer cutâneo. Assim, torna-se crucial o uso de protetor solar com fator de proteção solar (FPS) elevado, resistente à água e ao suor, devendo ser reaplicado a cada duas horas para garantir uma proteção efetiva e contínua. É importante desmistificar o mito de que pessoas com pele negra não precisam de proteção solar. Embora a pele negra tenha mais melanina, oferecendo maior proteção natural contra os raios UV, isso não é suficiente para evitar danos como queimaduras solares, envelhecimento precoce e o desenvolvimento de câncer de pele, incluindo o melanoma acral lentiginoso, mais comum em pessoas com pele escura. A proteção solar é essencial para todos, independentemente do tom de pele, incluindo o uso regular de protetor solar, roupas adequadas e chapéus, para prevenir os efeitos prejudiciais da radiação solar.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Para garantir proteção eficaz contra os raios solares, os pescadores devem usar roupas com fator de proteção ultravioleta (FPU), que bloqueiam a radiação UV. Peças recomendadas incluem camisetas de manga longa e calças compridas de tecidos leves e de secagem rápida, chapéus de aba larga que protejam o rosto e pescoço, e óculos de sol polarizados para proteger os olhos. O uso dessas vestimentas, aliado ao protetor solar, é essencial para prevenir queimaduras, envelhecimento precoce e câncer de pele causados pela exposição prolongada ao sol.

Além dos desafios comumente enfrentados pelos pescadores, as mulheres que atuam na pesca estão sujeitas a riscos adicionais, que afetam diretamente sua saúde. A exposição prolongada à radiação solar pode comprometer significativamente a saúde cutânea feminina, ao passo que o contato com produtos químicos, como pesticidas e poluentes marinhos, pode impactar a saúde reprodutiva, interferindo no ciclo menstrual e na fertilidade. A exposição frequente à água e à umidade, associada à falta de instalações sanitárias apropriadas, eleva o risco de infecções dermatológicas e vaginais, como dermatite de contato, que é uma reação inflamatória da pele causada pelo contato direto com substâncias irritantes, como água contaminada, peixes, algas ou produtos químicos utilizados no ambiente de pesca. Outro problema frequente são as micoses cutâneas, como a tinea pedis (pé de atleta) e a tinea corporis (micose do corpo), comuns em ambientes úmidos. A exposição constante à água e

à umidade favorece o crescimento de fungos que afetam a pele. Além disso, impetigo, uma infecção bacteriana superficial da pele, frequentemente causada por *Staphylococcus aureus* ou *Streptococcus pyogenes*, pode ser facilitada por pequenos cortes ou lesões na pele, comuns em atividades pesqueiras. Outro risco é a celulite infecciosa, uma infecção bacteriana mais profunda que afeta as camadas internas da pele, ocorrendo muitas vezes após pequenos traumas ou cortes expostos à água contaminada.

Entre as infecções vaginais que podem acometer as pescadoras estão a candidíase vaginal, que é uma infecção fúngica comum causada pelo *Candida albicans*. Ela é favorecida por ambientes úmidos e pelo uso prolongado de roupas molhadas, criando um ambiente propício para o crescimento de fungos. Outro exemplo é a vaginose bacteriana, que é um desequilíbrio da flora vaginal caracterizado pelo crescimento excessivo de bactérias prejudiciais. Condições inadequadas de higiene, o contato com água contaminada e o uso prolongado de roupas úmidas podem predispor ao desenvolvimento dessa infecção. Há ainda a tricomoníase, uma infecção causada pelo protozoário *Trichomonas vaginalis*, que pode ser transmitida pela água contaminada ou por contato sexual. Embora seja uma infecção sexualmente transmissível (IST), a exposição a água insalubre pode aumentar o risco de infecções do trato genital.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Portanto, a conscientização e a educação sobre esses riscos específicos são essenciais para melhorar as condições de trabalho e saúde das pescadoras, assegurando seu bem-estar e segurança.

### **3 Impactos ambientais e econômicos das enchentes na pesca**

Um dos fatores que mais afetou os pescadores foi a contaminação das águas, que comprometeu gravemente o ecossistema aquático e, conseqüentemente, o seu único meio de sustento. As enchentes, que alagaram vastas áreas, não apenas destruíram infraestruturas essenciais, mas também causaram uma significativa poluição dos corpos d'água. Isso resultou na morte de peixes e outros organismos aquáticos, tornando a pesca, que é a principal fonte de renda para muitos desses trabalhadores, inviável. Além disso, a contaminação das águas pode ter efeitos a longo prazo sobre a qualidade do ambiente e a saúde dos pescadores, que enfrentam não apenas a perda imediata de suas fontes de alimento e renda, mas também possíveis riscos à saúde devido à exposição a poluentes. A situação se agrava quando consideramos que a pesca artesanal, que depende da qualidade dos recursos naturais locais, foi devastada, levando a uma crise econômica e social para aqueles que a praticam.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Torquato Pontes Neto, presidente do Sindicato da Indústria da Pesca, de Doces e de Conservas Alimentícias do Rio Grande do Sul, contou: “A pesca artesanal acaba sendo a mais impactada. Em São Lourenço, Rio Grande e Pelotas, por exemplo, há colônias totalmente envolvidas com essa atividade, e os prejuízos são significativos. É uma tragédia. Nunca vi nada parecido”. Esta declaração ilustra claramente o impacto profundo das enchentes sobre as comunidades pesqueiras, destacando a gravidade da situação e a magnitude da perda enfrentada. O relato de Pontes Neto evidencia a vulnerabilidade das comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência.

#### **4 Consequências sociais e necessidade de intervenções**

É visível que as enchentes não só expuseram a fragilidade da infraestrutura existente, mas também ressaltaram a necessidade urgente de intervenções eficazes. Em resposta, é essencial desenvolver e implementar estratégias abrangentes para a proteção ambiental e o suporte econômico, para que essas comunidades possam se recuperar e se adaptar às novas condições. A busca por soluções eficazes continua sendo um imperativo para mitigar os impactos futuros e garantir uma recuperação resiliente e sustentável.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Durante o período de assistência às vítimas das enchentes, observou-se uma realidade devastadora. Muitas pessoas, incluindo pescadores, enfrentam a perda de suas casas, barcos e outros bens essenciais. As cenas de destruição eram particularmente impactantes, evidenciando a gravidade da situação. A destruição dos meios de subsistência dos pescadores não apenas compromete suas fontes de renda imediatas, mas também agravou a crise social e econômica nas comunidades afetadas.

Esses eventos destacam a necessidade urgente de uma abordagem sistemática para mitigar os impactos das enchentes. É essencial que haja uma coordenação eficaz entre as partes envolvidas para garantir a reconstrução e o suporte adequado às áreas afetadas. A implementação de medidas preventivas e a criação de estratégias de recuperação são fundamentais para enfrentar os desafios atuais e futuros. O contínuo monitoramento e a assistência adequada serão vitais para restaurar a normalidade e promover a resiliência das comunidades pesqueiras atingidas.

## 5 Impactos na saúde e medidas de prevenção

Além dos danos materiais e econômicos, as enchentes trazem consigo um aumento significativo no risco de doenças associadas à água contaminada. A inundação de áreas

residenciais e comerciais resulta na mistura de água potável com esgoto e detritos, criando condições ideais para a proliferação de patógenos. Entre as doenças mais prevalentes estão a leptospirose e várias viroses, podendo provocar sintomas graves como febre alta, dor muscular e, em casos severos, insuficiência renal e hepática. Já as viroses, frequentemente transmitidas por água contaminada, podem causar diarreia, vômito e febre, afetando diretamente a saúde e a capacidade de trabalho dos pescadores.

Os pescadores, que frequentemente entram em contato direto com a água das enchentes, estão especialmente vulneráveis a essas condições. A exposição contínua a ambientes insalubres e à água contaminada não só compromete sua saúde imediata, mas também pode levar a complicações prolongadas, que impactam sua capacidade de trabalhar e sustentar suas famílias. Além disso, a falta de acesso a cuidados médicos adequados e a ausência de conhecimento sobre prevenção e tratamento dessas doenças agrava ainda mais a situação. Sem um suporte adequado, esses trabalhadores enfrentam um ciclo contínuo de adoecimento e incapacidade de retomar suas atividades normais.

O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), ciente da situação de emergência na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, elaborou um guia detalhado sobre riscos e cuidados com a saúde após as enchentes. Este guia aborda uma série de recomendações essenciais, incluindo a limpeza

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

adequada das caixas d'água, a importância de remover sujeiras acumuladas nas residências, cuidados com a eletricidade, proteção do corpo e higiene pessoal e alimentar. Embora muitas dessas orientações possam parecer básicas para pessoas familiarizadas com práticas de segurança, elas são de vital importância para aqueles que não possuem conhecimento prévio. A disseminação dessas informações é crucial para prevenir doenças e garantir a segurança das comunidades afetadas.

## 6 Considerações finais

O acesso à saúde nas comunidades pesqueiras é uma questão urgente que exige políticas públicas adaptadas às suas necessidades. O isolamento geográfico e a falta de infraestrutura tornam essas populações vulneráveis, enquanto o modelo biomédico, com seu foco padronizado, não atende às especificidades locais

Para promover a equidade em saúde, é fundamental investir em programas que levem atendimento médico, educação em saúde e serviços adequados a essas regiões. Assim, poderemos garantir que essas comunidades, essenciais para a economia e cultura, tenham acesso digno e contínuo à saúde, valorizando suas contribuições e assegurando seus direitos.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## Referências

TRINDADE, Ana Angélica Martins da; PENA, Paulo Gilvane Lopes; LIMA, Mônica Angelim Gomes de; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; ARAÚJO, Kênya Lima de. Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, p.6017-6026, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/BcMyHryDVQdtcNfqnkwsSVS/> . Acesso em: 17 set. 2024.

Acesso aos serviços de saúde de uma comunidade tradicional pesqueira no nordeste do Brasil: limitações de uma realidade peculiar. Repositório RENASF, 4 nov. 2021. Disponível em: <https://repositorio.renasf.fiocruz.br/teses-e-dissertacoes/acesso-aos-servicos-de-saude-de-uma-comunidade-tradicional-pesqueira-no-nordeste-do-brasil-limitacoes-de-uma-realidade-peculiar/> . Acesso em: 17 set. 2024.

A vulnerabilidade ambiental sobre a prática da pesca nas comunidades ribeirinhas. *Revista FT*, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-vulnerabilidade-ambiental-sobre-a-pratica-da-pesca-nas-comunidades-ribeirinhas/> . Acesso em: 17 set. 2024.

## **2.10 ARTICULAÇÃO DE *SENTIPENSARES* E EXTENSIONISMO CRÍTICO NO PROJETO ATENDENDO AS ÁGUAS – MAPEAMENTO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RUMO À EDUCAÇÃO PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL**

Dra. Ana Furlong Antochevis<sup>1</sup>

Dr. Carlos Roberto da Silva Machado<sup>2</sup>

Atender ao Povo das Águas foi o chamado que emergiu após a devastadora enchente que assolou o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 (Costa, 2024). O volume de chuva, sem precedente histórico, que precipitou-se sobre a região Norte do Estado, percorreu o caminho geológico das águas, descendo em direção à Laguna dos Patos, rumo ao seu escoadouro no Canal de Rio Grande. Nesse processo, foram inundadas as regiões da costa lagunar, atingindo fortemente os territórios ribeirinhos do extremo sul do RS, cuja população é carinhosamente chamada pelos Coordenadores do Projeto, os

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande – FURG

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA/FURG. Coordenador do Observatório de Conflitos Socioambientais do Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguai. Contato: [carlosmachado2004furg@gmail.com](mailto:carlosmachado2004furg@gmail.com)

Professores Jara da Fontoura e José Ricardo da Costa, de Povo das Águas.

Esse nome em si já nos apresenta um aspecto importante de sentipensar, na perspectiva de Fals Borda - não nomeamos apenas uma população, mas um povo; e não nomeamos um povo que possui as águas, mas que “é” das águas. É, no sentido de uma dialética lefebvriana (Machado, 2008), na qual interagem ser humano, sociedade e natureza, lógica que retira o sentido antropocêntrico e extrativista, pois traz a notícia de uma vida em que a subsistência dos pescadores e pescadoras se desenvolve pela artesanania – artesanania de fazeres no mar, artesanania de produção de apetrechos, artesanania de relações de sociabilidade e de trabalho, artesanania de relação com a natureza.

Esse povo vive as subidas e baixas das águas não é de hoje. A Laguna, quem vive perto dela sabe, possui uma dinâmica própria em que se alternam seus fluxos e correntes, de forma que este povo conhece cheias, enchentes e inundações periódicas. Por sua localização geográfica pelo acesso ao mar, a Laguna possui também uma dinâmica de relação com o Oceano Atlântico, com suas poderosas correntes e suas próprias dinâmicas, que se dão em dimensões tão mais potentes do que nossa pequenina Laguna. Contudo, tomada pelo volume de água que correu do norte do Estado, a Laguna colapsou, invadindo em extensão, em intensidade e com duração extremas, os territórios que a margeiam, de uma forma que

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

ainda não havia sido vivenciada por seu povo. Ainda que o mar tenha recebido a vazão dessas águas, este processo foi lento, e também a intempérie do período intercalava dias secos e dias de chuva forte, que mantiveram diversas áreas da costa lagunar encharcadas.

Tão perto, mas ainda assim tão distante, o ambiente urbano em que vivenciamos a Universidade Federal do Rio Grande e todas as suas práxis - em maior ou menor grau - acabou sendo implicado pela natureza neste evento extremo e seus efeitos materiais, sociais e políticos. A FURG tornou-se um espaço de abrigo de parte da população desalojada, foi uma fonte imprescindível de produção e publicização de informes hidrológicos e climatológicos, também de orientações acerca de diferentes tipos de resposta necessárias na iminência e nos momentos subsequentes à catástrofe vivenciada.

Entretanto, passado o momento inicial, novos desafios foram sendo identificados, na medida em que o sobreviver, que parecia já vencido, mostrava sua multidimensionalidade. Porque sobreviver não é um verbo simples - sobrevive-se de muitas formas, mais ou menos precárias, com maiores ou menores capacidades de viver preservadas a partir do momento crítico. Sobrevive-se com pouco, sobrevive-se com nada, sobrevive-se com e sem esperança – mas precisa-se de um mínimo, de estrutura, e de esperança.

Nesse espaço de sobrevivência, a articulação do Projeto encontrou seu ponto de ancoragem, enquanto ponto em que

oferece um marco fixo de suporte, mas que permite ao barco seguir imerso e movimentar-se no entorno das águas, respondendo de acordo com sua dinâmica e trazendo essa capacidade de se mobilizar e mobilizar novos recursos, na medida em que está sempre se comunicando com o território. A partir do Projeto, o mar vira maretório, e o exercício extensionista conhecido como “saídas de campo” foi batizado como “saídas de águas”, pelo Prof. José Ricardo.

O objetivo do Projeto era, inicialmente, oferecer atendimento jurídico às populações ribeirinhas atingidas pela enchente. Entretanto, a complexidade da realidade, do evento, a complexidade dos fenômenos que se desenrolaram desde o início e ao longo do Projeto, ampliaram o sentido deste objetivo. Conhecedores e “ouvidores” das comunidades, os Coordenadores do Projeto levavam já nas primeiras saídas de águas essa ampliação – a necessidade de não apenas “levar”, mas “atender” - significando estar presente, ouvir, ver, atencionar, intencionar, respeitar, articular, comprometer e comprometer-se.

Assim, havia uma dimensão de atendimento que dava conta de necessidades materiais básicas de suporte à vida: água, alimentos, roupas, remédios. Eram levados grandes volumes de donativos, dimensionados a partir da escuta das representações locais, e conseguidos a partir da articulação com as representações institucionais. Mas também eram levados itens muito específicos – uma cama, um colchão, um

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

berço – necessidades identificadas por uma escuta engajada, e conseguidos por capacidades de articulação afetuosa e solidária de participantes do Projeto.

Outra dimensão do atendimento era a orientação técnica burocrática para garantia de acesso a direitos sociais, protagonizada pelo CIDIJUS (Cidadania, Direitos e Justiça) e EMAJ (Escritório Modelo de Assessoria Jurídica) - Faculdade de Direito. Nessa dimensão, a capacidade de articulação interinstitucional dos Coordenadores do projeto mostrou o quanto uma artesanania de relações pode impulsionar e multiplicar esforços para transformação social.

A cada saída de águas, novos integrantes passavam a fazer parte não apenas dos serviços que estavam sendo oferecidos nos encontros, mas também no apoio à execução da tarefa, da forma que fosse possível.

Assim, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, diversos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, Bancos BANRISUL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, e Cartórios de Registros Cíveis estiveram presencialmente representados neste mutirão itinerante da defesa de Direitos Humanos. E toda essa mobilização foi possível graças à disponibilidade da ação em parceria com o 3º Comando de Bombeiros Militares na logística de acesso e transporte de pessoal, equipamentos e doações; com o Comitê de Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida/Rio Grande, e

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

pelo apoio de Sindicatos de Docentes (APROFURG) e de Técnicos Administrativos (APTAFURG).

Escutar, estar, articular, conseguir, levar, orientar, explicar, ajudar a acessar - assim foi o nosso “atender”. Me somei aos esforços deste grupo a partir da minha participação no Observatório dos Conflitos Socioambientais do Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguai, no contexto do meu doutoramento em Educação Ambiental, sob orientação do Professor Carlos Roberto Machado, Coordenador do Observatório.

Ainda que eu já tivesse conhecido algumas das comunidades, noutras andanças de outros tempos, foram as chuvas de setembro de 2023 que me levaram de volta à comunidade da Torotama, levando, com um grupo de estagiárias da Psicologia da FURG, acolhimento e primeiros cuidados psicológicos aos desabrigados da Ilha. No Projeto Atendendo ao Povo das Águas, entretanto, o momento e as necessidades eram outras - apoiar a organização dos atendimentos, auxiliar no suporte logístico, e durante esse processo, conhecer a realidade das necessidades dessas comunidades para então planejar como o Observatório a minha tese poderiam contribuir para a melhoria da vida do povo das águas.

O primeiro impulso que me levou a participar do Projeto era a lembrança das vidas atravessadas pelas águas, e drasticamente afetadas, na Torotama em setembro de 2023,

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

quando mais de setenta pessoas ficaram mais de um mês em um abrigo. Minha capacidade de apoio, àquela época, era restrita a um grupo de quatro formandas de Psicologia, uma Psicóloga voluntária e uma articulação incipiente com a Secretaria de Assistência Social do município de Rio Grande.

Ainda assim, pudemos fazer escutas atentas e atenciosas, pudemos conhecer um pouco do território, da comunidade e dos trabalhadores da Prefeitura que atuavam no abrigo, também os voluntários – escutar sobre suas preocupações, angústias, críticas, e compreensões acerca do fenômeno que havia acontecido de todo o desenrolar de eventos que os levavam até aquele momento no abrigo.

No Projeto Atendendo ao Povo das Águas, pude estar junto com um grupo multidisciplinar, com colegas das áreas do Direito, Educação, Geografia, vinculados aos serviços que estavam participando, mas também a outros grupos e dispositivos universitários que se engajaram nas ações.

Essa diversidade maior de tramas interinstitucionais e interpessoais propiciou uma vivência mais enriquecedora, com debates que traziam perspectivas diferentes de compreensão daquele fenômeno que estávamos vivenciando. Assim, enquanto trabalhávamos ou enquanto nos deleitávamos durante as carinhosas refeições oferecidas pelas comunidades, as conversas circulavam entre explicações técnicas oferecidas por uma professora de Geografia, uma crítica ao excesso tecnológico do sistema vinda de um estudante de Direito e de

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

uma pescadora, as memórias dos esforços críticos de salvamento feitas por algum dos companheiros do Corpo de Bombeiros que nos acompanhavam e garantiam que estivéssemos naqueles locais de difícil acesso. Essas conversas expressavam sentipensares que se reuniam no contexto desse evento extremo relacionado à catástrofe climática, e ofereciam prismas diversos e multiarticulados de percepções de mundo, mas mantinham o respeito mútuo, especialmente o respeito aos sentipensares populares.

Minha participação ativa nas saídas de águas compreendeu várias tarefas. Articulei o apoio e fui motorista da viatura cedida pela APTAFURG/Sindicato para levar donativos e voluntários, participei na organização do material, na orientação das filas – trabalhos intensos e permeados por uma multiplicidade de processos que muitas vezes quem está de fora não percebe. Auxiliei moradores a acessarem aplicativos de registro em sistemas tecnológicos dos governos federal e estadual. Parece pouco, mas são os passos de acesso à garantia de direitos sociais que não poderiam ser feitos por eles mesmos, por não possuírem nem dispositivos tecnológicos, nem acesso à internet, nem as habilidades tecnológicas que nos parecem tão simples, no contexto da vida urbanizada.

Nesse sentido, a partir dessa experiência que transitou entre observação participante e pesquisa-ação, identifiquei a necessidade de integração de políticas públicas e do reforço ao caráter interdisciplinar nas ações propostas pelo Projeto.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Assim, na realização de próximos circuitos de intervenção, propomos, desde a perspectiva do mapeamento de conflitos socioambientais e de uma educação emancipatória rumo à justiça ambiental, a oferta rodas de conversa e grupos focais, nas quais poderão ser abordados temas como garantia de direitos civis, saúde integral, emancipação popular, educação ambiental, agroecologia, bem-viver, entre outros.

Desta forma, após uma primeira intervenção que apoiou a garantia da subsistência e das condições de reconstrução dos territórios e população atendidos, o Projeto poderá apoiar o desenvolvimento dessas comunidades no sentido de serem sujeitos críticos e autônomos na constituição de estratégias coletivas de enfrentamento às mudanças climáticas e seus efeitos devastadores. Contribuirá, portanto, para a tecitura de uma Educação Ambiental crítica, que atue desde e com as comunidades rumo à justiça social, à justiça ambiental e à justiça climática (Machado e Moraes, 2019).

Nossa intenção é aprofundar a integração entre a defesa dos Direitos Humanos e a Educação Ambiental, desde os fundamentos da Extensão Universitária crítica (Rodriguez Y Tommasino, 2023), atendendo também ao objetivo do Acordo de Escazú de garantir acesso à informação e à participação pública sobre os temas ambientais, incorporando-os às prerrogativas de acesso à justiça em assuntos ambientais, de estabelecimento de padrões de desenvolvimento sustentável, e às lutas por direitos humanos e sociais fundamentais, na perspectiva de uma coalizão do Sul global (CEPAL, 2024).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## Referências

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe. Versión accesible (LC/A.2023/1-LC/PUB.2018/8/Rev.1/-\*), Santiago, 2024.

COSTA, J. R. Projeto Atendendo ao povo das águas: municípios e localidades atendidas em 2024. In: Núcleos de Práticas Jurídicas: Experiências e Reflexões. Pelotas: Editora REPENSAR, 2024.

MACHADO, C. R. S. Momentos da obra Henri Lefebvre: uma apresentação. Ambiente & Educação, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 83-96, 2008.

MACHADO, C. R.; MORAES, B. E. Educação ambiental crítica: da institucionalização à crise. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, 2019.

RODRIGUEZ, N.; TOMMASINO, H. Extensión crítica e integralidad: tres tesis diez años después. In: Universidad y territorios interpelados - El Programa Integral Metropolitano revisitado en sus quince años. Montevideo: UDELAR, 2023.

## **2.11 VIVÊNCIAS DE UM EXTENSIONISTA JUNTO AOS(ÀS) PESCADORES(AS) DA COMUNIDADE DE SANTA ISABEL**

Fabio Machado Ribeiro<sup>1</sup>

Meu nome é Fabio Machado Ribeiro, comecei minha atividade de extensionista social da <sup>2</sup>ASCAR/EMATER-RS no ano de 2011 no município de Herval atendendo os Assentamentos da Reforma Agrária. Nesse período, tive a oportunidade de interagir e conhecer a realidade dos povos do campo, o que me possibilitou ampliar meus conhecimentos e reconhecer a relevância da luta no campo. Desde então, venho intensificando a vivência entre teoria e prática, o que ressignificou muito das minhas concepções e valores. Ainda nesse ano, fui transferido para o município de Arroio Grande com o desafio de atender ao povo das águas. Há treze anos

---

<sup>1</sup> Fabio Machado Ribeiro – Graduação em Licenciatura Letras/UCPEL/Pelotas, Mestrando Profissional em Educação – UNIPAMPA/Jaguarão, Extensionista Rural Social da ASCAR/EMATER-RS, Professor da Rede Estadual/RS, e-mail: fribeiro@emater.tche.br

<sup>2</sup> ASCAR/EMATER-RS – Serviço de extensão rural do estado do Rio Grande do Sul – atendendo através da assistência técnica aos pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, agricultores e pecuaristas familiares.

venho desenvolvendo atividades junto aos pescadores (as) da Colônia Z24 de Santa Isabel, com atividades de resgates de documentação, regularização da colônia, comercialização do peixe e autoestima dos sujeitos das águas.

Essas atividades são subdivididas de acordo com as necessidades que a comunidade pesqueira apresenta no momento, e para tal somos incumbidos de atender de forma diversificada as necessidades apontadas. A metodologia para desenvolver essas interações socioeducacionais, dão-se através de visitas técnicas, reuniões, palestras, cursos técnicos, orientações/encaminhamentos, participação em conselhos (COMIRIM), atendimentos administrativos, atividades/dia de campo, exposições, participação em feiras, vitrine do peixe, intercâmbios, seminários, encontros regionais e municipais de mulheres pescadoras.

Durante os treze anos de convivência ouvi e pude presenciar momentos muito especiais. Um desses momentos foi me relatado por uma pescadora chamada Mariza, que ao chegar no banco de crédito e dirigir-se ao gerente para solicitar um empréstimo, foi logo questionada se seria realmente uma trabalhadora da pesca, pois segundo o tal gerente a mesma possuía unhas pintadas, ao qual para ele não a identificava como pescadora. Aprendi a importância da escuta e como esses momentos podem nos auxiliar para compreendermos a história/lutas por que passam muitas mulheres pescadoras. Segundo Freire 2011, escutar (...) significa a disponibilidade

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

permanente por parte do sujeito que escuta para abertura à fala do outro, ao gesto do outro, as diferenças do outro.

Com esse simples relato podemos observar o preconceito em relação a mulher pescadora, como se a mesma não pudesse ter os devidos cuidados com seu corpo de mulher e por isso para ele, ter que andar cheirando a peixe e desarrumada. Esse relato foi o incentivador para que nos preocupássemos em realizar atividades que valorizassem o trabalho feminino dessas mulheres pescadoras e a sua autoestima. Surgindo, então, os encontros de mulheres realizados na sede da colônia Z24. Durante as interações fomos desafiados a inovar e a potencializar a comercialização do pescado e a valorização do pescador(a). No ano de 2014 tivemos nossa primeira vitrine de peixe no Acampamento Farroupilha no qual a tradição sempre foi realizar os famosos carreteiros pelos piquetes do município, entre tanto, inovamos fazendo pratos típicos a base de peixe e o tradicional filé de traíra frita. O que nos surpreendeu com a quantidade de visitas e degustação no espaço da pesca, superando a venda do carreteiro.

Outra atividade a destacar foi nossa ação junto as merendeiras das escolas da rede estadual e municipal, ensinando-lhes a diversidade de pratos à base de peixe uma vez que essas instituições não queriam comprar pescado da COOPESI (Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel) através do PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar que estabelece a compra de no mínimo trinta por cento da verba com alimentos da agricultura familiar. Nesta ocasião foi

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

relatado pelas merendeiras que não podiam servir frituras para os alunos, não sabendo outra forma de preparar o peixe, pois alegavam que as crianças não gostavam. Nossa intervenção foi fundamental para mudar esse processo cultural do manejo do peixe na cozinha escolar. Através de capacitações das merendeiras construímos de forma diversificada vários pratos e experimentos na área da pesca. Nessa perspectiva travou-se um diálogo enriquecedor de troca de experiências coletivas viabilizando uma interligação sustentável entre pescadores, merendeiras, extensionista e o meio ambiente, proporcionando uma mudança de comportamento, assim como uma concepção diferenciada sobre segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Nesse sentido, é possível refletir com segurança sobre a importância do trabalho do extensionista social, pois este compreendendo os processos inerentes aos saberes das pessoas envolvidas, consegue interligar de forma articulada e educativa as concretudes desse fazer e teorizar. As interações locais relacionadas a pesca, entrelaçam a unidade de diferentes segmentos da sociedade. Num único local, conseguimos abordar diferentes temáticas e darmos voz a sujeitos diferenciados entre eles: pescadores, merendeiras, estudantes e extensionistas.

No dia doze de julho de dois mil e vinte e quatro fomos convidados a organizar um evento junto a Universidade Federal do Rio Grande/FURG, através do projeto: Atendendo

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

os Povos das Águas, coordenado pelo Dr. José Ricardo Caetano Costa (CIDJUS/FADIR/FURG) e a Dr<sup>a</sup> Jara Lourenço da Fontoura (IE-NUPEATRO/PPGA/FURG). Nesse dia de extrema umidade e frio, tivemos que ficar responsáveis pelo acolhimento dos integrantes do projeto, e também da comunidade pesqueira de Santa Isabel, assim como a responsabilidade de organizar o almoço coletivo, os lanches nos turnos manhã e tarde e a entrega das cento e setenta cestas básicas doadas pelo grupo Comitê de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. E ainda prestar orientações sobre o CAF – Cadastro de Agricultor Familiar.

Tivemos um total de cento e trinta atendimentos aproximadamente, onde contamos com colaboração de: Bancos (Banrisul e Caixa Econômica Federal), INSS, CRÁS, Bolsa Família, Secretarias (Cultura, Assistência Social e Agricultura), Colônia Z24, CIDJUS, EMATER, Bombeiros de Pelotas e UFPEL. Nessa ação integrativa/interativa pudemos fortalecer\ajudar a pesca artesanal num momento crucial porque passam os moradores pesqueiros atingidos pelas enchentes em Santa Isabel.

Nossa satisfação foi ver a alegria dos moradores ao receberem orientações/atendimentos para receberem os benefícios sociais de enfrentamento as enchentes que devastaram o estado. Essa alegria era notável através das expressões faciais, relatos verbais e abraços recebidos por todos os integrantes da equipe do projeto Atendendo os Povos das Águas. Nesse local também pudemos disponibilizar várias

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

doações de roupas adultos e infantis, sapatos e oitenta cobertores que foram entregues antes do evento. Houve um intervalo para alimentação da equipe onde puderam saborear o filé de traíra frito, rissoles de peixe, a famosa moqueca de Santa Isabel muito apreciada no pavilhão da agricultura familiar (EXPOINTER), pirão de peixe, arroz branco e salada verde e para beber suco de frutas. Essas atividades se estenderam pelos dois turnos: manhã e tarde.

As cestas básicas foram entregues pela professora Dr<sup>a</sup> Jara Fontoura, e por mim (Fabio Ribeiro) e pela secretaria da colônia Indiará Barbosa através da apresentação de um documento e assinatura, sendo entregue uma cesta por família para todos que estiveram participando do atendimento junto ao projeto.

A comunidade de Santa Isabel prestou entrevistas, através das suas lideranças da pesca Fernanda Machado Colvara – presidente da Colônia Z24, e Indiará Kerchiner Barbosa – secretária da Colônia Z24, para um documentário que será exibido em maio de 2025 e escrita de um livro em dezembro do mesmo ano.

A alimentação foi elaborada pelas próprias pescadoras: Cleci, Fernanda, Silvia Marisa, Alice, Silvana e Maria Odete, e as doações vieram da colônia de Santa Isabel com apoio da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura de Arroio Grande, as quais não mediram esforços para que essa ação fosse realizada com grande êxito.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

A coordenação do projeto solicitou a presença do secretário de Agricultura o Sr. Neri Nereu Nunes e a secretária de Assistência Social a Sra. Mari Matozo, afim de prestarem esclarecimentos junto ao CRÁS a comunidade pesqueira de Santa Isabel.

Uma das preocupações do projeto ao qual nos foi repassada é que não haveria espaço para discursos e apresentações formais de autoridades locais, pois segundo os coordenadores do projeto a maior preocupação era com o atendimento rápido e eficaz das pessoas que estavam necessitando de apoio naquela ocasião. Representando a ASCAR/EMATER-RS estavam os extensionistas Leandro Rodrigues Flor – Extensionista Rural Agropecuário e eu (Fabio Machado Ribeiro – Extensionista Rural Social).

Um momento marcante dentre tantos que houveram foi quando a professora Dr<sup>a</sup> Jara Fontoura realizou uma mística com o nome “Esperançar” envolvendo desde as cozinheiras pescadoras até todas entidades que estavam representadas naquele local. Na mística foi-nos solicitado um repensar do quanto diariamente somos chamados a dizer sim a vida, ao coletivo e a solidariedade entre nós.

E para finalizar esse momento de relato de vivências junto ao projeto: “Atendendo aos povos das águas”, faço minha as palavras de Paulo Freire, 2004: Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## Referências

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

## **2.12 ATENDIMENTO AS COMUNIDADES DAS ÁGUAS: UMA EXPERIÊNCIA QUE TRANSCENDE A ALMA**

Dr Thelmo de Carvalho Teixeira Branco Filho<sup>1</sup>

Esse texto propõe-se apresentar algumas reflexões acerca do Projeto “Atendendo ao Povo das Águas”, que surgiu em junho de 2024, com o escopo de tutelar inúmeras comunidades tradicionais que se dedicam à pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos, na Lagoa Mirim e no Canal São Gonçalo, em razão do quadro de vulnerabilidade de tais comunidades, que foram atingidas pelas inundações ocorridas no final de ano de 2023, e que intensificaram com a tragédia de maio de 2024.

O principal foco do Projeto foi o de proporcionar o acesso à justiça, as comunidades das águas e judicializar, os benefícios que lhes são de direito, como por exemplo os programas implementados pelos Governos Federal e Estadual, bem como as Doações: auxílio reconstrução (a Medida Provisória 1.219/2024, publicada no Diário Oficial, informa os critérios previstos para o estabelecimento do apoio financeiro às famílias dos municípios atingidos pelos eventos climáticos e reconhecidos pelo Poder Executivo Federal, através do Decreto

---

<sup>1</sup> Dr Thelmo de Carvalho Teixeira Branco Filho- Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Direito-FURG\RS Faculdade do Direito\ FADIR.

Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. ); volta por cima (foi criado em 2023 pelo decreto 15.977, que institui auxílio financeiro para a população em situações de calamidade ou emergência no Rio Grande do Sul), PIX SOS (para famílias que estejam desabrigadas ou desalojadas como consequência do evento meteorológico ou, ainda, que tenham ficado desabrigadas ou desalojadas, mas já retornaram para suas casas).

A justiça ambiental, tema central deste projeto de extensão, em curso na Universidade Federal do Rio Grande, FURG, em parceria com demais Instituições, nada mais é do que uma ferramenta que as comunidades e os movimentos sociais, dentre outras agremiações utilizam como um meio de controle das condutas exercidas pelo poder público e os empreendedores, que exploram o meio ambiente gerando graves riscos e danos a ele. A fala de Henri Ascerald (2009), é esclarecedora ao pontuar que: ‘a noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas”, sendo que as comunidades poderão exercer seus direitos sem qualquer tipo de castração, por parte do poder público. Marta Torre-Schaub (2014) afirma que a chave para institucionalizar a justiça ambiental é atentar-se para a seguinte reflexão: é necessário tender para uma certa modernização da reflexão

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

sobre a cidadania (incluindo preocupações ecológicas e ambientais como aprendizagem do social), além de reconhecer a natureza e representá-la na prática. Logo, para que exista de fato um Estado Democrático de Direito é preciso que as políticas jurídicas, sociais e econômicas propiciem um cenário no qual possa haver um diálogo entre aqueles que exploram os recursos naturais, com a efetiva participação do Estado e das comunidades para que não violem os direitos humanos nem degradem o meio ambiente, para só assim ser construído paulatinamente um verdadeiro Estado de Direito Ambiental.

No livro ‘Há um mundo por vir? – ensaio sobre os medos e os fins’, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014) afirmam: Sabemos que “o mundo começou sem o homem e terminará sem ele”, na frase tão lembrada e tão plagiada de Lévi-Strauss (1955:477-78). Contudo, quando as escalas da finitude coletiva e da finitude individual entram em uma trajetória de convergência, essa verdade cognitiva se torna subitamente uma verdade afetiva difícil de administrar. Talvez a melhor saída seja a dada por Boff (2016) com a criação do que ele chamou de “Constituição ecológica-social” por meio dos movimentos sociais, para que se construa de fato uma sociedade que tutele todos os seus direitos, sobretudo os ambientais e humanos, para que, se é que é possível, não colapsarmos, como bem escrito, por Jared Diamond (2005), em sua obra colossal.

Assim, a minha experiência desde que ingressei neste Projeto, transcende a alma, pois pela minha trajetória como,

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Professor junto ao Departamento de Direito da FURG e do EMAJ (Escritório Modelo de Assessoria Jurídica), Professor Colaborador do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG; pesquisador Colaborador no Instituto de Estudos Avançados - IEA - USP - Centro de Síntese Cidades Globais - Universidade de São Paulo, atuando nas áreas, de políticas públicas, meio ambiente e saúde pública, gestão ambiental e direitos humanos, contando inclusive com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD – ONU em eventos que tratam desta temática em análise e sendo membro do WATERLAT-GOBACIT (rede inter e transdisciplinar de ensino, pesquisa e ação prática sobre política e gestão da água), pois sigo otimista e confiante nesta luta renhida e como dizia Che Guevara(1980): “se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”.

## Referências

ACSELRAD, Henri. O que é justiça ambiental. Henri Acserald, Cecília Campello do A. Mello, Gustavo das Neves Bezerra. Rio de Janeiro: Garmond, 2009.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

BOFF, Leonardo. A sociedade do cansaço e do abatimento social. Publicado em 5 jan. 2016. Disponível em: . Acesso em: 13 nov.2024

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro, Florianópolis: Instituto Socioambiental, 2014.

DIAMOND, Jared. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Tradução de Alexandre Raposo. Revisão técnica de Waldeck Dié Maia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GUEVARA, Ernesto (1980). Diário. Tradução: Olinto Beckerman. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano. El Ortiba – Coletivo de Cultura Popular (2016). Intercambio epistolar entre Ernesto Sábato y Ernesto “Che” Guevara. Consultado a 09 de novembro de 2024, em <http://www.elortiba.org/old/pdf/Cartas-Sabato-Che.pdf>.

SCHAUB-TORRE, Marta. Alguns contributos para o estudo da noção de justiça ambiental. Alterações ambientais globais e direitos humanos. Christel Cournil e Catharine Colard Fabregoule. Lisboa: Edições Piaget, 2014.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

## **2.13 ATENDIMENTO ÀS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA ZONA SUL DO ESTADO ATINGIDAS PELAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL**

João Pedro de Oliveira Simões Lopes Gastal<sup>1</sup>

Me chamo João Pedro, sou advogado formado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL-RS) e atualmente trabalho como advogado na cidade de Pelotas - RS em Isquierdo e Costa Advogados Associados, atuando nas áreas dos Direitos Previdenciário, do Trabalho, Cível, do Consumidor e Bancário, mas com ênfase nas searas Previdenciária e Assistencial.

Tomei conhecimento do projeto Atendendo ao Povo das Águas a convite do Professor e amigo Dr. José Ricardo Caetano Costa, da Universidade Federal do Rio Grande

---

<sup>1</sup> Bacharel em direito e advogado formado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL-RS). Pós-Graduando em Direito da Seguridade Social - Previdenciário e Prática Previdenciária pela Faculdade Legale Educacional. Advogado em Isquierdo e Costa Advogados Associados em Pelotas - RS.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

(FURG-RS), o qual me convidou para participar do projeto voluntariamente junto ao CIDIJUS-FURG<sup>2</sup>, em razão da necessidade de pessoas que pudessem prestar atendimento jurídico aos pescadores e demais populações ribeirinhas atingidas pelas enchentes na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, com foco primordial na judicialização dos pedidos de concessão dos benefícios do Auxílio-Reconstrução, do Programa Volta por Cima e do SOS PIX - RS, benefícios disponibilizados pelos governos federal e estadual para os atingidos pelas enchentes do Estado do Rio Grande do Sul.

Tomo as linhas a seguir para discorrer sobre minha experiência junto ao projeto e para tecer considerações pessoais. Contudo, antes disso, faço breve resumo dos fatos e dos auxílios disponibilizados aos atingidos pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Como é de amplo e notório conhecimento, recentemente, no mês de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes enchentes decorrentes das mudanças climáticas, evento que vitimou dezenas de pessoas, destruiu casas, cidades e plantações, ocasionando perdas econômicas imensuráveis aos gaúchos (G1, 2024b).

---

<sup>2</sup> CIDIJUS é um projeto de pesquisa-ação da Faculdade de Direito (FaDir) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG-RS), associado ao Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ) e vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com atuação voltada para dar suporte às comunidades de pescadores artesanais e demais trabalhadores urbanos e rurais, no município de Rio Grande e região.

Apesar dos reflexos mais intensos terem sido sentidos nas regiões da serra gaúcha e na região metropolitana de Porto Alegre, o sul do Estado também fora fortemente atingido, eis que a água acumulada no Guaíba escoava naturalmente pela Lagoa dos Patos, e cujo desembocar no Oceano Atlântico passa necessariamente pelas cidades de Pelotas, Rio Grande e São Lourenço do Sul (G1, 2024a).

Nesse direcionamento, as populações ribeirinhas do sul do estado, especialmente as comunidades que tiram seu sustento da pesca, foram duramente atingidas pelas cheias, mormente em razão da sua proximidade com a Laguna, bem como com as regiões alagadiças.

Visando dirimir os danos causados e proporcionar mínimas condições de retorno às atividades por parte dos flagelados, o governo federal editou as Medidas Provisórias nº 1.219, de 15 de maio de 2024; e nº 1.228, de 06 de junho de 2024, bem como a Instrução Normativa nº 04, de 07 de junho de 2024, criando o benefício do Auxílio-Reconstrução.

O Auxílio-Reconstrução consiste no pagamento de uma parcela única de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) às famílias que estiveram ou estão desalojadas ou desabrigadas nos municípios do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Executivo Federal, sendo o único requisito, além de ter sido desalojado ou desabrigado, nos termos da Instrução

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Normativa nº 04, de 07 de junho de 2024 (Brasil, 2024a), possuir conta no GOV.BR (Brasil, 2024b e 2024c).

No âmbito estadual, o governo do estado criou o Programa Volta por Cima 2024, que a partir do Decreto nº 57.607, de 9 de maio de 2024, e com base na lei Lei nº 15.977, de 12 de julho de 2023, garante o pagamento de uma parcela no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para as famílias hipossuficientes que foram desabrigadas ou desalojadas em razão das enchentes (Rio Grande do Sul, 2024).

São requisitos do programa possuir Cadastro Único da Assistência Social, residir em área de risco, ter ficado desalojado ou desabrigado, ter renda per capita familiar de até R\$ 218,00, ter o Cartão Cidadão, e ainda, ter acesso ao GOV.BR (Rio Grande do Sul, 2024).

Para além disso, o governo do estado criou também o auxílio PIX SOS RIO GRANDE DO SUL. São requisitos deste segundo benefício possuir Cadastro Único ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, ter residência em áreas de risco e ter sido desalojado ou desabrigado, não ter recebido o Volta por Cima, ter renda familiar de até três salários mínimos e ter acesso ao GOV.BR.

A solicitação do Auxílio-Reconstrução deve ser feita via GOV.BR e dos Auxílios Volta por Cima e PIX SOS RGS via cadastramento a ser realizado pelos Municípios.

Apesar das excelentes iniciativas, foi nos requerimentos que os problemas começaram. O grande volume de solicitações

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

do Auxílio-Reconstrução superou a capacidade do sistema GOV.BR analisar as demandas, de modo que muitos beneficiários estão há meses no aguardo de uma decisão. No que tange aos Auxílios Volta por Cima e SOS PIX RGS o caso se torna mais dramático, eis que muitas prefeituras de localidades atingidas sequer conseguiram organizar os dados para enviar os CPFs dos atingidos ao governo do estado.

Assim, o Projeto Atendendo ao Povo das Águas surge como uma iniciativa de tentar ajudar os atingidos das enchentes na liberação dos auxílios, de modo a proporcionar maior agilidade na liberação dos valores tão necessários nesse momento de dificuldade.

O Projeto consiste em uma ampla coalizão de entidades e órgãos públicos como a o CIDIJUS FURG, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Banrisul S/A, o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e muitos outros órgãos e entidades públicas dispostos a ajudar as comunidades pesqueiras, os quais injustamente não serei capaz de citar, em razão da proporção que tomou o Projeto, sempre tendo como amparo o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul que, na figura do 3º Batalhão de Bombeiros Militar de Pelotas, disponibilizou suas vans e camionetes para transportes dos voluntários.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Nesse direcionamento, com tantos órgãos e entidades envolvidos, é certo que os relatos se multiplicam incontavelmente, cada um dentro da sua área de atuação. Dessa forma, farei o recorte do que pudemos observar como voluntários do CIDIJUS, sem contudo me ater a aspectos jurídicos, mas sim focando na experiência pessoal dos atendimentos.

O Projeto teve como proposta atendimento das comunidades da Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande-RS; da Colônia dos Pescadores Z-3, em Pelotas - RS; da Vila Santa Izabel, em Arroio Grande-RS; da Colônia Z-8, de São Lourenço do Sul; da Comunidade da Várzea e da Colônia de Pescadores Z-2, em São José do Norte-RS; do Pontal da Barra, em Pelotas-RS; e da Ilha da Torotama, em Rio Grande-RS, com saídas pela manhã cedo e retorno ao final das tardes ou começo das noites.

O Projeto se inicia para mim na segunda viagem, ocasião em que fomos até a Colônia dos Pescadores Z3, de Pelotas - RS. A Colônia Z-3 está inserida no segundo distrito da cidade e é banhada pela Laguna dos Patos, integrando a denominada região da Costa Doce (Redeiras, 2024). Fundada em 1941, a região possui hoje 1.500 (mil e quinhentas) famílias que sobrevivem majoritariamente da pesca, sendo a região mais atingida de Pelotas pelas enchentes.

Nossa chegada se dá em meio a uma manhã fria, mas com sol. Ao adentrar na comunidade, percebemos os estragos das

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

enchentes. Muito barro, entulho e sujeira cercam as casas abaladas pelos acontecimentos. Nos direcionamos para a escola local, onde a comunidade organizou uma espécie de força tarefa para o projeto. Ao chegar, muitos deles já aguardavam desde as 06h (seis horas) da manhã, segundo relatam.

Após as organizações e falas iniciais, os atendimentos têm início e os moradores começam a trazer suas demandas, de modo que longas filas se formam. Apesar do susto inicial e da quantidade inesperada de pessoas a atender, conseguimos nos virar bem. De antemão, já foi possível perceber que as demandas eram, claro, relacionadas aos auxílios que fomentaram nossa ida. No almoço, recebemos o afago da comunidade que preparou marmitas de feijoada, arroz e salada. Durante o dia, o bom café passado se fez presente.

Com o andar do dia, surgem diversas dúvidas e demandas, de modo que o INSS foi acionado em várias oportunidades para consultas sobre benefícios previdenciários. Para além das demandas dos auxílios, também foi encaminhada uma análise de aposentadoria e feita uma instrução quanto a um processo de execução.

Vale dizer que as queixas são de todo o tipo com o Poder Público, desde o abandono da Municipalidade e a dificuldade de acesso à Colônia até o aumento da criminalidade local. Encerramos o dia cansados, mas com sensação de dever cumprido. Na bagagem, mais de 100 (cem) ações para distribuir.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Na sexta-feira seguinte, o projeto nos leva até a Vila Santa Izabel, comunidade de pescadores vinculada ao Município de Arroio Grande – RS e que se localiza às margens da Lagoa Mirim.

De cara, a viagem já nos impacta com a distância da localidade, e mais ainda, com o fato de que as estradas que dão acesso ao local ainda possuíam quantidade considerável de água represada, mesmo após cerca de dois meses das enchentes.

Ao chegar, nos direcionamos para o clube local, um pequeno salão retangular, mas em muito boas condições, onde somos recebidos por um farto café com bolachas, pães, bolos, sucos e café, tudo pensado nos mínimos detalhes, o que não deixa passar despercebido que o mesmo foi elaborado com bastante zelo e antecedência.

Após as falas e agradecimentos iniciais, bem após a dinâmica proposta pela Professora Jara Lourenço da Fontoura, demos início aos atendimentos.

Aqui sentimos o maior impacto da ausência do Poder Público. As demandas são de perder de vista, e a comunidade, composta mormente por pescadores, carece de todo o tipo de apoio que lhes é vedado. Algumas pessoas, muito simples e de idade, sequer tinham conhecimento do motivo pelo qual estávamos ali ou de qual benefício pretendiam reivindicar. De maneira semelhante ao primeiro dia, estava bastante frio, mas com sol. Contudo, o que acalorou nossa estadia foi sem sombra

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

de dúvidas a receptividade e o trato da comunidade local. Atenciosos, respeitosos e prestativos, os mesmos prepararam cuidadosamente os detalhes para nos receber, o que denota a gratidão ao menor sinal de cuidado, desde os obrigados que se multiplicavam até as brincadeiras.

No almoço, fomos agraciados com um verdadeiro banquete de dar inveja nos melhores restaurantes. Peixes fritos à milanesa, moqueca de peixe, ensopado e arroz eram acompanhados de uma deliciosa salada de tomate com cebola ralada fina e temperada. Como opção, uma salada de beterraba e cenoura raladas. De encher os olhos. Não fosse a necessidade de voltar ao atendimento, certamente me colocaria o dia todo a repetir aquele maravilhoso almoço.

No intervalo, ainda fomos até a beira da água onde o caudaloso curso da Lagoa passa rente à comunidade. Abismados com o relato de um dos moradores, ele nos diz que a água que estávamos vendo junto às casas é na verdade o local em que passa uma das vias de acesso à comunidade e que, segundo a experiência deles, da mesma maneira como aconteceu em uma grande enchente no ano de 2001, era esperado que a água baixasse somente no final do ano, o que nos espantou bastante.

O dia avança e com ele os atendimentos e as consultas de toda ordem, até escurecer. Com o fim dos atendimentos, nos despedimos dessa comunidade atenciosa, simpática e que, apesar de todo o drama e dificuldade vividas, fez questão de

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

bem atender, nos fazendo questionar se o atendimento era nosso ou deles. Na mochila, a responsabilidade de mais cem ações para dar andamento.

Um fato a notar e que nos impactou consideravelmente tanto na Colônia Z-3 como na Vila Santa Izabel foi a exacerbada quantidade de cães na comunidade, muitos deles dos próprios moradores é bem verdade, mas muitos deles abandonados no local durante as enchentes, fato triste que é preciso registrar.

Na sequência, nosso terceiro destino foi a cidade de São Lourenço do Sul. Bastante atingida pelas cheias da Laguna dos Patos, esperávamos uma demanda similar às duas anteriores, o que não se concretizou.

Ao adentrar a cidade, fomos diretamente para o salão da Igreja local, na qual a comunidade organizou um amplo local para nos receber, assim como os outros órgãos.

O salão é amplo, equipado, muito bem organizado e pintado nas cores azul e branco, cores de Yemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, protetora e padroeira dos navegantes e que dá nome à igreja.

Em que pese a nossa preparação, esse foi o dia que tivemos o menor número de demandas, eis que para nossa surpresa a maior parte da população local que pediu os auxílios recebeu os mesmos com agilidade, o que nos deixou feliz não pela ausência do trabalho, mas por saber que as necessidades foram atendidas. Nesse dia, o que houve de diferente foi a

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

captação de duas ações de defesa de multas equivocadamente impostas a dois pescadores.

Com a ausência de atendimentos e as horas livres, pudemos desfrutar de algumas horas de conversa e da boa música de um compositor local.

Encerrados os atendimentos e ainda com a presença do sol fizemos breve visita à praia de São Lourenço do Sul, vale dizer – na minha opinião – a mais bela e agradável praia da Costa Doce e de toda a zona sul do Estado, onde foi possível observar os estragos causados pelas enchentes, que arrastou boa parte da areia da praia para cima do calçamento da orla e da rua adjacente. Após o passeio, retornamos.

A quarta visita que pude participar, quinta do projeto, foi ao Pontal da Barra, em Pelotas-RS. Curiosamente, talvez dentre todos os locais este seja o que possui maior proximidade com algum centro urbano e, opostamente, aquele que mais sofreu com a invasão das águas. Aqui conseguimos observar o brutal impacto da enchente, de modo que muitas moradias e comércios, alguns deles conhecidos amplamente pela comunidade pelotense, estavam totalmente destruídos. Com as marcas nas paredes, percebemos que a água invadiu tudo que lhe era possível, destruindo portas, portões, paredes e janelas que não puderam suportar. Alguns dos prédios ficaram simplesmente inutilizáveis.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Nessa oportunidade, enfrentamos a maior dificuldade logística para os atendimentos, eis que em razão dos danos a comunidade estava com sérias dificuldades estruturais. Conseguimos montar nossa estrutura de atendimento em uma pequena área junto a uma mercearia local, o que, com mesas e cadeiras improvisadas, nos permitiu atender os moradores. O atendimento nesse dia se deu somente pela tarde e não nos foi possível desfrutar de um maior contato com os moradores, ou ainda, de uma confraternização, como ocorreu nas oportunidades anteriores, o que era compreensível, a julgar pelos danos sofridos.

Contudo, isso não impediu que a moradora lindeira da mercearia abrisse a sua residência para nos receber com um caloroso café, que embalou nossa tarde de atendimentos. Por fim, nosso último destino oficial do Projeto Atendendo ao Povo das Águas foi a Ilha do Torotama, em Rio Grande-RS. Não ao acaso que o maior desafio ficou para o final.

Fomos recebidos na escola Municipal de Ensino Fundamental Cristóvão Pereira de Abreu. A diretoria da escola preparou um café, onde pudemos confraternizar e participar de uma entretida dinâmica promovida pela Professora Jara.

Organizados em diversas salas, os grupos iniciaram seus atendimentos do grande número de assistidos. Certamente foi a nossa maior demanda dentre todas as idas, contudo, foi a oportunidade em que estivemos melhor equipados, seja com eletrônicos, seja em número de voluntários.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

No almoço, fomos agraciados com uma excelente feijoada com arroz, couve, frutas e uma excelente salada de maionese.

Ao final do dia, fizemos uma bonita foto em frente ao refeitório da escola, encerrando nossa jornada.

Posteriormente, ainda houveram dois retornos à Colônia Z-3, das quais uma das idas pude participar.

Quando iniciei minha participação no Projeto, tinha como objetivo participar apenas em uma única sexta-feira, na segunda incursão, quando fomos à Colônia Z-3 pela primeira vez, no intuito de auxiliar o Professor José Ricardo nos atendimentos, que se preocupava com a alta demanda e a mão de obra escassa para o atendimento naquele dia.

Entretanto, a experiência foi tamanha para mim que fiz questão de seguir como voluntário no projeto, ajudando em todas as viagens nas sextas-feiras, com exceção da ida à São José do Norte, oportunidade em que estive gripado.

O que se iniciou como um compromisso de atender comunidades carentes a fim de dar andamento em ações judiciais se transformou em uma prazerosa atividade de ajuda ao próximo. Desde a primeira experiência, passei a encarar o projeto não como um compromisso, mas como uma possibilidade de crescimento pessoal, de aprendizado, e de romper - mesmo que temporariamente – a bolha social em que vivemos. Nós advogados estamos sempre presos aos prazos, às

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

telas de computador e aos escritórios, de modo que acabamos por mecanizar nossos atendimentos e atividades, quase esquecendo que por trás de uma ação judicial há uma pessoa, um ser humano, que precisa ser ouvido.

O contato com as diversas comunidades atendidas me fez perceber que a carência desses cidadãos não era somente pelos benefícios que pretendemos liberar na via judicial, mas sim de atenção, de oitiva e de tempo. É a ausência de Estado. É a ausência de cuidado.

As conversas iniciam sempre sobre os benefícios que serão requeridos e se estendem para as mais diversas áreas da vida, de modo que cada um deles possui uma infinidade de

dúvidas e desconhecimento sobre temas que poderiam ser sanados se houvesse um Poder Público forte e atuante no cuidado das populações.

Dia desses, conversando com um grande amigo que é funcionário municipal e que teve a oportunidade de participar do mapeamento das zonas de risco de alagamento das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, ouvi uma frase que me marcou profundamente e que reproduzi acima: As pessoas têm carência de Estado!

Pude conhecer um povo que, apesar do sofrimento e de todo o tipo de privações, não se nega ao riso, à brincadeira e à esperança, acreditando sempre em um futuro melhor, crenças que logo os benefícios serão liberados, que a vida e o trabalho voltarão ao normal e que tudo seguirá o seu rumo natural.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Os atendimentos terminam sempre com calorosos agradecimentos e desejos de bom trabalho. Alguns inclusive desejam bençãos a todos nós. A postura é de gratidão, reconhecimento e amizade, e ainda que nenhum deles tenha a mínima obrigação de agradecer, fazem questão de se mostrar gratos e felizes com o cuidado e a atenção.

Um dos momentos mais alegres de nosso projeto foi quando, em meio aos atendimentos na Vila Santa Izabel, diversos auxílios foram sendo atualizados no sistema e alterados para o status de concedidos/liberados. Alguns, eufóricos, diziam que era em razão da nossa presença no local, que isso teria, na linguagem popular, “feito a coisa andar”.

Embora não haja qualquer relação entre nossa presença e a pontual liberação dos auxílios naquela tarde - fato que fizemos questão de frisar - para muitos já era certo que uma coisa derivava de outra, transbordando de felicidade pela benesse recebida.

Outro ponto bonito a destacar foi a maneira como nos recebiam com os preparativos meticulosamente calculados. As salas, os cafés da manhã, os almoços, a disposição em trazer todo o tipo de materiais necessários para ajudar a comunidade, tudo pensado nos mínimos detalhes por pessoas que perderam tudo e, ao mesmo tempo, oferecem tudo que podem.

Saio dessa experiência fortalecido e com uma nova perspectiva sobre o direito, sobre a relação entre Poder Público

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

e particulares, sobre o acesso à Justiça, e também, sobre fazer o bem ao próximo.

Finalizo meu relato registrando a vontade e o desejo de retornar a tais comunidades, mas agora para confraternizar, em condições positivas e, quem sabe, para comemorar a liberação dos auxílios.

### Referências

BRASIL. Instrução Normativa nº 04, de 07 de junho de 2024. Estabelece critérios, conceitos e procedimentos operacionais relativos ao pagamento do Apoio Financeiro. Brasília/DF: Diário Oficial da União, Ministério da Integração e do Desenvolvimento

BRASIL. Medida Provisória nº 1.219, de 15 de maio de 2024. Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal. Brasília/DF: Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2023-2026/2024/Mpv/mpv1219.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2024/Mpv/mpv1219.htm) . Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.228, de 06 de junho de 2024. Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder

Executivo federal. Brasília/DF: Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/mpv/mpv1228.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/mpv/mpv1228.htm) . Acesso em: 17 ago. 2024.

COLÔNIA SÃO PEDRO (Z3). Redeiras. Colônia São Pedro (Z3): Nossa Casa e Inspiração. Lugar de Riqueza Cultural, Belezas e Lendas. Disponível em: <https://redeiras.com.br/sobre-nos/colonia-z-3/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

GLOBO – G1 - Enchente no RS deixa um terço da cidade de Pelotas debaixo d'água. Rio Grande do Sul. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2024/05/11/enchente-no-rs-deixa-um-terco-da-cidade-de-pelotas-debaixo-dagua.ghtml> . Acesso em: 14 out. 2024.

GLOBO G1 - Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa. Rio Grande do Sul. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml> . Acesso em: 14 ago. 2024.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-4-de-7-de-junho-de-2024-564523797> . Acesso em: 18 ago. 2024.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.607, de 09 de maio de 2024. Cria o Programa Volta por Cima Maio de 2024, com fundamento na Lei nº 15.977, de 12 de julho de 2023, e institui auxílio financeiro destinado à população vítima das contingências decorrentes das chuvas intensas e enchentes no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2024. Porto Alegre/RS: Diário Oficial, Atos do Governador, 2024. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=999381>. Acesso em 15 ago. 2024.

## **2.14 VIVÊNCIAS DE UM EXTENSIONISTA RURAL NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE PELOTAS**

Marcia Vesolosquzki<sup>1</sup>

Meu nome é Márcia Vesolosquzki, sou extensionista rural agropecuária na ASCAR/EMATER-RS, com formação em Técnica em Agropecuária e graduação em Gestão Ambiental, sendo que na empresa estou pela formação de Técnica em Agropecuária, atuando desde 2011, assumi no escritório municipal de Piratini, atendendo principalmente, os assentados de Reforma Agraria. Em 2012 fui transferida para o município de Pelotas, trabalhar com comunidades Quilombolas, em outubro de 2013, retornei da minha licença maternidade, minha chefia imediata me chamou, dizendo que a partir desta data iria trabalhar com a Pesca Artesanal.

Sou técnica agropecuária, formada com o objetivo de atuar no setor agrícola, mas a vida me apresentou um desafio inesperado: trabalhar com a pesca artesanal. Quando comecei, há onze anos, não tinha nenhuma experiência ou conhecimento sobre a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais, suas

---

<sup>1</sup> Extensionista rural agropecuária na ASCAR/EMATER-RS, com formação em Técnica em Agropecuária e graduação em Gestão Ambiental

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

técnicas, culturas ou desafios diários. Era um universo completamente novo para mim.

Com o tempo, percebi que, mais do que conhecimento técnico, o que me ajudaria seria a humildade para aprender com eles. Passei a ouvir suas histórias, acompanhar suas jornadas e entender a importância da pesca artesanal não apenas como fonte de renda, mas como uma herança cultural e modo de vida.

Ao longo desses onze anos, fui me capacitando e me envolvendo em projetos voltados para o fortalecimento da pesca artesanal. Hoje, tenho orgulho de dizer que adquiri uma vivência rica e diversificada. Participei de programas de incentivo à sustentabilidade, desenvolvi estratégias para agregar valor aos produtos pesqueiros e ajudei na organização e criação de comunidades para garantir seus direitos.

No município de Pelotas (RS), há diversas comunidades pesqueiras que se distribuem em vários pontos da cidade. Essas comunidades variam em organização e em sua relação com a atividade pesqueira. Segue a listagem das principais comunidades pesqueiras: - Colônia Z3, Pontal da Barra, Ponte São Gonçalo, Doquinhas, Balsa, - Vila da Palha. Entender as especificidades das práticas pesqueiras e as dinâmicas sociais foi o ponto de partida para planejar ações alinhadas às suas necessidades e interesses. A Colônia de pescadores Z3, é a principal e mais tradicional comunidade pesqueira de Pelotas, onde as demandas sempre foram maiores. Trabalhamos lado a

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

lado com lideranças locais, escutando suas demandas e criando soluções conjuntas.

Trabalhar na criação de uma associação de feirantes e no desenvolvimento de um comitê gestor para a Feira do Pescador foi um dos projetos mais desafiadores e gratificantes da minha carreira. Desde o início, ficou claro que a organização desse público seria essencial para fortalecer sua representatividade, melhorar as condições de trabalho e garantir a sustentabilidade econômica das famílias envolvidas.

A jornada começou com reuniões informativas e participativas nas comunidades pesqueiras locais. Muitos pescadores e feirantes já atuavam de forma individual, enfrentando dificuldades como falta de estrutura adequada, preços baixos e concorrência desleal. Durante os encontros, ouvimos as demandas e expectativas de cada participante, buscando construir um modelo que atendesse às necessidades coletivas sem perder de vista as características culturais e tradicionais da pesca artesanal.

Identificamos quem já participava ativamente das feiras que há famílias que participavam há mais de 20 anos e quem estava interessado em ingressar, reunindo dados sobre suas atividades e produtos.

Capacitações sobre associativismo e gestão, promovemos diversas reuniões e capacitações sobre a importância do trabalho coletivo, a gestão de uma associação e as obrigações

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

legais e fiscais. Quanto a formalização da associação, trabalhamos em conjunto para elaborar o estatuto da associação, definir cargos e funções e realizar as primeiras eleições para a diretoria.

Após a criação da associação, formamos o Comitê Gestor da Feira do Pescador, com o objetivo de promover uma gestão participativa e democrática. O comitê foi composto por representantes dos feirantes, secretaria do desenvolvimento rural, vigilância sanitária e EMATER.

As principais funções do comitê incluem: Planejamento e organização da feira: definição de horários, distribuição de espaços e logística; Promoção da feira: campanhas para atrair consumidores e valorizar os produtos locais; Monitoramento e melhorias: coleta de retorno dos participantes e dos consumidores para implementar melhorias contínuas.

As enchentes que afetaram nossa região trouxeram enormes desafios às comunidades pesqueiras, deixando um rastro de perdas materiais e incertezas causaram graves danos, casas submersas, destruição das embarcações, redes de pesca, trapiches e estoques de alimentos. Muitos pescadores, que dependem exclusivamente da pesca artesanal, perderam suas principais fontes de sustento e enfrentaram dificuldades para manter suas famílias.

Nossa equipe municipal envolveu-se muito em mutirões de arrecadação de alimentos, água, agasalhos para levar até as localidades atingidas.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Receber o convite para participar do projeto Atendendo ao Povo das Águas foi motivo de grande alegria e satisfação para nossa equipe, nossa primeira participação foi no dia cinco de julho de 2024, na Comunidade Z3 e o segundo no dia dois de agosto de 2024 na Comunidade Pesqueira Pontal da Barra, ambos contamos com o apoio da ATR (Assistente técnico regional) da pesca Artesanal, Regina Medeiros.

Nossa atuação foi marcada pela interação humana. Pudemos levar não apenas serviços e recursos essenciais, mas também acolhimento, respeito e a certeza de que essas pessoas são vistas e valorizadas. Nossa equipe levou esclarecimentos detalhados sobre crédito rural, um tema crucial para o desenvolvimento econômico e social das comunidades pesqueiras, documentações necessárias, linhas de crédito disponível, contatos com instituições creditícias, agendamento de CAF. Além disso, entregamos materiais informativos e reforçamos o apoio contínuo para auxiliar nas etapas iniciais de acesso ao crédito.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 1 e 2** – Foi uma experiência transformadora, reafirmamos nosso compromisso de continuar trabalhando em prol de iniciativas que promovam dignidade e inclusão para os povos das águas.  
Fonte: Acervo da autora

## **2.15 VIVÊNCIAS DE UM EXTENSIONISTA RURAL NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE RIO GRANDE- RS**

Viviane de Leão Dutra<sup>1</sup>

Meu nome é Viviane de Leão Dutra, sou extensionista rural social na <sup>2</sup>ASCAR/EMATER-RS com formação em Licenciatura em Letras pela UFPel, sendo que na empresa estou pela formação Magistério, atuando desde 2010, com passagem pelos municípios de Pedras Altas e Santa Margarida do Sul. Em 2021, assumi no escritório municipal de Rio Grande atendendo, principalmente, os pescadores artesanais. Assim, a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com pescadores artesanais compreende as diferentes políticas públicas, pois somos o principal órgão responsável de assessoramento na execução de políticas públicas na esfera estadual e federal, como linhas de crédito, fomento e cadastro da agricultura familiar. Também, promovemos as metodologias

---

<sup>1</sup>Viviane de Leão Dutra – Graduação em Licenciatura Letras/UFPEL/Extensionista Rural Social da ASCAR/EMATER-RS, e-mail: vdutra@emater.tche.br

<sup>2</sup>ASCAR/EMATER-RS – Serviço de extensão rural do estado do Rio Grande do Sul – atendendo através da assistência técnica aos pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, agricultores e pecuaristas familiares.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

de extensão rural com as comunidades assistidas, sendo visitas técnicas, mutirões reuniões, campanha e cursos as mais utilizadas.

Além de encaminhamentos a órgãos competentes e elaboração de cadastros e projetos de crédito rural, atuamos em fomentos de geração de renda, os quais vem oportunizando a aquisição de itens de petrechos de pesca, equipamentos e maquinários. Paralelamente à parte técnica, atuamos na área social com promoção da saúde, educação ambiental e direitos à cidadania. Contudo, nas últimas duas enchentes a Emater-RS/Ascar esteve ao lado dos pescadores artesanais, inclusive nos abrigos realizando oficinas, rodas de conversa e assessoramento mostrando-se atenta as suas demandas, com levantamento de perdas e, também, distribuindo agasalhos, cobertores, materiais de limpeza, água mineral e cestas básicas, como também emitindo laudos à defesa civil para busca de recursos.

Dessa forma, o trabalho torna-se imprescindível com esse público que é extremamente vulnerável e, que por isso depende de assistência técnica e social de forma permanente. As comunidades pesqueiras de Rio Grande são representadas pela Colônia de pescadores Z1 e, também pelo Fórum da Lagoa dos Patos, sendo que a Emater/RS-Ascar está sempre presente nestes espaços representativos de forma colaborativa.

O projeto atendendo ao Povo das águas chegou através de convite do Dr. José Ricardo Caetano Costa

(CIDJUS/FADIR/FURG). Assim, atendemos ao convite e fomos no primeiro mutirão que aconteceu na Ilha dos Marinheiros e, em seguida, na Ilha da Torotama, vindo ao encontro da metodologia de extensão da Emater-RS/Ascar, pois muitas vezes já utilizamos o mutirão como um método de atender ao público em lugares mais distantes visando levar serviços e órgãos competentes de forma gratuita. Portanto, é uma excelente iniciativa porque conseguiu engajar mais parceiros, criando-se uma rede de atendimentos proporcionando ao público assistido mais eficiência e agilidade.

Destacam-se, vários aspectos positivos deste projeto como grande número de atendimentos ao público; divulgação; oferta de serviços com qualidade, agilidade e presteza; encaminhamentos aos órgãos competentes; acesso a políticas públicas e direitos sociais; espaços condizentes com a demanda e criação de uma rede de apoio.

A experiência de participação nestes mutirões está sendo muito enriquecedora, pois estamos com um grande número de atendimentos, sendo importante para criar mais um elo do escritório municipal com este público que muitas vezes têm dificuldade de deslocamento. Espera-se que essa rede de atendimentos seja dada continuidade porque as comunidades pesqueiras necessitam de serviços in loco.

Nesse sentido, nos dois mutirões em que a Emater/RS-Ascar esteve presente conseguimos fazer os encaminhamentos

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

para a confecção de carteiras de identidades, totalizando cento e oitenta atendimentos, como também cadastros em programas de crédito pelo governo estadual.

Dessa forma, a extensão rural pode ser definida como um processo educativo que propicia às famílias rurais assistência técnica, econômica e social, visando ajudá-las a elevar sua qualidade de vida, com sustentabilidade. Assim, de forma participativa, com troca de saberes e de vivências nas comunidades pesqueiras vamos dialogando e executando as ações em prol de melhorias buscando a dignidade e a inserção deste público na sociedade através de seus direitos de cidadãos. Já dizia o educador Paulo Freire (2004, 2011), que a educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, através dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços coletivos. Portanto, nessa coletividade vamos construindo “pontes” para elevar o nível de vida dessas famílias rurais.

### Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

### **PARTE III – ENTREVISTAS**

Edilma Fernandes da Silva<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Geografia, (LEAA) UFPel –  
edilma.silva@ufpel.edu.br

### 3.1 – ENTREVISTAS COM OS(AS) PESCADORES(AS)

#### 01– Pescador Sr. Adilson Campos Ortiz<sup>2</sup>

Tenho cinquenta e nove anos de idade e moro na comunidade desde criança, eu nasci em Rio Grande, mas me mudei para colônia aos cinco anos de idade, sou pescador há quarenta e cinco anos, com carteira de pesca. “Tudo que construí até hoje retirei da pesca”. Quando questionado o que a comunidade significa para o mesmo, ele respondeu que a *comunidade é tudo para ele*, tudo de melhor, onde cresceu e criou seus filhos e Graças a Deus construímos famílias, moradias, o povo é bom e a “família é tudo” para nós que moramos na colônia de pescadores.

Com relação aos problemas enfrentados pelos pescadores da colônia, relacionados ao preço do pescado, é muito difícil sobreviver com o preço baixo do peixe.

Como morador da comunidade o mais difícil de enfrentar é a estrada de acesso que é muito ruim, com a enchente dizem que vão arrumar a estrada. O problema da enchente foi difícil para todos os moradores, ficaram desalojados, muitos não

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada pela discente Miriam do Curso de arqueologia e do Observatório de conflito.

quiseram sair de casa para não roubarem suas coisas. Aqui na colônia temos um posto de saúde para atender toda a população, temos uma creche, temos uma escola de Ensino Médio e fundamental.

Tem uma garizada de doze aos quinze anos que sai para pescar com os pais, mas são poucos, hoje em dia a prioridade é estudar. Porque hoje em dia não tem que trabalhar cedo, porque antigamente a gente começou cedo. Eu mesmo comecei com treze anos, porque naquele tempo era diferente, mas hoje não. Uma coisa que eu vou dizer pra você, ainda eu gosto, tenho um filho que faz isso aí igual que eu faço, mas eu não quero isso pra novo, que procurasse estudar em outra profissão, porque pesca artesanal e uma vida difícil também. Cada ano que vai passando, vai piorando mais.

Com tranquilidade que isso aí eu posso dizer. Uma coisa que a gente, graças a Deus, estamos sendo bem recebidos pelas pessoas, que muita coisa a gente não sabe e vocês estão vindo aqui pra dar uma ajuda pra nós. Isso é muito importante. Eu agradeço muito.

A participação das entidades foi bem importante. Mas a verdade é histórica, porque não se reuniam, nunca que a Caixa Econômica vinha aqui para nos ajudar a fazer cadastro para receber a assistência do governo para reconstruir nossas casas e o que perdemos.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Nunca, é uma coisa que se a gente não tivesse isso, muita gente ia ficar pra trás. Que a gente não sabe, muitas coisas a gente não sabe, não somos informados.

### 02 – Pescadora Sra. Jocasta Bernardes<sup>3</sup>

Sou Jocasta Bernardes, tenho trinta e cinco anos de idade, tenho um filho de onze anos de idade, nasci em São José do Norte, desde pequena saio para pescar, aprendi com o meu pai, a minha família é de pescadores e o meu esposo é pescador, sou filiada à colônia de pesca Z - 2.

#### **Qual atendimento a Sra. está precisando?**

O Auxílio Reconstrução ainda não veio nada, tá em análise, e o PIX também não recebi, mas porque eu já recebi o Volta por Cima, daí não recebo esse.

#### **O que está achando do projeto e do atendimento?**

Na minha opinião particular, eu acho muito bom. Vale muito a pena, porque é muita informação. Que nem o PIX, e o Volta por Cima, tem várias informações que a gente não sabe, então, às vezes a gente não se coça, como eu digo, pra ir atrás dessas informações. As informações vêm até nós, daí basta a gente aproveitar.

---

<sup>3</sup> Comunidade São José do Norte.

**Entrevistador: Mas às vezes elas são mais difíceis de acessar, não achas?**

São, é mesmo, porque às vezes a gente vai, por exemplo, lá no Cadastro Único, é muita gente, e eles, os funcionários às vezes vivem na correria também, então nem sempre eles vão conseguir dar uma atenção melhor pra gente, explicar alguma coisa de um jeito mais fácil pra gente. Então aqui (aponta para o local do atendimento) a gente vai ali, pergunta o que quer perguntar, o que tem dúvida.

É mais fácil porque daí eles lidam só com a gente, né, então o atendimento aqui fica mais fácil, para nós é muito bom essas informações aqui na nossa comunidade - basta o povo aproveitar Entrevistador: Sim, nós percebemos, nas outras localidades, que às vezes as pessoas vêm perguntar sobre o que está sendo oferecido, elas nem sabem se têm algum direito ou não, então eles conseguem tirar essa dúvida com a gente aqui.

É, como a nossa comunidade aqui da Várzea, ela foi muito atingida, tanto pela enchente, quanto pelo clima, porque na época da enchente, esse local aqui encheu de água, e não tinha estrada pra ir à cidade, a gente ficou sem acesso aqui, tudo cheio de água, e sem estrada, a gente ficou isolado tanto por aqui (aponta para a Lagoa), quanto por lá (aponta para a estrada). Tudo isolado, até na volta das estradas. Então essa questão do Volta por Cima e do PIX, eu acho que são dois auxílios que, de uma forma ou de outra, o pessoal que foi atingido pela enchente tem direito, e se tem como provar que

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

entrou água na casa, tem que ir atrás do recurso. Daí muitas pessoas foram ao CRAS e disseram que o governador não quer pagar mais, que o que tinha que pagar já pagou... tá mas e a questão das pessoas que tiveram suas casas atingidas, com água dentro de casa e tudo, elas tem direito de receber e não conseguiram.

### **O que a Sra. perdeu na enchente?**

Alguns móveis a gente perdeu, porque assim, perigo não teve, como em lugares lá pra cima, que morreram pessoas, bichos, animais. Aqui não. Perigo não teve, porque a água veio devagarinho, a gente tava em casa, tanto é que a gente passou duas noites em casa, com a água na porta da casa, subindo devagarinho. Então as perdas a gente sempre tem, móveis guarda-roupa, cama, armário. Algumas coisas a gente tira né, porque já custa mais dinheiro pra comprar tudo, não tem como. Então algumas coisas a gente levantou em cima da banheira, minha geladeira mesmo, que era pequena, não era coisa muito pesada, a gente colocou quatro banheiros, uma em cima da outra, ficou uma altura.

E as coisas nos galpões também, aparelho de pesca, a grande maioria ficou dentro d'água, porque não tem como tirar tudo. Mas eu acho que afeta muito não só as perdas, mas o psicológico né, o psicológico da gente de ver a casa da gente entrando água, a gente tendo que sai, porque até então, enquanto a gente tava cuidando a água, não tinha ninguém chorando, porque mesmo com aquele desastre, a gente olhava e

via que tava todo mundo com saúde, todo mundo bem. A gente passava de canoa com as coisas, no beco, e dava risada, porque... vai chorar? não tem como! Daí uns brincavam com os outros, quer uma carona? Mas o primeiro dia que a gente teve que sair de casa, que era de tardezinha e a gente viu que não ia dar pra ficar, daí sim, eu chorei, meu esposo também chorou e tava apavorado.

O pessoal ali, meus vizinhos, que tem um pouco da minha família e um pouco de vizinhos conhecidos, a gente ficou muito desolado, né. Mas depois, quando a gente volta de novo né, quando a gente vê que não tem o que fazer, que é esperar, porque a natureza quer do modo dela né, é tudo no tempo dela. Então a gente vinha, cuidava um pouco, abria um pouco da casa, às vezes tirava um pouco alguma coisa que tava fazendo falta. Porque ali em casa mesmo, boa parte das minhas roupas eu botei tudo pra cima do forro, então às vezes precisava de alguma coisa, vinha buscar. Só que a gente, pra chegar até aqui também, por esse beco que vocês vieram, por ali do cômodo, tinha que ser de macacão, não passava de bota, não passava carro. Aí era tudo assim, o acesso. E nos becos era de caico, a gente tirava as coisas de caico, porque não tinha como. Mas, vai se indo, vai se levando né, porque todo mundo tava com saúde, não aconteceu nenhum desastre assim pior de saúde. E acesso a médico a gente conseguiu um acesso a médico com o exército. Eles fizeram dois dias de atendimento, veio médico, cabeleireiro, farmacêutico, e com o caminhão do exército.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

**Qual assistência do governo a Sra. já recebeu depois da enchente?** Eu vou ver ainda, porque no momento só o que veio foi o Volta por Cima, há uma semana e pouco.

**Aonde a Sra. está morando atualmente?** Já estou em casa agora.

**A enchente prejudicou o seu trabalho de que maneira?**

Sim, porque na verdade, no nosso trabalho, que é pescador né, a gente já tá sentindo desde o ano passado, daquela primeira enchente que teve lá. Não atingiu nós aqui, a nossa lagoa subiu mas não subiu o barranco, não atingiu casa, não atingiu nada. Só a pesca. Com a enchente de setembro do ano passado, não tinha pesca. Daquele tempo pra cá, a gente botava uma redinha ou outra, mas era um cascotinho, uma corvininha, era um peixinho, não tinha muito, era só muito pouca, tainha muito pouca. Então não tinha muito o que pescar, daí ia se levando, pegando um valezinho aqui, um ali, pra ver se conseguia passar o mês né. Mas a gente também teve muita ajuda da Defesa Civil né, doações, na enchente.

**Entrevistador: E tem o trabalho da pesca e o trabalho do beneficiamento:**

Tem sim, eu às vezes descasco camarão, mas a gente aqui costuma vender ele inteiro mesmo. A não ser quando alguém pede, pra alguma festa, aí o pessoal pede e a gente descasca né. Mas é mais do mesmo inteiro, porque às vezes não dá tempo né, porque tu saíste pra pegar, aí tu chegas e tens que limpar, e

vender, e depois mais tarde já ir lá na rede ligar uma luz, baixar rede, demora um pouquinho.

**Entrevistador: Tem vários processos, mas tem satisfação pessoal também?**

Sim, é muito bom, porque a pesca, principalmente a pesca do camarão, ela movimenta todo o lugar. Porque vem gente de mais lugares pra vir pescar, então movimenta tudo. É uma alegria a gente arrumando calão, a gente arrumando rede, aquele pessoal todo alvoroçado à beira de praia, arrumando as embarcações, pintando. A pesca do camarão, além de ser uma pesca muito boa assim pra nós, é muito satisfatória, ela vem de alegrias, o pessoal se diverte.

**Entrevistador: O teu filho participa já da pesca?**

Às vezes ele vai. Ele ia mais, ele gostava de ir mais quando era menor. Agora tá mais caseiro, fica mais numa internet. E como ele estuda de manhã, ele gosta de ficar em casa à tarde. Mas às vezes ele vai, mas ele gosta quando é pertinho né. Porque assim, o meu esposo ele já é mais cheio de mania, ele já não leva pra longe, tem medo, por ser criança e tudo. Às vezes ele vai na praia dar uma olhadinha no movimento.

**A Sra. teve que sair de casa por causa da enchente?**

A água começou a subir devagarinho, mas aí quando ela ameaçou entrar pra dentro de casa, aí sim, não dá mais, a gente com criança. Daí eu disse, ó, vou desovar meu guri lá pra mãe

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

(avó materna), porque a mãe mora lá no Norte (SJN), isso uns 3 dias antes da água entrar e pegar no portão. Porque deu uma aliviada nas chuvas e daí a gente foi com a estrada ruim mesmo, porque tinha que tirar o guri né. Nós não, a gente vai se virando, tanto é que a gente ficou dois dias com a água na beira da porta de casa, e quando ameaçou entrar em casa, a gente saiu, não teve outro recurso. Aí a gente foi pra uma chácara da família do meu esposo, foi um monte de gente prá lá.

**A Sra. tem barco de pesca? Quais os petrechos de pesca que a Sra. usa?**

Eu pesco também, tenho minhas coisas pra pescar camarão, naquele barquinho ali, quando eu não pesco aqui, eu pesco com o meu esposo na lagoa, tenho minha licença e tudo certinho, eu descasco camarão também. Na questão da pesca do camarão, o apetrecho é o saquinho de pesca, os caiquinhos, que no último ano a gente estava usando no meu o remo. O do meu esposo tem motorzinho. E tem a rede de malha, a malha cinquenta que a gente usa pra corvininha e pra tainha.

**Entrevistador: E essa rede de malha, vocês que fazem?**

Não, a gente compra o pano pronto e a gente entralha, em casa mesmo, compra a corda, compra o fio, e entralha em casa, no galpão. Eu até faço pouca coisa, às vezes emendo um pano, entralhar mesmo eu não sei (ri). Mas eu emendo, remendo, porque as redes não é todo ano que dá pra fazer. A gente faz, e

quando dá uma safrinha melhor, algumas braças a mais de rede, e aquilo ali a gente vai remendando no decorrer dos anos, compra só o fio e vai remendando.

**Atualmente dá para viver só da pesca na sua comunidade? Por quê?**

É difícil mas dá. Porque a pesca ela é assim, tem meses que tu ganha, que tu junta. Que nem a gente, tu vai vendendo e vai juntando os valezinhos. Daí naquele mês tu não recebe. Daí então tu pega, junta valezinho o mês todo, no finzinho do mês a gente pede as contas daquele vale. Então dá, aquilo ali, se “mareando” dá. A pesca do camarão é um pouquinho melhor, tem anos, quando dá bastante. Mas eu te digo que a pesca, ela não dá riqueza, não vem dizer que vai pescar e vai ficar rico, vai ganhar mundos e fundos.

Tem gente que vem na pesca do camarão e diz que vai ficar rico, vai ganhar mundos e fundos de dinheiro, mas não é assim. Porque tem ano que ela dá mais, mas vem de muitos meses sem ganhar nada, então não é um ganho mensal. Às vezes tu junta três a quatro meses, e depois vem um mês que tu ganha um pouquinho mais. E se tu for dividir por aqueles meses, não dá grande coisa. Mas mesmo assim, não traz riqueza, mas traz uma tranquilidade. Eu vejo por esse lado né. A gente aqui mora, a gente não tem roubo. Se a gente tiver que sair e dar uma caminhada, uma passeada na praia, fica tudo aberto, ninguém mexe em nada. Não tem essa questão de vagabundagem da droga, aqui, é muito tranquilo. Então, pra

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

gente morar, é muito bom. Pra quem tem criança é muito bom, muito satisfatório, eu adoro aqui.

**Entrevistador: Sim, eu vejo na tua fala, no teu sorriso!**

Sim, tem muito que, se tu for perguntar, vão dizer “ah mas é um fim de mundo, até pra trabalhar é ruim”. Porque a grande maioria aqui vive da pesca. Mas tem o trabalho no pinho, tem a cebola, tem agricultores aqui também né. Mas aqui é muito bom de se viver. Não traz riqueza mas traz alegria e tranquilidade. Eu adoro!

**Quando a pesca é boa a Sra. consegue capturar qual quantidade de espécies de peixe? E quando a pesca é ruim, como é a produção ?**

Sim, pesco corvina, tainha, camarão, às vezes dá algum sirizinho, mas nem sempre tá liberado.. Na época da tainha às vezes dá um sirizinho junto, a gente tira uma carinha pra comer, pra fazer um bolinho. Tem linguado também. Às vezes vem a família, num domingo, daí a gente faz um filezinho de peixe frito pro pessoal comer.

**Entrevistador: E quem cozinha mais, os homens ou as mulheres?** Aí depende de cada casa! Ali em casa mesmo, pra almoço, eu não gosto de cozinhar, eu sou mais doceira. Claro que eu cozinho, faço a minha parte, porque às vezes o meu esposo trabalha, ele tava até aqui hoje ajudando a trazer as coisas, e ele adora cozinhar. Então às vezes quando eu to atrapalhada ele cozinha, quando é ele atrapalhado, eu cozinho.

É aquilo ali, uma troca né, um ajuda o outro. Mas eu sou muito doceira, gosto de fazer bolo, de fazer doce.

**A Sra. acha que depois da enchente a Lagoa dos Patos sofrerá alguma alteração? Qual?**

Ah, eu acho que agora vai demorar pra recuperar, porque enquanto essa água não baixar bem, vai ser difícil. Porque o ano passado a água foi muito menos e já foi difícil, não deu quase pesca, imagina agora. E aqui a gente olha não parece tanto, mas beirando o canal pra lá, a água tá mais vermelha. Aqui a gente olha e tá uma água doce normal, mas a água vermelha é a água que vem vindo, porque a lagoa ainda tá muito cheia, então vem água de rio, água de arroio que encheu muito. Então a lagoa, até ela secar bem a ponto de salgar, vai ser isso aí, não vai ter muito o que fazer, pra pesca é bem complicado.

Na questão aqui dessas localidades, tanto aqui como essas mais de perto, os jovens tão saindo, eles estão procurando outros meios. Porque hoje em dia, a tecnologia tá muito avançada, então se tem muito serviço por tecnologia, e eles tão procurando mais isso. Tão procurando mais estudar, que antigamente não tinha isso também, terminar o ensino fundamental, e serviços mais tranquilos.

A pescaria, a gente sabe que consegue até se manter, mas é uma atividade muito mais trabalhosa. Então às vezes a gente tá aqui na correria, na época da rede de malha e do camarão, e

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

diz “pomba, eu não quero isso pro meu filho”. Mas a parte também boa é que é tudo mais tranquilo, menos preocupante, até para um jovem né. Porque hoje em dia a cidade grande tá muito complicada. Então é assim a gente quer eles aqui, mas estudando, podendo achar um recurso de um servicinho melhor. Mas tem muitos jovens aqui que continuaram, que seguem pescando, com pai, com amigos, com vizinhos. Às vezes ficam um pouco aqui e depois vão pra lá (pra cidade).

### 03 – Pescadora Sra. Suzimar<sup>4</sup>

Bom, agora nós vamos ouvir um pouquinho sobre a tua relação com essa escola nos conte por favor.

É muito especial, porque desde a 4ª série eu vim estudar aqui. O meu filho mais velho sempre estudou aqui, até a 8ª série. Eu fiz o EJA nessa escola. E meu marido também fez o EJA Fundamental e Médio. Tenho um filho que faz faculdade na FURG e faz o curso de Letras.

#### **E é fácil sair daqui pra ir pra FURG?**

É bem difícil. Ele tem que ir no ônibus de manhã às 5 horas e depois tem dias que ele consegue voltar ao meio-dia, mas tem dias que ele tem que ficar o dia todo. E ultimamente

---

<sup>4</sup> Atendimento e ação de extensão realizada na comunidade de pescadores em Torotama – RS, na escola Municipal de Ensino Fundamental Cristovão Pereira de Abreu

ele tem se atrasado muito, ele tem chegado atrasado nas aulas, não consegue chegar a tempo. Era bom ele contar isso para os professores abonarem as faltas. Tenho outro filho que estuda aqui, o Guilherme tem treze anos, está no sétimo ano e é apaixonado por essa escola.

#### **04 – Pescadora Sra. Nelly<sup>5</sup>**

**E o que aconteceu aqui na comunidade que abalou tanto vocês?**

Foi essa enchente deste ano agora, enchente de maio de 2024, que destruiu tudo que a gente tinha, bens materiais, alguns galpões, estamos bem preocupados com os danos causados.

**E o que você está fazendo hoje aqui nesse projeto de extensão da universidade?**

Eu estou aqui para rever o meu auxílio de cinco mil reais. A gente está em análise e nunca sai. E para também aproveitar as outras pessoas que estão aqui, que estão nos ajudando.

**Então, a Sra. acha importante essa atividade aqui hoje?**

---

<sup>5</sup> Pesca há 20 anos.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Muito importante. Muito importante que a gente ia ter que se deslocar daqui. Pra ir até a cidade e tudo gerar custos e a gente no momento não tá tendo como ter esses custos. E também para as pessoas mais idosas, assim, tá muito bom mesmo.

### 05 – Pescadora Sr. Jorge Lucio

#### O que aconteceu na sua casa?

Alagou tudo, dona. Acabou com tudo que eu tinha dentro de casa, os móveis não prestam mais para nada. Até os documentos, perdi tudo. Tá tudo rasgado. Sou pescador desde 1985. *“Meu filho que mora em Santa Catarina me disse para eu vender o meu bote e ir embora daqui e eu vou.”*

### 06 – Pescadora Sra. Irene<sup>6</sup>

O que você está achando agora desse projeto Atendendo os Povos das Águas? Ah, eu acho muito bom mesmo. Achei sensacional.

---

<sup>6</sup> Pescadora há mais de 17 anos (Mora na comunidade de Torotama).

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Conseguiu encaminhar o que a senhora veio buscar aqui?  
Sim, consegui sim, consegui um atendimento na Caixa Econômica e ganhei uma cesta básica.

### **3.2 ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS GESTORES DA PESCA**

#### **ENTREVISTADO 01 – Sr. Ivan Kuhn<sup>7</sup>**

O Sr. Ivan Kuhn com sessenta e nove anos de idade, está na Presidência da colônia de pesca de São Lourenço do sul há treze anos, relata que existe aproximadamente cento e noventa pescadores cadastrados na colônia de pesca, reside há quarenta e quatro anos na comunidade, respondeu que o pescador mais antigo da colônia se chama Breno Carvelo e está com oitenta e dois anos de idade. Na direção da colônia existem atualmente doze dirigentes. O seu ponto de vista com relação a melhorias na pesca artesanal, se refere melhorias no pagamento do seguro defeso.

Quando questionado sobre o que a comunidade significa para o mesmo, respondeu que representa amizade e confiança que os pescadores merecem ser bem representados com relação

---

<sup>7</sup> Presidente da colônia de pesca de São Lourenço do Sul.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

às questões da pesca. Relatam também que com a enchente muitos pescadores perderam tudo: móveis, apetrechos de pesca e que diminuiu a produção de pescado nos últimos anos e com essa enchente não faz ideia de como ficará a produção na Lagoa dos Patos após enchente. A produção local corresponde às seguintes principais espécies capturadas pelos pescadores locais: tainha, corvina e camarão.

Destaca ainda que, depois do aumento na produção de soja em São José da Reserva e no Arroio São Lourenço, desapareceram os peixes naquela área. Com relação a preocupação dos pescadores e a produção de pescado explica que algumas legislações como a Instrução Normativa 03/2004 tem prejudicado os pescadores porque proíbe a captura do Bagre que gerava uma boa renda para os pescadores.

### ENTREVISTADO 02 – Sra. Viviane Alves<sup>8</sup>

Então, aqui, na Ilha dos Marinheiros é o melhor lugar para se morar, nós vivemos em meio à natureza, a paz, a tranquilidade que tem dentro da comunidade e isso não tem preço. Não existe valor que pague o que temos aqui de natureza e união da comunidade. Porque nós somos uma comunidade muito unida. A ilha tem vinte e cinco quilômetros de estrada e

---

<sup>8</sup> Pescadora artesanal da Ilha dos Marinheiros e coordenadora do movimento pescadores e pescadoras do Estado do Rio Grande do Sul.

toda ela é unida. Agora, nessas enchentes mesmo que a gente viu, o quanto esse modo de viver, de fazer e de ser organizado, faz ser uma comunidade diferente. Porque quando o poder público abandonou a comunidade, foi a comunidade pela comunidade.

A organização da comunidade, um vizinho ajudando o outro, um morador a doze quilômetros vim socorrer um morador da entrada da ilha. E isso é muito valoroso, o poder público não valoriza isso. Mas essa nossa organização aqui, se não fosse a solidariedade das pessoas da comunidade, enfim, eu não sei o que seria de nós. Nós tivemos uma moradora aqui que chegou a falecer, que a gente tentou de todas as formas que o poder público viesse retirar ela antes de ela entrar em óbito e não atenderam os pedidos. *“O que a gente viu nesse engenho aqui, é que a comunidade mudou, mudou muito. e vai mudar muito mais”*.

A gente viu a destruição das casas das pessoas, a destruição das lavouras, porque aqui a gente também não é só pesca, e agricultura familiar. E a gente viu que as pessoas perderam tudo. E vão demorar muito tempo para se recuperar. Locais que sofreram muitas erosões, onde tinham as casas mesmo das pessoas que a água levou, aqueles terrenos ali, aquele pátio da pessoa que não existe mais.

Então a gente vê que cada enchente que ocorre aqui nessa ilha, a gente vê que a comunidade sofre muitas e muitas erosões. Tem um lado mesmo aqui da ilha que ela já vinha

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

sofrendo há muitos anos, e agora mesmo com essa enchente ela perdeu uma boa parte dela. E a gente vê quando será que a Ilha dos Marinheiros vai secar. A gente não tem nem ideia.

A pesca vai se recuperar. Agora, a agricultura vai ser mais difícil, porque a agricultura com esse solo encharcado, vai demorar. Nós, abandonados pelo poder público, que nem se quer uma balsa, botou pra gente poder acessar, os caminhões entrar, trazer os insumos para as pessoas, a única ponte que liga Rio Grande a ilha dos marinheiros foi arrancada com a chuva, estamos realmente ilhados, sem poder acessar os serviços no centro de Rio Grande, a prefeitura até agora não enviou reforço para consertar os estragos.

Porque hoje a terra, se eu quiser plantar, essa terra vai ter que ter insumos. Ela vai ter que ter adubo, ela vai ter que ter calcário, principalmente, e não vai ter. Porque não tem como os caminhões entrar aqui pra dentro da ilha pra trazer isso pras pessoas. Então a gente vê o quanto a comunidade é abandonada pelo poder público.

Mas a comunidade continua pagando seus impostos, seu ITR, continua sendo cobrado tudo, IPVA dos carros e continua abandonada. Simplesmente botaram uma placa ali proibindo a passagem na ponte.

Vai ficar isolado, né? E o direito? E outra coisa também que o poder público, ele gosta muito de ameaçar os moradores, porque eles acham que a gente não tem o direito de exercer o direito que o cidadão tem de cobrar medidas. Eles acham que

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

nem se a gente chamar a Rádio RBS aqui, a RBS vem pra nos apontar, que saiu no jornal, naquele jornal de uma hora da tarde para o Brasil inteiro, saiu para o jornal do estado todo, e eles não querem isso, eles não querem que a gente cobre.

Então eles ameaçam, muitos moradores da comunidade, são ameaçados por esse poder público que vira as costas e não faz nada, não faz o trabalho deles. Porque hoje a gente vê aqui uma ação (Projeto- atendendo o povo das águas) dessa aí que nunca na vida a gente imaginou, que a Caixa Econômica Federal e o INSS dentro da nossa comunidade. Mas o órgão principal da prefeitura, que era o CRAS, não veio. Então é pra ver o quanto o poder público municipal vira as costas para as comunidades tradicionais pesqueiras.

### **ENTREVISTADO 03 – Sr. Newton Alves Sabino<sup>9</sup>**

Sou o Newton Alves Sabino, sou diretor da colônia de pesca da Z3, moro aqui desde 1979. Não é muito pouco tempo, faz muito tempo que sou pescador.

#### **E o que a comunidade significa pra você?**

Aqui é um lugar maravilhoso de se morar. A comunidade é bem tranquila, é ótimo. Ultimamente está meio balançado por causa desses eventos climáticos que estão acontecendo, então o

---

<sup>9</sup> Diretor da Colônia de pesca (Colônia de Pesca de Pelotas – Z3)

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

pessoal fica meio desanimado, meio nervoso e tal, mas é um lugar maravilhoso, é bom.

**E quais as lutas que vocês pescadores enfrentam atualmente?**

Ah, a gente tem muita luta aqui, que eu vou lhe dizer. A respeito de pesca mesmo, é uma coisa que a gente luta quase todos os dias. Nós temos que sair pra fora e quando se sai pra fora, a gente já tem que pensar duas vezes. Porque temos o Ibama, temos leis, temos coisas que é difícil da gente aturar. Sim, até porque o público às vezes também não colabora muito. Não. Não porque a gente tem um certo tipo de pesca que a gente faz que eles não aceitam.

Então a gente parou, aquela pesca já morreu, entende, A gente pegou com outra pesca, que é a pesca da malha. Aí o que acontece, eles não querem que a gente trabalhe. Só pode ser isso.

Porque dificultam a vida também dos pescadores.

Exato, porque nós temos uma safra aqui, que é uma safra do camarão, a melhor safra que tem pra nós. Mas tem um problema. Tá mal feita a proibição. Porque quando o camarão tá miúdo, pode trabalhar, e quando ele tá graúdo, ele tá proibido.

**E enquanto morador da comunidade, o que tu consegues me dizer de lutas que vocês passam?**

Ah, aqui a gente passa muita luta. Bah! Estrada aqui, uma imundície. Não temos apoio da Prefeitura de Pelotas. A Prefeitura não nos ajuda em nada aqui. Que nem agora, as estradas estão, que é uma coisa de louco. E temos que fazer o quê? Protesto! Para ver se fazem alguma coisa para nós aqui.

É iluminação pública que nós tá precário também, nós não temos. Na saúde também, o posto médico não tá nos ajudando muito. Agora ajudou porque veio o pessoal de fora. Do lado do INSS, do SUS, para ir nas casas do pessoal, para medicar o pessoal. Senão não tínhamos nada.

É que a comunidade não é assistida pela prefeitura. Acaba tendo um descaso muito grande com uma comunidade que não é pequena, por exemplo. Exatamente. A nossa comunidade cresceu muito.

### **Sabe me dizer quantos moradores têm aqui na Z3?**

Olha, há muito tempo atrás tinha cinco mil moradores. Foi feito um levantamento aqui. Até eu participei desse levantamento, para ajudar o pessoal. Agora, hoje em dia, não dá porque aumentou demais. Foi um órgão que veio de Porto Alegre até que veio fazer esse levantamento aqui. Isso foi lá nos anos oitenta, noventa, uma coisa assim.

Sim, essa enchente que deu aqui pra nós foi um absurdo, que a gente não esperava que fosse tão grande que nem foi. Foi de uma hora pra outra, ela veio e foi tomando conta de tudo, e a gente ficou apavorado. Alguns conseguiram levantar alguma

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

coisa pra cima, que não foi tudo, mas a água foi igual. Foi muito alta, foi uma tragédia grande. Graças a Deus que ninguém perdeu a vida. Só coisas dentro de casa, só coisas materiais. Tentaremos recomeçar de novo, com muita luta e garra, que não tá muito fácil também.

A gente só vê promessa, que vem essa reconstrução, mas até agora. Nem todo mundo conseguiu acessar esse auxílio, não está sendo fácil enfrentar tudo isso.

Sem dizer que, bom, aqui acho que eu tenho um pouco mais de noção agora, a gente tá auxiliando as pessoas a solicitar os auxílios, mas também não tem previsão de receber esse dinheiro. E é muito burocrático. Então, tipo, as pessoas que são mais de idade, que já não entendem muito como funciona, como solicitam, como tu baixa o aplicativo. Então, tipo, dificulta ainda mais o acesso de vocês a auxílios que foram feitos exatamente para essa situação.

Temos apenas um posto de saúde. Era bem simples. Não era como é hoje. Hoje ele tá mais amplo, tá melhor, tá mais preparado, “*mas falta médico*”.

A comunidade é grande. O tamanho da nossa comunidade, nós temos assim ó, mal. Tem que ter mais assistência. Funciona só até um período da tarde, não funciona todo dia.

Tem isso também, os horários, entende. Você tem que chegar ali seis horas da manhã em enfrentar uma fila para ser

atendido das oito até meio-dia, depois não tem mais expediente. São cinco ou seis fichas só e deu.

**Vocês já tiveram algum encontro assim com a prefeitura, ou que fosse solicitado esse tipo de serviço, pra que vocês fossem assistidos, para que tivessem mais médicos, ou, a prefeitura disponibilizasse mais enfermeiros para atender o pessoal, porque tem muita gente de idade né, que não consegue nem sair de casa. Já teve algum diálogo entre vocês e a prefeitura?**

Já, já teve vários, até reuniões fizemos com eles aqui, mas só dizem que vão melhorar, que vão melhorar, mas nada é feito. “Só palavras, só promessa, de promessa a gente está cheio”. A gente quer resultado. Temos uma creche e uma escola só para atender toda a comunidade.

**É, ela também é mais recente, né? Sabe me dizer qual o pescador mais antigo e o mais novo da comunidade?**

Eu vou lhe dizer pra você assim, ó, não tenho ideia. Porque tem muita gente saindo da pesca.

Por causa desse tipo de coisa que a gente passa aqui. É proibido, a gente tá sendo tratado na área da pesca aqui como ladrão, como marginal, porque não pode sair pra fora.

Muito limitado. E não era assim. Principalmente quando a gente chegou aqui em 1979. Podia trabalhar à vontade.

Hoje não. Hoje nós temos uma série de proibições fora do sério. Não tá certo as proibições que eles fazem, até porque

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

somos proibidos, mas as indústrias pesqueiras. As indústrias pesqueiras podem fazer o que bem entenderem. Nós somos pequenos somos proibidos de pescar.

É um descaso enorme.

### **Como é feita a assistência aos pescadores da comunidade?**

Sim, a gente dá assistência, a gente está sempre junto com o associado, eles merecem até mais que a gente faça. Até agora, inclusive, perdemos a nossa sede, tivemos que alugar outra mais pra cima porque a nossa ali danificou, a enchente demoliu.

**É, o que deu pra ver, assim, pelas casas, a marca d'água foi bem alta, né? Bem alta. E o que tu conseguirias me dizer sobre os avanços e retrocessos na comunidade pesqueira, assim, na pesca artesanal, por exemplo?**

Olha, os avanços tá assim, tá numa situação mais ou menos, né? Tem muito avanço por um lado e pelo outro tá devagar. Entende? Peixe mesmo pra nós tá devagar.

Agora mesmo com essa enchente que deu, a gente não sabe nem quando vamos ter produção pesqueira dentro da nossa lagoa. Porque vem muita coisa de cima, lá de Porto Alegre, do Guaíba. Mistura muito. Mistura muito e é muito... Como é que eu vou lhe explicar? É barro demais, é lodo demais, é muita sujeira que sai lá de cima, que vem pra nossa lagoa. Apesar que ela é a maior lagoa do mundo. Mas ainda assim. “Tudo desemboca aqui, tudo que é sujeira, poluição”.

**O Sr. sabe me dizer se depois das enchentes teve algum órgão, alguma entidade que fez análise química da água aqui?**

Olha, aqui eu tô sabendo não, ainda não, ainda não fizeram. Porque querendo ou não, tudo isso que vem lá de cima vai mexer no ecossistema da lagoa. Tanto na reprodução dos animais quanto na qualidade da água. Então acho que é uma coisa bem importante de se ter também. Em algum momento vai ter que ter uma análise química realmente da lagoa. Ali no camping, ali, ah, aqui a água tá boa pra tomar banho no verão. Aí, um pouquinho pra cá já não tá. Lá no Laranjal tá ótimo, pode ser a pior peça que tiver, não importa ali, tá bom. Mas pra nós aqui, está ruim.

Então, quer dizer, isso aí mexe também com o turismo, que as pessoas não procuram, por causa da água que está sendo poluída. Fecharam o nosso camping ali, assim, vai quebrar o comércio local.

Aqui nós dependemos muito do turismo, que nos ajuda um horror. Mas, quando fecharam o camping, nos quebraram as pernas. Sim, acaba querendo ou não, dá a impressão que aos poucos vão se isolando, a comunidade, isolando os pescadores, isolando as ilhas. Fica difícil de conseguir progredir em alguma coisa.

Exato, aí a sua presidência fica ruim. Porque de onde é que você vai tirar? Você é pescador. Se você não pegar o seu

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

produto e não vender, vai vender pra quem? É. Aí tem que sair daqui e ir lá no centro vender. Já tem aquele custo. Sim, armazenamento, tudo. É muita coisa. E você tem que tirar do seu bolso, porque ninguém lhe ajuda. Sim. Fica pior ainda. *“Então, quer dizer, o pescador tá sempre com dívida, sempre gastando”*.

**Vocês recebem o seguro defeso bem certinho.** Sim, a gente tem que receber aquele seguro-defeso. Mas pra receber, às vezes, é na base da briga. A gente faz em maio. No finalzinho de maio a gente dá todo o encaminhamento da documentação. E às vezes vão receber só em agosto.

**Mas eles ainda pagam esses meses atrás ou só começam a pagar a partir de agosto?**

Vocês vão receber em julho. Não sai em julho. Aí vem pra agosto. Nós só temos quatro meses para receber. Até setembro. Tem muitos que não recebem. Sim, porque quando já terminou a pesca. Não tem mais o que fazer. Aí não temos o que fazer. Não podemos pescar, não podemos sair para o mar, porque vamos receber o seguro, que é um salário. Aí o que acontece. Só pode dar dívida para nós mesmos. Não podemos fazer nada, aí é luz, é água. material, comida que a gente tem que comprar na tenda, nos bares. Aí vai aumentando a nossa dívida. Quando a gente chega a pagar, a pegar o seguro, você não tem mais dinheiro, tem que pagar a dívida que você fez. E ainda às vezes falta dinheiro para as dívidas. Falta, falta dinheiro, exatamente.

**E o pessoal aqui que trabalha com a pesca, o pessoal perdeu muito barco, material, essas coisas? Porque isso também é uma coisa difícil de se conseguir comprar de novo, porque não é barato.**

Não, não é barato. Além de ser caro, é difícil de conseguir. Às vezes tem que vir de fora. Imagina, você não consegue ganhar o auxílio pra arrumar a tua casa, daí como é que tu vais comprar material pra trabalhar de novo, que é assim que tu ganhas dinheiro. Porque a gente tem galpão, tem embarcação, motor, e tem o equipamento que é a rede, que a gente tem que ter, senão a gente não trabalha. Aí você perde tudo isso. Você vai ter como se organizar. É, se ainda não tem amparo do governo, fica mais difícil aí.

Não tem, aí fica mais difícil. Que nem agora, não tem amparo do governo. Prometeram, prometeram, mas tá tudo trancado. Que nenhum auxílio reconstrução não tem data pra sair.

Daí vai ficar em análise cinco meses. E daí, como a moça hoje falou. Ou até mais. “*Se eu dependesse desse dinheiro pra comer, eu não comia*”. Exato. A gente fica amarrado, como se diz.

Eu tenho todo esse cinco mil pra receber. Tenho dois e quinhentos pra receber. E tenho o do Pix. que é R\$2.100,00, que até agora nada, nem sinal. O dinheiro que fariam é uma boa diferença. Dava uma ajuda fora de sério, a gente perdeu

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

tudo, só ficamos com as paredes da casa. Aí quer dizer, só prometem pra nós e não cumprem. Fica difícil.

Com relação a estrada de acesso para comunidade, depois de muita revolta e movimentos fizeram, mas logo ficou difícil transitar nela. Daí choveu e estragou toda a estrada de novo. Daí agora estão refazendo a estrada mais uma vez. Mas também foi uma luta de um bom tempo pra ter que conseguir que a prefeitura viesse realmente fazer. Mas é, realmente, tem que ser no grito, às vezes, porque as coisas não se resolvem.

Não, eles não estão nem aí. A prefeitura mesmo não está nem aí pra nós aqui. Prefeitura, se tiver, se não tiver, não teve. Só querem vir aqui em época de festa. Fizemos a festa do peixe há um tempo atrás. A última festa que foi feita. Estavam todos aqui. Mas por quê? Tinha peixe pra comer. Bebida para beber, música pra dançar. Mas quando precisa, não vem, mas quando tem que vir aqui fazer alguma coisa por nós, não vem.

Bota mil e quinhentos defeitos. Iluminação do barro duro até Z3. Por que ainda não tem?

Sim, é um trecho grande, é um trecho grande e perigoso. À noite você virá, de lá pra cá, de cá para lá, estoura um pneu, fazer alguma coisa no meio daquela escuridão é impossível. Tem que vir até aqui com o pneu furado mesmo, estragando o seu veículo. É mais um prejuízo que você tem no bolso. Sim. E não tem retorno. “É revoltante”.

## **ENTREVISTADO 04 – Srta. Fabiana Fagundes Fonseca<sup>10</sup>**

Eu sou a Fabiane, sou filha da pesca artesanal aqui da comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas, sou filha da pesca artesanal aqui da Barra de Pelotas, sou nascida e criada nessa comunidade, nasci no dia onze de março de 1995, saí daqui só para estudar.

Estudei, me formei profissional da área ambiental, sou bióloga, professora de Biologia e voltei para a comunidade, depois de me formar, para defender esse território tradicional de pesca. A nossa comunidade já tem mais de cinco décadas de existência. O morador mais antigo, que infelizmente veio a falecer nessa enchente, morava aqui desde 1968. Então, são mais de cinco décadas morando nesse local.

Atualmente, o morador mais antigo é de setenta e dois, que é o macaco. Então, essa comunidade já enfrentou várias enchentes. E enfrentar água, enfrentar enchentes é algo costumeiro para as comunidades tradicionais pesqueiras, porque a gente mora na beira d'água. Claro que a enchente deste ano foi muito mais forte, foi aterrorizante.

É desolador a situação da nossa comunidade hoje, por isso é tão importante o projeto estar aqui, fortalecendo o processo de reconstrução. Mas é muito importante a gente demarcar que o combate à mudança climática não é remover as

---

<sup>10</sup> Comunidade Barra do Laranjal.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

comunidades tradicionais dos seus territórios tradicionais, porque viver na beira d'água faz parte do nosso modo de vida e isso é fundamental para que as pessoas continuem sendo.

Uma coisa bem importante é que no contexto das enchentes, todo mundo está querendo encontrar uma solução. E nós, dos territórios, também queremos algumas soluções, ainda que paliativas, para o contexto que a gente vive das enchentes. A comunidade ficou totalmente isolada com o que aconteceu. Outra coisa importante de ser dita é que a solução nunca é a remoção.

Porque uma comunidade tradicional, ela tem um vínculo com o território.

Quando tu removes uma comunidade do seu território tradicional, tu acabas com aquela comunidade. Então, os nossos territórios têm alternativas que são construídas aqui mesmo. Como, por exemplo, elevação da estrada, construção de palafitas, colocar um dique ali de pedras para proteger a nossa estrada, o serviço público continuar nos atendendo mesmo durante as enchentes, que é algo que não acontece.

Então, as soluções, elas são próprias dos territórios. Isso é um ponto bem importante de ser dito e destacar que, infelizmente, durante as duas últimas enchentes, a de setembro do ano passado e a deste ano, o poder público virou as costas para nós. A Prefeitura Municipal de Pelotas, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o próprio Governo Federal virou as costas e a gente teve que se auto-organizar, fortalecer a

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

auto-organização na comunidade, buscar apoiadores como é a própria FURG para dar conta de sobreviver e de resistir a esse momento difícil. Muito obrigada, então, pelo teu apoio.

### **3.3 ENTREVISTAS REALIZADAS A PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E CONSELHO TUTELAR NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS**

#### **Entrevista com a professora de Educação Artística da Escola Municipal Fundamental Cristovão Pereira de Abreu.**

Com quais turmas você trabalha?

Eu sou Iara Pereira D'Abreu. Eu trabalho com educação artística no quinto ano.

Não tenho dificuldades com os meus alunos, eles gostam muito, participam bastante. A gente trabalha muito o lugar. Eu faço um trabalho interdisciplinar com geografia, eu também sou professora de geografia e a gente trabalha muito, faz maquetes e várias atividades.

Aqui a maioria é filha de pescador? Sim, sou filha de pescador.

A sra. trabalha a arte, olhando o contexto local, é isso? Isso. Do lugar, do ambiente, do meio onde eles moram. Trabalho com a Tarsila do Amaral. No caso do Ivan Cruz, eu gosto muito, porque ele trabalha muito a infância. E é isso aí

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

que eles retrataram, até fizeram uma releitura, muito lindo o trabalho que eles fizeram.

### **Entrevista com a professora de artes da escola Municipal Cristóvão Abreu – Torotama – RS**

Sou Jania, eu trabalho aqui no quinto ano todas as sextas-feiras, um dia na semana. Mas eu trabalho três períodos. Estou trabalhando nas disciplinas de arte e cultura. A gente trabalha muita coisa. Trabalho com artesanato, reciclagem também, os alunos transformam material reciclado em arte.

Você já pensou em fazer uma exposição fotográfica com os alunos?

Eu pretendo fazer uma exposição no final do ano dos trabalhos. A escola sempre, no final do ano, tem uma feira de ciências, junto de ciências e artes com exposição dos trabalhos. Agora estou fazendo um projeto sobre Taim, com os professores aqui, e também vou trabalhar a parte artística.

### **Entrevista com a Vice Diretora da Escola Municipal Cristóvão de Abreu – Em Torotama – RS.**

Sou Priscila, sou a Vice-Diretora da Escola M. Cristóvão Abreu e é um prazer receber todos esses serviços na nossa escola. A gente sabe o quanto é importante para nossa comunidade receber esses serviços por aqui, porque a gente é um lugar longe, a gente sabe o custo que é ir até o centro para

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

poder fazer documentos, resolver os problemas bancários e tudo mais. Então esse serviço vindo até a nossa escola, até a nossa comunidade é um grande benefício para todos.

E a nossa escola tem essa função social de estar sempre ajudando a nossa comunidade, sempre tendo esses serviços aqui na nossa escola para que a gente possa garantir que a nossa comunidade tenha os serviços necessários.

Sobre o atendimento da escola a comunidade local a escola, atende da Educação infantil ao nono ano, atendemos a EJA também, temos bastante aluno na EJA.

### **Entrevista com Denise Miranda – Conselho Tutelar de Torotama/RS**

Bem, estamos aqui com a conselheira tutelar Denise Miranda. O que é ser conselheira aqui nesta localidade de pescadores e pescadoras?

Bom dia, eu sou Denise Miranda, sou moradora da Torotama. Eu sou conselheira tutelar atualmente, meu primeiro mandato. Eu sou conselheira, não atuo na região aqui, porque a gente é direcionado e trabalhamos em quatro microrregiões. A minha é a 3, Conselho 3, aqui a Branca de Interior é o Conselho 4.

Mas todo o meu trabalho social, todo o trabalho que eu desenvolvo ao longo da minha vida, eu desenvolvo nas comunidades do interior e principalmente aqui dentro da ilha.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

Meus projetos sociais. E nos últimos tempos, enfrentamos essa enchente que foi devastadora em todo o estado e a comunidade da Torotama foi 100% atingida. Sofremos com vários serviços que são precários aqui dentro da comunidade.

O nosso transporte público é uma coisa que nos deixa todos os dias entristecidos por que não conseguimos trabalhar, não conseguimos estudar, cumprir nossos horários, com transporte precário.

Vivemos nessa busca de um futuro melhor para as comunidades, porque a gente quer ter o direito de trabalhar, de estudar, morando aqui dentro. Precisamos de políticas públicas que pensem nos nossos adolescentes, que pensem nas nossas crianças. Trazer esporte para dentro da ilha, cursos para dentro da ilha e também dar possibilidades de quem quiser sair da ilha para estudar e trabalhar, ter essas condições. Precisamos de estradas melhores, que isso é fundamental, até por conta do nosso transporte, da nossa locomoção, da gente morar num lugar justo e com acesso, a gente precisa que essas estradas que o público olhe para as comunidades do interior, ou para a nossa comunidade, um olhar de fazer aquilo que tem que ser feito.

Porque a gente é um povo que quer crescer dentro da cidade de Rio Grande, queremos contribuir, participar das coisas e não conseguimos participar porque muitas vezes a gente não é encaixado e incluído nas políticas públicas. Essa ação que está tendo hoje, que trouxe os serviços aqui para dentro da comunidade do povo das águas, é uma ação muito

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

importante, porque direciona as pessoas dentro da comunidade para elas procurarem os serviços que elas precisam e têm direito.

### **Quais são os maiores problemas enfrentados pela conselheira tutelar em Torotama?**

Os maiores problemas que a gente enfrenta enquanto conselho tutelar é a falta muitas vezes de estrutura de trabalho, que precisamos de mais auxílio dos órgãos públicos, a falta de apoio que não temos, as famílias precisam de um mínimo que seja, uma cesta básica, um atendimento na saúde. Muitas vezes as famílias não conseguem requisitar uma vaga na escola, um especialista na saúde. Enfim, coisas básicas que muitas vezes as famílias precisam e a gente não consegue ter esse acesso. E o grande dilema de todas as famílias, que hoje em dia é o universo da droga, que a gente quer tirar esses jovens da rua, a gente quer tirar esses jovens de estar perto das drogas, para que eles também não entrem nesse meio. São esses os desafios diários do Conselho Tutelar.

E o sonho é de um futuro melhor para todos nós. O sonho da minha comunidade é ser melhor cuidada pelos governantes, que a gente consiga ter uma praia linda para a gente poder usufruir dessa comunidade que é tão bonita. Precisamos de uma mínima infraestrutura. Um posto de saúde melhor, uma estrada melhor. É isso, esse é o meu sonho de futuro, eu acredito, e essa vai ser sempre a nossa luta.

### **Entrevista com professora Debora da escola municipal de Torotama RS.**

Bom dia, pra mim é muito importante trabalhar nessa comunidade, que me acolheu já faz 8 anos. É uma comunidade acolhedora, resiliente, batalhadora. Todo esse trabalho que está sendo feito aqui pra essa comunidade que sofreu tanto com essa enchente.

#### **A água chegou até aqui, professora?**

Chegou, chegou e entrou nas salas, inclusive na parte mais alta da nossa escola. Perdemos muita coisa, e foi bem difícil, assim, para nós, nosso retorno, em ver tudo o que a gente perdeu, mas conseguimos num espaço pequeno temporário até voltar e levantar tudo que a gente tinha perdido. Eu sei que o trabalho ainda não terminou, é muito árduo, mas conseguimos retomar as atividades aqui na escola. Eu sou uma professora alfabetizadora e dou aula para o segundo e terceiro ano.

### **Entrevista com Professor Daniel que leciona na escola municipal de Torotama.**

Bom dia, sou Daniel. Trabalho aqui na escola como monitor. Sou da própria comunidade, nasci e cresci aqui na Torotama. Sou formado em História. E estou aqui hoje, sempre querendo ajudar o máximo possível. Adoro esses eventos que tem aqui, sempre para ajudar o pessoal daqui. Sempre ajudando a nossa comunidade. Desde criança que estuda nessa escola.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

Desde os 6, se eu não me engano. Fiz todo o fundamental aqui, fui para o Alfredo no Povo Novo, depois fiz minha faculdade na Anicésio do Mar, fiz uma pós lá também, continuei, e voltei para cá quando pude.

E o que você está achando do projeto Atendendo os Povos das Águas?

Tá sendo muito importante para nossa sociedade aqui. Vai ser uma grande ajuda. Toda ajuda que vem pra nós tá sendo ótima. A gente abraça todas as causas aqui na escola.

Quantas pessoas, mais ou menos, você acha que nós vamos atender hoje aqui? São muitas?

Ah, hoje, moradores aqui da Torotama, nós temos em torno de mil e quatrocentas a mil e quinhentas pessoas aqui na comunidade e por volta de quatrocentas famílias aqui.

### **Entrevista com Professor de Geografia Dalton da escola Municipal da Ilha de Torotama - RS**

E como é trabalhar nessa comunidade? É muito prazeroso pra mim, eu sou de uma zona rural, do campo de São Lourenço Sul, e eu me identifiquei muito aqui na ilha e me sinto muito em casa. Me sinto muito bem, me sinto realizado em trabalhar aqui. Me sinto acolhido nessa comunidade. Quanto tempo você leciona aqui?

Há sete anos, como é o acesso à comunidade. O acesso é um pouco difícil. Eu moro um pouco longe da escola, dou aula aqui no nono ano e no EJA.

### **Entrevista com Cláudio Henriquez morador da colônia de pesca.**

Eu fiz o ensino fundamental aí a escola não era essa, era aqui atrás, e a gente, por problemas de finanças, meu pai, na época era pescador, ele é vivo, mas é aposentado, ele não tinha condições de me sustentar. Posso dizer que aqui aprendi muita coisa, e depois entre 2008 e 2011 tive um estudo regular, com o ensino do Bernardo Coenja, aqui, e com os dois exercícios fundamentais, estilo médio, onde depois eu consegui começar a fazer M.I. Em 2016, 2017 e em 2019 eu consegui. Em 2017 eu já passei primeiro em história e segundo em letras. Muito bom o curso superior. Só não fiz a história pelo fato de ser noturno. Eu tenho baixa visão, dificulta um pouco fazer curso à noite.

Não, eu faço muitas emissoras de rádio. Eu fiz um projeto chamado Radialistas do Futuro, em 2007 até 2012, no qual, em 2011, no Parque Marinha, a Rádio Serenitária havia um espaço para que eu levasse os alunos da época, o Jonas Machado e o Wilson de Angelo, foram meus alunos. O Jonas Machado fazia a parte do jornalismo e o Wilson fazia a parte do esporte. Então, a gente fazia até narração de futebol.

A emissora que abriu espaço. Eu não vou citar o nome, porque alguns podem ser pré-candidatos agora, que é bem semelhante. Então, eu vou ter que citar. A emissora que eu posso, se vocês quiserem citar, que foi a Rádio Cassino na

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

época, abriu espaço e a gente fazia tudo ao vivo daqui, no orelhão ou o telefone ligava pra nós e nós passávamos as informações, ou eu enviava pra ele.

Na época não tinha WhatsApp, mas eu levava uma fita, cassete e o apresentador, com a autorização do diretor da emissora. Eu era o jornalista da comunidade.

Sim, jornalista entre aspas, porque eu não tinha formação própria, mas conhecimento daqui tenho e procuro saber o que se passa aqui com detalhe. Gosto do que eu faço. Outros criticam, mas não é o caso. Eu apenas, em casa, me crítico. Ah, o fulano fala. Quando se fala é porque me escuta. Então eu os respeito e espero que eles também me respeitem.

Quanto aos estudos, fiz os ENEMs, que eu mencionei. Em 2020, cheguei à faculdade. Consegui já aprovar lá na pandemia pra cá quinze disciplinas, esses últimos períodos aí, 2023 pra cá, é que eu tô com algumas dificuldades, por causa que andei com a saúde um pouco prejudicada e tenho que estar comandando, temos que defender a comunidade que está enfrentando algumas dificuldades depois dessas enchentes que deram, muitas.

Depois que eu me entendi por gente, a primeira que eu entrei foi aqui há sete anos. Há quarenta anos faço isso, antes era outra estrutura. Porque tá essa estrada aqui em boas condições, não quer dizer que aí voltou a ser a milionésima maravilha do mundo, não. Ela nunca foi. Mas a gente procura

sempre mostrar as coisas boas, as não boas. Às vezes as autoridades reclamam.

Reclamam, a gente paga imposto, a gente paga taxas. Então eu quero sempre deixar claro que quando a gente pede alguma coisa melhor, é pelo coletivo. Pelo coletivo, não pra mim. Eu não olho pra um amigo, como vocês vão dizer, eu olho pra essa pessoa que tá aqui e moradora, se fosse pescador também.

Mas a gente se tivesse algo mais para equilibrar eles, pra ter uma qualidade de vida melhor, não ia impedir a gente ter um seguro, mas ter um plano nosso. A pesca é o plano A, o seguro é o plano B. Junto com o plano B, se tivesse um plano B1, como se diz, porque eles pescaram, guardaram camarão, guardaram um siri, enfim, um peixe, qualquer coisa, faziam o filé para, junto com o que recebe do seguro, que não é ilegítimo, as vendas que eles não fizessem, as alternativas, o seguro que é o salário, juntava com o que eles ganhavam, E as coisas estavam resolvidas. Então estamos na luta para que os pescadores tenham alternativas sustentáveis para sua sobrevivência quando o pescado estiver em baixa.

**O povo é bem acolhedor e é possível, sim, ter uma sustentabilidade através de outras frentes, não é, Claudio?**

Sim, e outra coisa que é muito importante aqui, quem olha aqui, nós não estamos vendo nesse primeiro momento a

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas

imagem, que nós moradores sentimos falta de muita coisa relacionada a infraestrutura.

E o carnaval, que é patrimônio material. Tem carnaval aqui na ilha. Se eu puder te passar, achar as fotos do carnaval, eu vou te repassar, para nos encaixarmos mais ou menos, para mostrar, porque a nossa ilha não merecia está abandonada como está hoje. “*Nós precisamos de melhorias na Praia*” e em todos os setores.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

**ANEXOS: REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES DE  
EXTENSÃO FURG E UFPEL**

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 1** – situação das ruas no período de enchente Junho de 2024.  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas



**Figura 2** – Enchentes nas comunidades pesqueiras – Vila de Santa Isabel RS.  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 3–** Coordenadores do Projeto e representante dos pescadores.  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 4 – Atendendo ao povo das Águas**

Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas



**Figura 5 – Embarcações nas comunidades tradicionais da Z1**

Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 6 (a e b) – Barco de pesca na comunidade pesqueira da Ilha dos marinheiros RS (2024).  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas**

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 7** - Comunidades pesqueiras  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas



**Figura 8** - Barco de Pesca nas comunidades tradicionais contempladas no projeto no Sul do Brasil  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 9 – Atendendo ao Povo das Águas.**  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas



**Figura 10 - Atendimento da EMATER no projeto Atendendo ao povo das águas**  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 11** – Coordenadores do Projeto Atendendo ao Povo das águas e Gestor da Pesca

Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas



**Figura 12** - Atendimento aos pescadores artesanais

Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 13** – Assistência as comunidades da pesca  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas



**Figura 14** - Atendendo aos pescadores artesanais  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



**Figura 15** - Residência dos pescadores durante as cheias de 2024  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figura 16** - Recebendo documento confeccionado no projeto "Atendendo Povos das águas" .  
Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



**Figuras 17 - (a,b,c,d) – Participantes e parceiros do projeto “Povos das Águas”.**

Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Atendimento do jurídico da FURG ao povo pesqueiro, foi incansável magnífico.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Bombeiro Dagoberto Barbosa de Oliveira e sua disposição e carinho  
com o povo pesqueiro, foi imprescindível para as várias demandas  
recebidas no dia de visita às comunidades atendidas pelo Projeto

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas.  
Apoio do corpo de bombeiros foi fundamental para o desenvolvimento do projeto.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto  
Atendendo ao Povo das Águas  
Bombeiros organizando as  
cestas básicas recebidas pelo  
Comitê da Ação e Cidadania.  
Momentos de solidariedade e  
alegria junto aos moradores que  
passavam  
necessidades.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas.  
Foto junto a Comunidade Educacional da Ilha da Torotoma

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das  
Águas  
Cristiane Fabrique Izaguirres e sua alegria no trabalho  
voluntário, fez toda a diferença.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Doações no período das enchentes foram fundamentais para o bom andamento do Projeto. Gratidão a todos(as)!

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Parceiras da Ação e Cidadania foram essenciais para o  
atendimento ao povo pesqueiro. A Darlene Torrada Pereira não  
mediu esforços para ajudar a todos.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas.  
*In memoriam*; Pescadora Sílvia Marisa de Oliveira Colvara e sua determinação em ajudar na preparação dos pratos típicos de peixe para o almoço dos participantes do Projeto.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Profª Edilma Fernandes entrevistando o morador da Ilha da  
Torotama.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Foto com estudantes do Direito/FURG.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
A comunidade pesqueira da Ilha de Torotama participou com  
grande população as chamadas do Projeto Atendendo ao povo das  
águas.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Momento cultural junto aos pescadores(as). Cantor Antônio Leonel  
Butica e prof<sup>ra</sup> Jara Fontoura.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo  
ao Povo das Águas  
Na visitação a todas as  
comunidades pesqueiras, ocorria  
uma mística de preparação  
com a profª Jara Fontoura para  
motivar as atividades de  
atendimento ao público.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Foto acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Coordenador do Projeto José Ricardo Costa, um ser humano incansável pela a luta por justiça social.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
José Ricardo Costa e as suas orientação constantes

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas MÍSTICA junto à comunidade de Santa Isabel/Arroio Grande e os parceiros que atenderiam os pescadores(as).



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas Participação cultural do músico Mário Freitas em São Lourenço do Sul.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Foto: Parceiros da UFPEL Maria Regina Caetano Costa, Henrique de Mendonça e sua dedicação significativa junto ao Projeto.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Parceiros do Projeto Atendendo ao povo das águas: Antônio Leonel, Robson e Regininha (EMATER).



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Foto da primeira saída de campo do Projeto Atendendo ao povo das águas.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Saída para a comunidade Z3 junto aos parceiros do Projeto: Caixa Econômica Federal, Banrisul, Bombeiros, EMATER, CRAS, voluntários, parceria cultural.

## Vivências do projeto atendendo ao povo das águas



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Líder dos pescadores(as) Viviane da Ilha dos Marinheiros e a sua  
maravilhosa recepção com o almoço solidário aos pescadores  
participantes do projeto Atendendo ao povo das águas.

Jara Lourenço da Fontoura, Edilma Fernandes da Silva,  
Jose Ricardo Caetano Costa (organizadores)

**PROJETO  
ATENDENDO AO POVO  
DAS AGUAS**

**ATENDIMENTO JURÍDICO (CIDIJUS) E AÇÃO  
CONJUNTA COM CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INSS,  
EMATER, CRAS - CADASTRO ÚNICO, COLÔNIA Z3 E  
COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS  
ARTESANAIS DE PELOTAS**

**DIA: 05/07/2024 (SEXTA-FEIRA)  
HORÁRIO: 9H ÀS 17H30  
LOCAL: COLÔNIA Z3**

**APOIO: BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR**



Fonte: acervo do Projeto Atendendo ao Povo das Águas  
Cartaz de divulgação junto as comunidades pesqueiras.